



Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)  
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI)  
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe  
(TerritoriAL)

RODOLFO AUGUSTO MONTEIRO PELEGRIN

AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NO INTERIOR DE SÃO PAULO:  
O CASO DE LENÇÓIS PAULISTA

SÃO PAULO

2016

RODOLFO AUGUSTO MONTEIRO PELEGRIN

AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NO INTERIOR DE SÃO PAULO:  
O CASO DE LENÇÓIS PAULISTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, capitalismo e tecnologias”.

Orientadora: Silvia Beatriz Adoue.

SÃO PAULO

2016

Pelegrin, Rodolfo Augusto Monteiro.

P381 Agroindústria canavieira no interior de São Paulo : o caso de Lençóis Paulista / Rodolfo Augusto Monteiro Pelegrin. – São Paulo, 2016.  
156 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Silvia Beatriz Adoue.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), 2016.

Bibliografia

1. Geografia rural. 2. Brasil – Desenvolvimento rural. 3. Brasil – Agroindústria canavieira. 4. Agroindústria canavieira – Lençóis Paulista (SP). I. Título.

CDD 338.10981

RODOLFO AUGUSTO MONTEIRO PELEGRIN

AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NO INTERIOR DE SÃO PAULO:  
O CASO DE LENÇÓIS PAULISTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, capitalismo e tecnologias”.

Orientadora: Silvia Beatriz Adoue.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Silvia Beatriz Adoue (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

---

Prof. Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

---

Prof. Dr. Edson Fernandes (Faculdades Orígenes Lessa)

São Paulo, 13 de junho de 2016.

Aos meus candidatos invencíveis

Plínio de Arruda Sampaio

Edson Fernandes

Aos meus conterrâneos

Aos meus professores

Aos meus alunos

Ao João Arthur.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus queridos colegas de turma, lutadores, inteligentes, fortes e solidários. Aos meus companheiros do PSOL, especialmente Iuriatan Felipe Muniz, Artur Monte Cardoso, João Paulo de Camargo Hadler, Paulo Rodrigues da Silva, Mariana Conti e Raul Marcelo.

Aos amigos Luciana Zaffalon, Daniel Boesel, Fernando Laz, Hélio Caldas, José Menezes, Michel Morelli Silvério, Eduardo Darcie, Fernando Darcie, Rafael Castro, Tulipa Ruiz, Filipe Franco, Fabiano Boldo, Cleiton Piras, Hermes Bottan, Wilson Breda, Cecília Amabilini, Silvio Gabriel, Beto e Maíra Galassi, Sérgio Pinheiro Lopes, e aos doutores Régis Hueb e Carlos Augusto Hueb, junto com os caríssimos Miguel de la Puente, Miro Capozzi e Antonio Luiz Rocha.

Aos criteriosos observadores da história lençoense Edson Fernandes, Marcos Paulo da Silva e Alexandra Salles. Aos funcionários que me auxiliaram nas bibliotecas por onde passei, em especial da Biblioteca Municipal Orígenes Lessa (Lençóis Paulista).

Agradeço ao MST, a começar pelos militantes Marcio José dos Santos, Angelo Diogo Mazin, e seus caríssimos familiares. À Escola Nacional Florestan Fernandes e aos militantes que a ela dão vida. Ao PRONERA, o CNPq e a Unesp. Aos professores que nos acompanharam, em especial minha orientadora Silvia Beatriz Adoue.

A todos que tão bem me acolheram nos caminhos percorridos nos últimos anos, principalmente Oscar Rodriguez, que me abriu muitos deles.

Aos familiares Vitor Pelegrin, Éden Martins Monteiro, Milton e Maria Dirce Pelegrin, e, especialmente, Gelse Beatriz Martins Monteiro.

## RESUMO

Este trabalho pretende analisar o desenvolvimento da agroindústria sucroalcooleira de Lençóis Paulista e os significados de sua atividade no território do município. Esta análise se dá a partir da discussão do desenvolvimento e suas práticas no contexto do capitalismo dependente brasileiro, passa pela revisão do desenvolvimento da agroindústria sucroalcooleira paulista, para então aproximar-se da formação territorial de Lençóis Paulista e a relação entre a cana-de-açúcar e a realidade local. Este movimento do estudo permite observar que o desenvolvimento agroindustrial canavieiro lençoense se suporta sobre movimentos e tendências não exclusivos aos seus limites municipais, mas comuns no Estado de São Paulo, e sob as influências mais gerais do capitalismo brasileiro e suas determinantes externas. A formação do município funda-se em movimentos de interiorização da colonização do final do século XVIII, e consolida-se com o avanço cafeeiro no oeste paulista no século XIX e a total supressão dos modos de vida indígenas na região. Presente desde o início do século XX, a atividade relacionada à cana-de-açúcar teria um primeiro momento de crescimento com a instalação de dezenas de engenhos aguardenteiros. Ao final da década de 1940, inaugura-se a Usina Barra Grande de Lençóis, e se inicia um processo de concentração produtiva (em compasso com políticas de Estado para o setor açucareiro), acompanhado de concentração do poder local pelas famílias usineiras. A modernização localmente capitaneada pelas elites usineiras se revela típica, reprodutora do subdesenvolvimento e da dependência, fundada sobre um histórico de genocídio indígena, predação deliberada do meio ambiente e recursos naturais, e na intensa exploração da mão de obra, seja na forma de trabalho forçado ou assalariado.

Palavras-chave: Agroindústria canavieira. Formação territorial. Desenvolvimento. Lençóis Paulista.

## ABSTRACT

This work intends to analyze the development of the sugar cane agroindustry of Lençóis Paulista and the meanings of its activity in the territory of the municipality. This analysis takes place from the discussion of the development and its practices in the context of the Brazilian dependent capitalism, passes by the revision of the development of the sugar cane agroindustry of São Paulo and then approaches the territorial formation of Lençóis Paulista and the relationship between the sugar cane and the local reality. This movement of the study allows for the observation that the development of the agro industrial sugar cane of Lençóis Paulista is based on movements and tendencies not exclusive to its municipal limits, but common in the State of São Paulo, and under the more general influence of the Brazilian capitalism and its external determinants. The formation of the municipality is founded on movements of the colonization towards the interior in the end of the 18<sup>th</sup> century, and is consolidated with the advance of the coffee cultivation in the west of the State of São Paulo in the 19<sup>th</sup> century and the total suppression of the natives way of life in the region. Present since the beginning of the 20<sup>th</sup> century, the activity related to the sugar cane had a first moment of growth with the installation of tens of firewater distilleries. At the end of the decade of 1940, the Usina Barra Grande of Lençóis (sugar mill and later distillery) is inaugurated, and a process of productive concentration is begun, (together with policies of The State for the sugar sector), also related to increasing concentration of local power by the families owning the distilleries. The modernization headed locally by the sugar mills elite is typical, reproducing the underdevelopment and the dependency, founded on a history of genocide of the native populations, deliberate predation of the environment and of the natural resources, and in the intense exploitation of labor, either in the form of forced labor or through wages.

Key-words: Sugar cane agroindustry. Territorial formation. Development. Lençóis Paulista.



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAI	Complexo agroindustrial
Cepal	Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe
Copersucar	Cooperativa de Produtores de Cana, Açúcar e Álcool do Estado de SP
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
DFID	Department for International Development – Reino Unido
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade
IAA	Instituto do Açúcar e de Álcool
IAC	Instituto Agrônômico de Campinas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MDGs	Millenium Development Goals, ONU
Minagincom	Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio
MLM	Mercado Livre Mundial
MP	Medida Provisória
MPT	Ministério Público do Trabalho
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
ND	Nacional-desenvolvimentismo
OMC	Organização Mundial do Comércio, o mesmo que WTO
ONU	Organização das Nações Unidas
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Proálcool	Programa Nacional do Álcool
SDGs	Sustainable Development Goals
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural

TST	Tribunal Superior do Trabalho
UBG	Usina Barra Grande de Lençóis, grupo Zilor
Unesp	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
ÚNICA	União da Agroindústria Canavieira de São Paulo
UKAID/DfID	Department for International Development, Reino Unido
USAID	United States Agency for International Development
USJ	Usina São José, grupo Zilor
WTO	World Trade Organization, o mesmo que OMC

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>DESENVOLVIMENTO: UM PANORAMA DE DISCURSOS, DEBATES E PRÁTICAS NO BRASIL E NO MUNDO.....</b>	<b>18</b>
<b>2.1</b>	<b>Introdução.....</b>	<b>18</b>
<b>2.2</b>	<b>Um panorama das ideias de desenvolvimento, das origens ao século XX.....</b>	<b>20</b>
<b>2.3</b>	<b>Nacional desenvolvimentismo no Brasil.....</b>	<b>24</b>
<b>2.4</b>	<b>Capitalismo dependente e desenvolvimento desigual e combinado.....</b>	<b>32</b>
<b>2.5</b>	<b>Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo e reversão neocolonial.....</b>	<b>36</b>
<b>2.6</b>	<b>Breve síntese .....</b>	<b>46</b>
<b>3</b>	<b>ESTADO E AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA PAULISTA.....</b>	<b>48</b>
<b>3.1</b>	<b>Introdução.....</b>	<b>48</b>
<b>3.2</b>	<b>Agroindústria, complexo agroindustrial e agronegócio.....</b>	<b>49</b>
<b>3.3</b>	<b>Cana-de-açúcar no Brasil: da colônia ao século XX.....</b>	<b>52</b>
<b>3.4</b>	<b>Cana-de-açúcar e Estado em São Paulo.....</b>	<b>56</b>
<b>3.5</b>	<b>Do Proálcool ao século XXI.....</b>	<b>67</b>
<b>3.6</b>	<b>Século XXI: agronegócio e mundialização.....</b>	<b>73</b>
<b>3.7</b>	<b>Breve síntese.....</b>	<b>81</b>
<b>4</b>	<b>GEOGRAFIA DE LENÇÓIS PAULISTA E AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA.....</b>	<b>84</b>
<b>4.1</b>	<b>Espaço e território.....</b>	<b>84</b>
<b>4.2</b>	<b>Caracterização inicial do município de Lençóis Paulista.....</b>	<b>88</b>
<b>4.3</b>	<b>Lençóis Paulista: movimentos iniciais de formação territorial.....</b>	<b>93</b>
<b>4.4</b>	<b>Agroindústria canavieira lençoense no século XX: a era dos engenhos (1900-1950).....</b>	<b>107</b>
<b>4.5</b>	<b>Agroindústria canavieira lençoense no século XX: a era das usinas (1950-presente).....</b>	<b>115</b>
<b>4.5.1</b>	<b>Aspectos da agroindústria canavieira lençoense na Era das Usinas.....</b>	<b>119</b>
<b>4.5.1.1</b>	<b>Reestruturação produtiva, terceirização no campo e trabalho.....</b>	<b>119</b>
<b>4.5.1.2</b>	<b>Impactos no meio ambiente.....</b>	<b>126</b>
<b>4.5.1.3</b>	<b>A legalidade da posse de terras.....</b>	<b>128</b>
<b>4.5.1.4</b>	<b>As usinas e o poder local.....</b>	<b>132</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>136</b>

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>139</b>
<b>APÊNDICE A – ENGENHOS LENÇOENSES EM PACCOLA, 2005.....</b>	<b>149</b>
<b>APÊNDICE B – TERRAS DEVOLUTAS EM LENÇÓIS PAULISTA.....</b>	<b>155</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Há regiões no Estado de São Paulo onde os olhos não podem alcançar fragmento algum da paisagem que não seja marcado pela ação humana. Estas marcas trazem consigo os traços dos processos que as determinam, mais especificamente, os processos de acumulação de capital, representados em suas feições físicas, em uma "[...] paisagem geográfica, abrangida pelo capital fixo e imobilizado [...]" (HARVEY, 2005 p. 51). São marcas do passado que, se por um lado aparentam e representam ideais de progresso e desenvolvimento, por outro, significam “[...] uma pressão inibidora do progresso adicional”.

Essa paisagem aqui referida é o “mar de cana” que caracteriza (e homogeneíza) largas porções da superfície do interior paulista. Estado líder no país que lidera a produção mundial de açúcar, até meados da primeira década do século XXI à frente na produção mundial de etanol combustível, São Paulo é o principal palco, no Brasil, dos desenvolvimentos ligados à produção sucroalcooleira, oscilando com a maré dos mercados internacionais e com suporte de diversos e dispendiosos programas estatais.

Com um poderio econômico que remonta aos tempos coloniais, e com expressão política vigorosa, as elites proprietárias da agroindústria canavieira frequentemente se arrogam o papel de promotoras do desenvolvimento econômico nacional, protagonistas de desenvolvimento tecnológico, e, mais recentemente, portadoras dos sonhos da “energia limpa” e brasileira. Exemplos muito simbólicos disso são títulos de ampla bibliografia que envolve o setor: “Açúcar e álcool: centro dinâmico da economia brasileira” (APEC/COPERFLU, 1979); “Açúcar e Álcool na História e no Desenvolvimento Social do Brasil” (BRANDÃO, 1985); “Pró-álcool: a única alternativa para o futuro” (LEITE, 1987); “A energia da cana-de-açúcar” (MACEDO, 2005).

A retórica dos proprietários, entretanto, está muito longe de ser imune a críticas e contrapontos. É marca desta atividade a superexploração do trabalho no campo, ainda presente mesmo com a crescente mecanização (e dispensa de trabalhadores sem maiores pudores ou preocupações). A depredação ambiental reduziu drasticamente os remanescentes de matas nativas no Estado, e a contaminação por vinhaça e agrotóxicos impacta as águas e o solo (HASSUDA, 1990, p. 5), os trabalhadores e a população. A ascensão dos grupos usineiros resulta em aumento da desigualdade social e da concentração do controle da terra, refletindo também na concentração do poder público local (SALLES, 2012). Nas atuais ondas de modernização produtiva, intensifica-se a dependência tecnológica de empresas estrangeiras

(dos insumos agrícolas aos sistemas de informação, mesmo que sobrevivam fornecedores nacionais de equipamentos industriais - notadamente das regiões de Piracicaba e Sertãozinho), além do progressivo aumento da participação direta do capital estrangeiro, este que tem como sintoma mais forte a constituição da Raízen, *joint-venture* dos grupos Shell e Cosan (líder nacional no setor).

A tarefa que se coloca neste trabalho é, então, realizar a observação e discussão das questões apontadas no parágrafo anterior para o recorte geográfico do município de Lençóis Paulista. Na localidade, a história do último século apresenta fortes relações com a agroindústria canavieira. Produtor de cachaça e açúcar desde as primeiras décadas do século XX, o município veria um notável florescer de engenhos até a década de 1950, seguido pela ascensão das usinas, estas que operam em escala brutalmente superior. Observa-se a partir daí um quase extermínio dos pequenos engenhos, e um controle crescente de terras (e poder político) pelo então grupo Zillo-Lorenzetti, atualmente denominado Zilor, em processo tratado no terceiro capítulo. Espera-se justificar a investigação pela característica diferenciada da cidade no ramo, que possui importância e produção consideráveis, numa região que comporta também outros grupos. A maior unidade da Raízen, por exemplo, localiza-se na vizinha Barra Bonita. Porém, Lençóis não alcançou a mesma expressão de outros centros sucroalcooleiros produtores de equipamentos e difusores de tecnologia, como Piracicaba e Sertãozinho.

Para este trabalho, foram feitas análise documental, entrevistas, pesquisa bibliográfica, coleta, quantificação e tratamento de dados. Todas estas técnicas foram aplicadas conforme a necessidade colocada pelo andamento da pesquisa. As principais fontes de dados são IBGE (SIDRA, Censos Agropecuários, Censos Demográficos), Governo do Estado de São Paulo (*Annuários Estatísticos*, SEADE, Secretaria do Meio Ambiente, Instituto de Economia Agrícola), Governo Federal (Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Ministério de Minas e Energia e ANP, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Banco Central e INCRA), Ipeadata (frequentemente apresentando compilações de dados das outras fontes citadas).

Os dados foram coletados através de visitas e pesquisas nas bibliotecas do Arquivo do Estado de São Paulo, do IBGE em São Paulo, municipais de São Paulo (Mario de Andrade) e de Lençóis Paulista (Orígenes Lessa). Além disso, foram feitas pesquisas em bancos de dados disponíveis na *web*, como *sites* oficiais do governo, Ipeadata, IBGE-SIDRA, associações e empresas do setor. Foram feitas entrevistas com 2 ex-funcionários da Zilor (em 3/7/2015 e 20/4/2016) e 1 consultor (em 25/4/2016) que atendeu a empresa entre 2001 e 2003. As

identidades foram preservadas, as entrevistas gravadas, transcritas e tiveram trechos selecionados em função da relevância para a pesquisa – a eles será feita referência como FUNCIONÁRIO 1, FUNCIONÁRIO 2, e CONSULTOR. É necessário registrar, também, que durante a pesquisa foram feitas inúmeras tentativas de colher depoimentos da empresa e de suas associadas, como forma de dar a elas voz e espaço para manifestar sua posição. Funcionários e ex-funcionários de nível de direção, conselheiros, parceiros e a assessoria de imprensa da empresa foram insistentemente contatados no decorrer da pesquisa. Mesmo que o pesquisador frequentemente tenha sido tratado com cordialidade, todas essas tentativas foram, entretanto, infrutíferas.

Este trabalho coloca para si a orientação de manter a compreensão da totalidade do processo que se expressa e se particulariza na conformação territorial de Lençóis Paulista. Assim, evita tendências às explicações fatorialistas, a busca por uma explicação "monocausal", as hipóteses deterministas, e a redução a um "exame sistemático" das formas e movimentos do objeto (PAULO NETTO, 2012, p. 13-15). O método de pesquisa empregado, na procura de apreender esta totalidade, pode ser descrito pela ideia das "aproximações sucessivas" ao objeto, visto que cada movimento de abordagem foi sucedido de análise, reflexão e associação, antes de uma nova aproximação. Essas sucessivas aproximações não aparecerão na confecção do texto, que pretende apresentar os resultados finais do trabalho de investigação.

Na confecção deste trabalho destinado à “prateleira” da geografia humana, foi feita a opção metodológica de que esta pode ser vista, nas palavras de Antonio Carlos Robert Moraes, como “uma modalidade de história”:

Parte-se de uma tradição epistemológica que concebe a totalidade não como um macroobjeto – uma representação exaustiva que engloba o conhecimento de todo o existente – mas fundamentalmente como um recurso de método: um modo associativo de pensar o real, que busca relações e conexões entre os fenômenos analisados. Quando se entende que esta visão totalizadora opera por sucessivos trânsitos entre níveis abstratos e concretos de reflexão e análise – em outras palavras, através de um contínuo fluxo entre a universalidade e a singularidade contida nos objetos tratados – pode-se tomar o estabelecimento dessas relações e conexões como uma ação particularizadora, visão que fundamenta a possibilidade de abordagens histórico-dialéticas em ciências humanas. Nestas, a historicidade não é dissociada do ser, mas vista como caminho único de sua apreensão enquanto parte movente (e só enquanto movimento passível de ser apreendida) do real.

Tal entendimento leva a tomar a particularidade como campo de mediações, o que implica a possibilidade lógica da existência de variadas formas de abordar os fenômenos do mundo. Nesse equacionamento, a questão das diversas abordagens disciplinares fica mais bem esclarecida, pois conforme se despe a análise de

pressupostos unicausais, maior se apresenta a multiplicidade do real e, em consequência, o número de mediações existentes no mundo. Mais claro fica também o entendimento da qualidade básica desta visão totalizadora: buscar a explicação do específico, sem isolá-lo. Isto remete a apreensões angulares da realidade, justificando recortes analíticos que não esgotam a temática tratada, mas contribuem para a explicitação da teia de mediações responsável por seu movimento. (MORAES, 2005, p. 40).

Entende-se que a formação do território hoje delimitado por Lençóis dá-se dentro de um contexto e movimento históricos comuns a muitos outros municípios do Estado de São Paulo, componentes do processo da integração do espaço brasileiro ao circuito da dinâmica capitalista mundial. As características contemporâneas do espaço geográfico lençoense, como em tantos outros recortes espaciais que se possam fazer na região ou no país, trarão marcas típicas da formação do capitalismo brasileiro e da interiorização deste. Essas marcas são a constituição de uma sociedade ultraelitista, culturalmente colonizada, dependente das dinâmicas globais do capital, fundada sobre um histórico de genocídio indígena, predação deliberada do meio ambiente e recursos naturais (SAMPAIO JÚNIOR, 1999), e na intensa exploração da mão de obra, seja na forma de trabalho forçado ou assalariado. Reconhecendo, assim, a profunda relação dos processos locais com os processos nacionais, e entre o histórico e o geográfico, espera-se aqui caminhar sob a perspectiva conjunta da **formação nacional** e da **formação territorial**.

De maneira sintética, indicam-se como **objetivos** desta pesquisa:

1. Realizar revisão histórica sobre a formação territorial, o desenvolvimento agrícola e agroindustrial de Lençóis Paulista.
2. Revisar o histórico de desenvolvimento da agroindústria canavieira paulista e discutir a relação deste desenvolvimento com o contexto local de Lençóis Paulista.
3. Analisar o desenvolvimento promovido em Lençóis Paulista e relacionado à indústria sucroalcooleira, seu caráter e suas implicações territoriais.

Para proceder com a análise e aprofundamento da discussão destes traços, este trabalho caminha ao longo de três capítulos: (1) Desenvolvimento: um panorama de discursos, debates e práticas no Brasil e no mundo, (2) Agroindústria canavieira paulista no século XX, e (3) Geografia de Lençóis Paulista e agroindústria canavieira, precedidos por esta introdução, e sucedidos por uma seção de considerações finais. A ordem dos capítulos reflete a opção por



partir das determinações de ordem mais geral em direção à realidade local.

Sendo a abordagem analítica do desenvolvimento eixo importante das discussões aqui apresentadas, é pelo debate acerca do tema que se inicia a redação. O **primeiro capítulo** não se propõe realizar minuciosa revisão da vasta literatura disponível, mas localizar conceitos que orientem a análise, desde uma abordagem mais ampla sobre desenvolvimento econômico, a evolução deste conceito, a prática estatal em relação a ele, suas possibilidades analíticas e explicativas, e os caminhos críticos que ele pode oferecer. O objetivo é abordar o caso específico do desenvolvimento capitalista brasileiro, para orientar a discussão de um determinado recorte espacial, o município de Lençóis Paulista, partindo de uma perspectiva que privilegia a essência histórica da questão do desenvolvimento, observando especialmente autores da chamada tradição da formação nacional (como Celso Furtado, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes). Visto que tal temática toma corpo no século XX, e no Brasil com o nacional-desenvolvimentismo de Vargas (com o qual a intervenção estatal na agroindústria canavieira consolida-se em novos patamares), a partir de 1930, há foco no período histórico ali iniciado e nos dias atuais.

Antes de centrar os olhares na especificidade local, o **segundo capítulo** revisa o processo de desenvolvimento da agroindústria canavieira paulista no século XX. É neste período que o Estado de São Paulo ultrapassa os tradicionais produtores do Nordeste, notadamente Pernambuco e Alagoas, para entrar no século XXI como líder em produção, desfrutando de larga vantagem. A distância viria a se alargar ainda mais nos anos 2000, com a área colhida de cana praticamente dobrando na primeira década deste século. Esta evolução canavieira terá importante relação com políticas de intervenção do Estado brasileiro – marcadamente com o intervencionismo “nacional desenvolvimentista” atrelado a interesses de classes proprietárias, estes por sua vez influenciado, frequentemente, por oscilações externas. Mesmo que seja o século XX o período de maior interesse, as raízes coloniais da empresa canavieira brasileira são de extrema importância – o açúcar no Brasil Colônia foi negócio de grande vulto e expressão, e componente essencial do “sentido da colonização” brasileira. Considera-se, então, importante realizar uma contextualização do negócio colonial do açúcar, para então aproximar-se da história canavieira paulista, sem deixar de lado sua relação com o café, e seu atrelamento às políticas de Estado.

É no **terceiro capítulo** que as atenções se voltam mais diretamente a Lençóis Paulista. No início do século XX, Lençóis era predominantemente uma produtora de café para exportação. A cana-de-açúcar, entretanto, já se faz presente, com registros de produção de

aguardente e “assucar” nos primeiros anos do século, nos “Annuarios Estatísticos” paulistas. Até 1950, o número de engenhos que processam cana cresceria rapidamente, sendo registrados 70 deles em 1941 (CHITTO, 1980, p. 100), o que conferiu ao município o apelido de “princesa dos canaviais”. No final da década de 1940, instalam-se as usinas do grupo Zillo-Lorenzetti – uma em Lençóis e outra na vizinha Macatuba. Se o plantio de cana viria a crescer em ritmo sem precedentes, o número de engenhos entraria em forte declínio, com relações diretas à ascensão do grupo usineiro. Do processo inicial de formação territorial (vinculada ao movimento de “expansão para o oeste” paulista iniciado em fins do século XVIII) à conformação agroindustrial que emerge e se consolida no século XX, este capítulo discute as formas do desenvolvimento econômico e sócio-espacial vinculadas à evolução agroindustrial. Se a concentração (produtiva e fundiária) já se aponta claramente, uma série de outros aspectos seriam impactados pelo ascenso do modelo usineiro. Enquanto a área plantada de cana-de-açúcar atingiria cerca de metade da área do município (42.000 de 80.000 hectares) em 2009, a vegetação nativa atual alcança apenas cerca de 5%, ou 4.000 hectares. Sucedendo temporalmente o desmate promovido pela pecuária e pelo café, a cana é apontada como importante fator para esta estatística, dividindo nas últimas décadas a condição de causa com o eucalipto e o pinus (LENÇÓIS PAULISTA, 2013, p. 42). O esforço descritivo e analítico destes movimentos, somado a aspectos de trabalho e população, é a tônica do terceiro capítulo.

A evolução da agroindústria canavieira lençoense, com sua expansão em substituição a outras atividades, pode ser entendida como dependente de impulsos fora do alcance de seus proprietários, e, pode-se acrescentar, dissociada dos interesses mais coletivos da sociedade ali instalada, cabe o entendimento de aspectos de “especialização alienígena e alienada”, de Milton Santos. Se índices econômicos evoluem, é apropriado contrapor o “brilho” das atividades canavieiras com a constituição de

[...] uma coerência subordinada, dependente de entidades estranhas à área e cujo processo obedece a mandamentos que não têm inspiração local nem preocupação com os destinos locais [...] de modo que o processo de crescimento realizado no lugar pode ser definido como um crescimento alienado, o que autoriza a considerar tais atividades como especializações não apenas alienígenas, por sua origem, mas alienadas, pelo seu desenvolvimento. (SANTOS, 2010, p. 300-301).

Embora tenha sido opção deliberada evitar, ao longo do texto, qualquer tipo de narração em primeira pessoa, creio oportuno um parágrafo em tom mais pessoal, como forma

de reconhecimento de minha ligação com o tema. Tendo vivido de 1980, quando nasci, até 2012 em Lençóis Paulista (exceto por períodos de estudos em Bauru, São Paulo e Campinas), a relação da realidade local com a agroindústria sucroalcooleira foi sempre, para mim, objeto de interesse. Estudei em escola particular criada e gerida por educadoras provenientes de famílias usineiras, que com outras educadoras construíram uma interessante instituição, e por elas nutro ainda muita admiração e carinho. Vi famílias de amigos chegarem à cidade para trabalhar nas usinas no auge do Proálcool, e anos depois saírem com as demissões iniciadas durante a década de 1990, bem como tantos outros profissionais (bancários, professores, médicos, servidores públicos) atraídos pela expansão sucroalcooleira, mesmo que indiretamente. Vi boias-frias sendo carregados em caçambas de caminhões, em meio a suas ferramentas, sem segurança alguma, trabalhando sem equipamentos de proteção e segurança, sem sombra para almoçar, sem alimentação adequada, sem banheiro. Recebi, no comércio, os “vales” que estes recebiam por seu trabalho extenuante e precarizado. Convivi com o “carvãozinho” das queimadas de cana, com o cheiro do garapão (vinhaça), com a névoa das queimadas no inverno. Observei e estudei os problemas ambientais derivados da atividade, além de presenciar e tomar conhecimento de desastres, crimes, irregularidades. Tive parentes e amigos que trabalharam no campo, na indústria, no escritório (como é comum se referir, na cidade, aos setores administrativos da Zilor), estive em lares de trabalhadores de todas as camadas vinculadas à agroindústria, inclusive os próprios acionistas. Ainda hoje, amigos de minha geração trabalham como engenheiros, projetistas, gestores, consultores, e jornalistas, vinculados ao setor, mesmo que não localmente. Lutei com trabalhadores sem-terra contra a posse ilegal da terra, contra a concentração fundiária, e senti a ação da justiça e da polícia em favor do agronegócio instalado em Lençóis e suas adjacências. Acompanhei e participei da política local, em meio à permanente construção da hegemonia elitista da cidade, bem como os esforços de edificação de consensos em torno das falsas imagens de uma economia justa preocupada com o social e o meio ambiente, de bondade dos poderosos, de superioridade do imigrante europeu, homem branco e conservador, e de uma cidade ideal construída por eles. Vi e vivi a cana e suas contradições, suas expressões de riqueza, predação e poder. A minha vida em Lençóis Paulista não é uma bibliografia consagrada, muito menos o ponto de partida teórico para este trabalho. Mas é a motivação que impulsiona a pesquisa que o TerritoriAL me permitiu desenvolver – e por esta oportunidade expresso minha gratidão.

## 2 DESENVOLVIMENTO: UM PANORAMA DE DISCURSOS, DEBATES E PRÁTICAS NO BRASIL E NO MUNDO

### 2.1 Introdução

A evolução de um setor econômico significativo como é a agroindústria sucroalcooleira no Brasil não é algo espontâneo ou isolado dos demais movimentos histórico-econômicos. Ao contrário, está neles inserida, e, à medida que toma grandes proporções, produz e reproduz os traços do capitalismo brasileiro. Com o objetivo de discutir essa evolução (e sua manifestação em Lençóis Paulista), cabe uma aproximação aos significados históricos, práticos e políticos do debate acerca do desenvolvimento (econômico e nacional), como via de contextualização, compreensão e identificação dos processos de configuração territorial lençoenses relacionados à agroindústria sucroalcooleira. Embora a temática do desenvolvimento apresente especial valor para a elaboração de agendas políticas, ela interessa neste trabalho como instrumento de discussão de como o desenvolvimento agroindustrial em Lençóis Paulista se integra ao desenvolvimento brasileiro, e o que representa, em termos de desenvolvimento, a empresa canavieira local.

A via de abordagem das formas da evolução social através do conceito de desenvolvimento econômico é marca de expressões políticas e acadêmicas do século XX, exemplificada pela atuação de organismos e mecanismos internacionais do pós-guerra (Organização das Nações Unidas - ONU, acordo de Bretton Woods, Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Mundial), pela atuação de um Estado “nacional-desenvolvimentista” no Brasil pós 1930, ou pela visão analítica e propositiva de Furtado e da Cepal, da qual é expoente. O primeiro exemplo, o dos organismos internacionais, pode ser visto como instrumentos de conformação de “uma ordem internacional tutelada pelos Estados Unidos” (FURTADO, 2013, p. 216, 240, 248, 270), essencial na estratégia de afirmação da hegemonia estadunidense. (MARTINS, 2011, p. 240). Tal intenção compromete as capacidades explicativas pelas teorias aí associadas, motivo pelo qual este trabalho não se detém sobre elas.

É preciso, assim, colocar em relevo o uso político que se faz da expressão: em nome do “desenvolvimento”, governos, frequentemente sob orientações vindas de outros países ou de organismos multilaterais, reorganizam relações com o capital internacional, fecham ou abrem mercados nacionais, criam empresas estatais ou privatizam, impulsionam atividades

extrativistas ou financiam produção científica e tecnológica. Mais do que sinônimo de planejamento ou avanço, a expressão acaba por aceitar as diversas conotações conforme a conveniência para as classes dirigentes, e os impactos para as classes subalternas. Não espanta, assim, que “desenvolvimentismo” tenha se tornado um termo vago, e sua utilização, com a discussão de um possível “novo” ou “neo” desenvolvimentismo brasileiro no século XXI, seja descrita como “uma grosseira apologia da ordem”, simplória e provinciana (SAMPAIO JÚNIOR., 2012, p. 4, 13), ou ao menos como uma “inversão de sinais” (GONÇALVES, 2013, p. 169).

A análise pela via do “desenvolvimento econômico”, entretanto, é um dos caminhos existentes para a compreensão das transformações sociais, oferecendo também a possibilidade da construção de pautas para organização e ordenação dos fatores que a promovem, dirigindo os resultados conforme interesses determinados. A compreensão desses processos não caberá em termos economicistas, universais ou atemporais: esta problemática se desdobra em dimensões temporal, espacial e social (SAMPAIO JÚNIOR., 1999a, p.10-11). Mesmo que frequentemente sequestrada ideologicamente, a abordagem analítica da sociedade pela via do desenvolvimento ainda oferece caminhos e instrumentos oportunos, bem como a compreensão e localização de teóricos que oferecem conjunto analítico para a realidade do capitalismo dependente brasileiro. A discussão do desenvolvimento tem aqui finalidade de compreender, sob enfoque predominantemente histórico, os movimentos da sociedade brasileira e os impactos deles refletidos no território de Lençóis Paulista, em correlação com a agroindústria canavieira ali instalada.

A atenção deste trabalho, porém, não se volta à discussão teórica macroeconômica abstrata, de modelos dos sistemas econômicos “baseados em relações estáveis entre variáveis quantificáveis” (FURTADO, 1975, p. 3) – discussão escolhida por Furtado como um dos planos da tarefa explicativa da teoria do desenvolvimento, ao lado da abordagem histórica. Se para o autor uma tentativa de formulação de uma tal teoria não poderia prescindir da discussão do primeiro plano, interessa mais, neste trabalho, dar foco ao segundo, levantando elementos de caráter histórico e crítico que contribuam para a compreensão do desenvolvimento capitalista periférico e subordinado que encontramos no Brasil, e seus reflexos na realidade econômico-social de Lençóis Paulista. Em posição distinta de Furtado, Caio Prado Jr. põe em primeiro plano a essência histórica do desenvolvimento:

[...] o desenvolvimento e crescimento econômico constituem tema essencialmente histórico, e ao contrário do tratamento que lhe vem sendo dado pelos economistas [...] não pode ser incluído em modelos analíticos de alto nível de abstração, e deve

ser tratado na base da especificidade própria e das peculiaridades de cada país ou povo a ser considerado. [...] (PRADO JÚNIOR., 1972, p. 17).

A discussão do determinado recorte espacial, neste trabalho, inclui o reconhecimento de que as formas que caracterizam sua configuração geográfica “podem não ser originariamente geográficas, mas terminam por adquirir uma expressão territorial” (SANTOS, 2012, p. 12). Esta análise com recorte territorial em nível municipal não dispensa, também, o estabelecimento de nexos com os movimentos da “totalidade”: “o potencial cataclísmico do atual padrão de acumulação”, expresso nas feições do subdesenvolvimento, é “resultante da evolução do sistema capitalista mundial e seus efeitos particularmente adversos para os povos da periferia do capitalismo” (HADLER, 2012, p. 181). O termo “subdesenvolvimento” pode assumir conotações variadas, mas descarta-se aqui o uso segundo o qual este corresponderia a um estágio anterior de uma evolução econômica rumo ao desenvolvimento. “[...] os países ditos ‘subdesenvolvidos’ evoluíram ao mesmo tempo que os países desenvolvidos, mas não no mesmo sentido nem do mesmo modo” (BETTELHEIM, 1973, p. 53). Ignorar a diversidade das condições “qualitativas” entre países ditos industrializados e os subdesenvolvidos mascara a condição real dos últimos e os nexos entre os dois grupos. A história cria um espaço geográfico heterogêneo, com assimetrias entre diferentes recortes, e com assimetrias dentro de cada recorte, no que se refere ao avanço produtivo e social.

Considerando então a relevância das teorias, práticas, modelos, políticas e discursos do desenvolvimento na constituição da realidade brasileira, este capítulo terá como função fornecer bases para contextualizar e relacionar os movimentos da agroindústria sucroalcooleira nacional, paulista e lençoense com os processos mais gerais do desenvolvimento capitalista brasileiro. A atenção se localizará sobre os debates acadêmicos e algumas práticas políticas relacionados à temática do desenvolvimento, sem a pretensão de descrever com mais detalhe os movimentos do capital que esses debates e práticas acompanham.

## **2.2 Um panorama das ideias de desenvolvimento, das origens ao século XX**

Atribui Furtado a correntes de pensamento europeu do século XVIII a gênese da ideia de desenvolvimento, em sentido social/histórico/econômico. “Marcha progressiva para o racional”, acumulação de riqueza como propulsora do bem-estar no futuro, e expansão

geográfica da civilização europeia sobre demais povos, levando a estes “acesso a formas superiores de vida” são as três visões encontradas em tais correntes. A primeira visão se encontraria na filosofia de Kant e Hegel; a segunda no pensamento de Adam Smith – na qual “a busca do interesse individual é a mola propulsora do bem-estar coletivo”. A terceira localiza-se na corrosão da ideia do poder imperial manifesto no quadro do mercantilismo e do Pacto Colonial, com a substituição dela por uma doutrina de “missão civilizadora” das economias da Europa que promoveriam aumento de bem-estar dos povos considerados atrasados através do intercâmbio internacional. Tais vias do pensamento setecentista são classificadas como “otimistas” por Furtado (FURTADO, 2013, p. 198-200).

As significativas transformações decorrentes da evolução capitalista em nações Europeias, e a subordinação do processo social a critérios de um novo pensamento econômico – caracterizado por uma racionalidade instrumental que separava as atividades econômicas das demais atividades sociais – teriam influência na formação de um pensamento “pessimista”. “[...] urbanização caótica, desorganização da vida comunitária, transformação do homem, inclusive dos menores, em simples força de trabalho” causavam mal-estar a pensadores da época. Exemplo disto é Malthus com seu “princípio de população”. Se diversos pensadores se debruçariam sobre a “lei dos rendimentos decrescentes” e a tendência à estagnação a longo prazo, Marx, por sua vez, não tirava daí conclusões pessimistas. O agravamento das “contradições internas”, para ele, teria significado de anúncio de uma forma superior de sociedade em gestação (FURTADO, 2013, p. 202-203).

A abordagem dos economistas clássicos (como Ricardo), ainda segundo Furtado, esbarraria numa restrita visão do progresso técnico como um fator de produção, enquadrado em esquemas microeconômicos. A exclusão de “uma visão global do sistema social e da natureza das relações deste com o meio físico que controla e com o exterior” (FURTADO, 2013, p. 204) comprometeria a compreensão da evolução técnica na sociedade capitalista. O progresso técnico seria a chave da persistência do processo de acumulação, acumulação esta definida como transferência para o futuro do uso final de recursos disponíveis no tempo presente. Eficácia maior dos processos produtivos e a introdução de novos produtos finais são as formas do progresso técnico para Furtado – conjunto de fatores que modificam o quadro básico de tendência aos rendimentos decrescentes numa situação de acumulação redundante.

O tema do desenvolvimento viria a adquirir expressão muito mais forte a partir do século XX, especialmente no pós-guerra, num contexto de crise – e agonia final - da hegemonia britânica e afirmação hegemônica dos EUA. O “desmantelamento das estruturas

coloniais” e a “emergência de novas formas de hegemonia internacional” são transformações significativas desta época (FURTADO, 2013, p. 216). A necessidade de estruturação de um novo sistema financeiro mundial, a recuperação das economias europeias e as reivindicações de movimentos nacionalistas compõem um cenário no qual o desenvolvimento é apropriado como instrumento da organização hegemônica norte-americana, e “juntamente com a autodeterminação, o principal eixo de sua capacidade de coordenação sistêmica dos países periféricos”, associado com o discurso de “defesa das liberdades” (MARTINS, C. E., 2011, p. 214).

São sintomáticos deste período os termos dos acordos de Bretton Woods (1944) e na Carta de Havana (1948), bem como a “superestrutura institucional (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, GATT) que [...] deveria assegurar que as políticas econômicas nacionais se subordinassem aos objetivos da estabilidade internacional” (FURTADO, 2013, p. 216-217), numa doutrina essencialmente liberal. A defesa de uma ordem internacional capitalista ainda nos dias atuais se expressa nos documentos de organizações como a ONU e a OMC (Organização das Nações Unidas e Organização Mundial do Comércio, ou World Trade Organization, WTO na sigla em inglês – esta que veio a substituir o GATT). “*The private sector is an engine of growth*” (“o setor privado é um motor do crescimento”), afirma documento relacionado às Metas de Desenvolvimento do Milênio (Millenium Development Goals), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, ou UNDP, em inglês) (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM, 2010, p. 24). Apoio ao crescimento através de incentivos ao setor privado, modernização agrícola baseada no pacote da “revolução verde”, busca de aumento da produtividade através de “inovação”, “integração ao mercado global” e mesmo a associação com a indústria farmacêutica são apontados como meios de avanço nos quesitos de desenvolvimento apresentados pelo programa (como erradicação da pobreza, combate a doenças e desenvolvimento sustentável).

A OMC também aponta em seus documentos para uma intenção de favorecer países “em desenvolvimento” com suas ações. A expressão entre aspas carrega uma conotação ideológica: o “atraso” seria apenas uma situação temporal, que encontraria uma resolução com a aplicação de receitas liberais, tomadas como sucesso pelos países centrais. A ideia de um caminho universal para o desenvolvimento, evolutivo, tem expressão em teóricos da “modernização”, especialmente em Rostow. Expressões como “países em desenvolvimento” bem se encaixam nesta perspectiva – seria uma questão de tempo que países mais “atrasados” atingissem o grau de desenvolvimento das nações centrais, e o próprio termo



“subdesenvolvimento” acaba sendo usado com esta conotação. Esta visão foi duramente atacada na América Latina, classificada como absurda, pobre, “violência metodológica cometida à realidade” segundo Theotonio dos Santos (apud MARTINS, 2011, p. 225). Tais teorias rogam aos Estados centrais, especialmente os EUA, o papel de exercer uma liderança modernizadora, superando as resistências internas para promover um “arranco” em direção ao desenvolvimento e evitando instabilidades e tensões contrárias aos seus interesses. A incompatibilidade entre esta posição e as já expostas de Caio Prado Jr. e Celso Furtado é clara, dispensando maiores aprofundamentos nesta pesquisa.

As ações da OMC não diferem da linha adotada pela ONU, e também coincidem com a receita liberal: integração aos mercados internacionais (através do sistema de comércio multilateral, neste caso), e cooperações técnicas (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2013). O alinhamento ideológico e prático com os interesses americanos é claro: a justificativa do combate à fome (“*Nearly 800 million people across the globe will go to bed hungry tonight*” – “Quase 800 milhões de pessoas pelo mundo dormirão famintas esta noite”) (USAID.GOV, 2016) impulsiona o compromisso com o setor privado para promover a “revolução verde”, a penetração de capitais, a expansão de mercados e até mesmo o uso de telefones celulares. A aderência das iniciativas do governo americano (através da USAID, da *Feed the Future – The U.S. Government’s Global Hunger and Food Security Initiative*, por exemplo) é completa com o que se encontra no G8, e nas agências já apresentadas (WHITEHOUSE.GOV, 2016; FEEDTHEFUTURE.GOV, 2016; G8, 2009; WORLD TRADE ORGANIZATION, 2013). Os mesmos compromissos aparecem em publicações do G20 (G20, 2015), e mesmo em agências nacionais não americanas, como a UKAID/DFID (UKAID, 2014 p. 1-4). O crescimento econômico é sempre visto como indutor fundamental do desenvolvimento por eles propalado, estimulado com comércio, investimento privado, disponibilidade de capitais e introdução de técnicas “modernas”.

Tais linhas de pensamento e atuação política internacional encontram paralelos na teoria ricardiana, para a qual o comércio internacional elevaria a produtividade e aumentaria o “bem-estar”, aproveitando “vantagens comparativas” das quais cada país desfruta, intensificando assim a especialização produtiva. A apropriação das teses de Ricardo pelos neoclássicos, perceptivelmente sem “compromisso com a realidade histórica”, fixar-se-ia como “um axioma do liberalismo econômico”, respaldando a abertura comercial e as políticas monetárias ortodoxas. O resultado da ação com inspiração ricardiana, na periferia capitalista do século XIX, ao contrário do que defende a teoria, esbarraria na deterioração de preços dos

produtos primários entre 1876 e 1938, comprometendo o crescimento dos países periféricos. Com isto, o papel do Estado nacional na condução econômica seria revisto, o nacional desenvolvimentismo e afirmaria, e novas teses, como aquelas formuladas na Cepal e as da dependência, se apresentariam (MARTINS, 2011, p. 215-216).

### 2.3 Nacional desenvolvimentismo no Brasil

Mesmo que sem o uso do termo “desenvolvimento”, o discurso relacionado a esforços políticos e econômicos de construção nacional e progresso está presente no Brasil ao menos desde sua independência. Tomado como tarefa coletiva de interesse geral, “**Construir o país** é o mote ideológico que orienta um projeto nacional que, atravessando diferentes conjunturas e distintos atores políticos, firma-se como uma das metas hegemônicas na história do império brasileiro” (MORAES, 2005, p. 93, grifos do autor). Tal ideia serve, ao mesmo tempo, como amálgama para as elites de então, e como legitimação da ação do Estado (frequentemente autoritária e violenta) na condução de um processo “épico” de consolidação territorial, controle da terra e do trabalho, e expansão física da economia nacional. Incluía-se aqui a concepção de um Brasil como, antes de um povo, um vasto território rico em espaços a serem povoados (MORAES, 2005, p. 93-94).

Antes de “desenvolver”, a missão neste momento é “civilizar”: “Construir o país é levar a civilização aos sertões, ocupar o solo é subtrair os lugares da barbárie” (MORAES, 2005, p. 95), tarefa a ser desempenhada pela elite portadora da “ilustração”, representada simbólica e executivamente pela monarquia brasileira. Naturalmente, tal “projeto civilizatório” supõe a submissão das populações locais, a apropriação das terras e a “integração” do índio, e a colonização branca dos espaços nacionais. Se conforma, assim, uma visão segundo a qual a natureza e os povos originais são sinônimo de atraso, e sua devastação, de progresso – visão “bastante funcional para justificar um padrão de apropriação do solo altamente dilapidador como o praticado no Brasil desde sua descoberta”. Notável é, assim, que tal elite, autoidentificada como herdeira da tradição europeia, nega seu vínculo histórico com o povo, fazendo convenientes os argumentos de caráter geográfico (a defesa, ocupação e coesão de um território, tomado como espaço delimitado pelas fronteiras políticas do país) como legitimadores de suas ações.

A ideia de um Brasil como território (apartado de seu povo), palco de um processo de

construção nacional através da ocupação “civilizatória” do espaço, permanecerá até as primeiras décadas do século XX (MORAES, 2005, p. 96). Neste momento, novos padrões de interpretação do país emergem, e o papel desempenhado pelo ideal de “civilização” passa a ser ocupado pelo ideal de “modernização”. A tarefa, agora, é a construção do Brasil moderno, materializada através do projeto nacional-desenvolvimentista que se apresenta a partir do primeiro governo Vargas. É possível encontrar, também nesta etapa, significativo componente de ordem espacial:

Pode-se dizer que modernizar é, entre outras coisas, reorganizar e ocupar o território, dotá-lo de novos equipamentos e sistemas de engenharia, conectar suas partes com estradas e sistemas de comunicação. Enfim, modernização no caso brasileiro implicava necessariamente valorização do espaço. (MORAES, 2005, p. 97).

Do início da colonização às primeiras décadas do século XX, a exportação de produtos primários ocupou liderança incontestada na dinâmica econômica brasileira, seja baseada no açúcar, no ouro, na borracha ou no café. Mesmo que o Estado nunca estivesse de fato afastado destas atividades, na entrada dos 1900 era em um quadro liberal, de grau de intervenção estatal relativamente baixo, que elas se organizavam.

A crise deflagrada com o *crack* da bolsa de Nova Iorque, entretanto, em 1929 solaparia definitivamente as ilusões de um desenvolvimento calcado na exportação de gêneros primários. O enfraquecimento da função exportadora impacta severamente seu papel de indutora do crescimento, e agrava o desequilíbrio das contas externas, comprometidas com as importações e demais pagamentos a serem efetuados no exterior (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 70-73). A vigorosa resposta político-ideológica burguesa brasileira seria o “nacional-desenvolvimentismo”.

O Nacional-Desenvolvimentismo (ND) pode ser conceituado, de forma simplificada, como a ideologia ou projeto de desenvolvimento econômico assentado no trinômio industrialização substitutiva de importações-intervencionismo estatal-nacionalismo. [...] O ND é, na verdade, uma versão do nacionalismo econômico; é a ideologia do desenvolvimento econômico assentado na industrialização e na soberania dos países da América Latina, principalmente no período 1930-1980. A soberania pode ser definida como a probabilidade de o Estado-Nação realizar sua vontade independentemente da vontade alheia (ou seja, a vontade de outro Estado-Nação. (GONÇALVES, 2013, p. 36).

É a Revolução de 1930 que decreta a ruptura com o liberalismo econômico, em favor do intervencionismo estatal e de uma “tentativa de planejamento capitalista” no Brasil – o país não é um caso único deste movimento: Índia, Turquia e Argentina, por exemplo,

passariam por processos semelhantes (CHIBBER, 2006, p. 159, 162 ; GONÇALVES, 2013, p.35). A aplicação do ND, possibilitada pelo fracionamento dos setores dominantes, responderia a “imperativos econômicos” dados pela crise: controle das finanças públicas, ajuste das contas externas, acumulação de capital e estabilidade econômica. Se o pensamento nacional-desenvolvimentista deita raízes na afirmação nacional de países do Norte (Inglaterra, França, Alemanha, Estados Unidos, Japão) desde o século XVI, refere-se aqui, sempre, à versão “imperfeita”, à “cópia infiel” do ND aplicada aos países periféricos no século XX, especialmente o Brasil (GONÇALVES, 2013, p. 36, 38, 60).

A política nacional-desenvolvimentista seria um divisor de águas na história econômica brasileira: a transição de uma economia agroexportadora para a economia industrial produziria uma “extraordinária” mudança estrutural (GONÇALVES, 2013, p. 33), marcando uma “Era desenvolvimentista” de meio século (1930-1980). Aumento de dimensões e de diversidade da indústria nacional modificaram qualitativamente a produção e o comércio exterior do país – como exemplo, as exportações dos manufaturados atingiram 53% do total, em valor, em 1980, contrastando com os menos de 10% da década de 1940 (IDEM, p. 44). Mas se o Brasil se industrializou, se urbanizou, e tornou-se um país diferente ao longo da Era Desenvolvimentista, isto não aconteceu sem “poréns”.

O processo histórico dessa fase do capitalismo brasileiro não se daria com uma suplantação, mas com uma imbricação contraditória entre “setores e sistemas econômicos”: “um, o tradicional, centrado na produção de gêneros primários destinados à exportação; o outro, emergente desse e constituído em seu seio, mas que se volta para o mercado interno, e tem por base a indústria” (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 85). O deslocamento relativo do poder político das oligarquias agrárias para as industriais e os naturais conflitos de interesses entre elas não impediram que as primeiras obtivessem também benefícios provenientes do intervencionismo estatal. As ações do governo para amenizar a crise que abatia o setor cafeeiro foram de grandes proporções – Furtado classifica o que chama de “programa de fomento da renda nacional” como “uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha preconizado em qualquer dos países industrializados” (FURTADO, 2007, p. 272), num consagrado episódio de socialização dos prejuízos. O programa de compra dos estoques de café consumiria grande volume de recursos desde 1931 – a política de defesa do café já existia antes deste ano, mas é aqui que o governo a retoma, com intensidade (DEAN, 1971, p. 198).

O caso canavieiro é também significativo desta contradição. Mesmo contendo

essencial componente industrial, o setor era então protagonizado por oligarquias (já nessa época) arcaicas. O peso delas (e das graves instabilidades que as afetariam nas primeiras décadas do século XX) também se fez sentir, congregado com uma visão que encontrava possibilidades (e necessidades) modernizantes e de alternativa ao café no campo, com potencial exportador, e de substituição de importações através do uso do álcool combustível. Mesmo que a relação entre Estado e o negócio açucareiro seja permanente na história brasileira, o governo Vargas inaugura uma nova etapa de intervenção estatal no setor. Ainda que no século XX houvesse precedentes tanto de pressões dos proprietários quanto de (ainda que tímidas) ações estatais, o contexto do nacional-desenvolvimentismo imprimiria uma nova (e amplificada) tônica intervencionista, expressa em iniciativas que serão mais detalhadas no capítulo 2 (por exemplo, “Comissão de Estudos Sobre o Álcool-motor” e “Comissão de Defesa da Produção do Açúcar”, “Plano de Defesa da Produção do Açúcar”, todas do início da década de 1930, rapidamente sucedidas pelo “Instituto do Açúcar e do Álcool”, autarquia esta que viria a centralizar e coordenar os esforços governamentais de apoio ao setor sucroalcooleiro, coroados com o “Programa Nacional do Álcool” – Proálcool, em 1975).

Embora o “ajuste das contas externas”, ou um discurso de redução da vulnerabilidade externa, fosse eixo do projeto nacional-desenvolvimentista, o período correspondente à aplicação deste se inicia e se encerra com graves problemas nas contas externas, essencialmente derivados do endividamento externo, que eclodiriam numa severa crise em 1982 e representaria grande restrição à economia nacional (GONÇALVES, 2013, p. 47, 61). A estabilidade macroeconômica não tem persistência, e o final da Era Desenvolvimentista assiste a um sério incremento das instabilidades. O aspecto “nacionalista” não se confirma à medida que permanece a dependência tanto da necessidade de exportações quanto da penetração de capital estrangeiro na indústria, este que viria a conformar o núcleo dinâmico da indústria brasileira como “nada mais que uma constelação de filiais internacionais em cuja órbita girará quase tudo que a nossa indústria conta de mais expressivo”, mantendo um nexo de subordinação “ao processo comercial em que as grandes empresas internacionais ocupam o centro”. Substituindo as importações, a indústria tenta reequilibrar as dificuldades geradas pela queda das rendas externas, e a ela se atrela. Da mesma maneira, a substituição direciona-se às satisfações de um consumo localizado, e restrito aos setores anteriormente atendidos pelas importações, orientando-se pelas necessidades de um grupo limitado, além de ser pouco efetiva em função da necessidade de insumos estrangeiros. A industrialização será ainda considerada artificial, desordenadamente implantada, tecnologicamente atrasada,

financeiramente precária, incapaz de competir com concorrentes externos, e descolada das dimensões e das necessidades do mercado interno como um todo (PRADO JR, 1972, p. 77-90).

As críticas ao ND brasileiro não se restringem às contradições verificadas no plano econômico entre intenções e resultados. A indução da transformação social pela industrialização não contemplou as necessidades mais gerais da população, mesmo que se tome em conta alguma mudança institucional, nas relações de trabalho e outras. Reformas de maior impacto em questões estruturantes (acesso à terra, tributação, educação) não aconteceram, e a alta concentração de renda e riqueza não se alterou – a política de substituição de importações, ao contrário, beneficiou a transferência de renda dos consumidores para os capitalistas (GONÇALVES, 2013, p. 61). Em termos de “evoluções institucionais”, enquanto houve mudança na estrutura do Estado, o período foi marcado por períodos autoritários, ditatoriais, com Vargas e com a ditadura civil-militar a partir 1964.

De maneira geral, este desenvolvimentismo brasileiro pode ser interpretado como a exploração de “uma espécie de miniatura do modelo europeu de revolução burguesa, através de expedientes improvisados e oportunistas” (FERNANDES, 1975, p. 21), num contexto de afirmação de um “novo padrão de imperialismo”, capitaneado (especialmente na América Latina) pelos EUA, levado a cabo por suas instituições e corporações, e frequentemente saudado pelas burguesias locais. Tal reprodução de modelo não encontraria aqui as mesmas condições vistas nas potências do velho mundo, e não levaria a uma ascensão virtuosa da indústria: “a industrialização brasileira marchará canhestramente e por impulsos descontínuos e desordenados, ao sabor de vicissitudes que lhe são estranhas, como em particular a caprichosa conjuntura das finanças externas” (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 80). Antes de promover um progresso consistente para o conjunto da sociedade, contribui para uma “revitalização, sob condições modernas”, de “estruturas de poder ou privilégios arcaicos e anti-sociais” (FERNANDES, 1975, p. 26), perpetuando, e frequentemente agravando, “a defeituosa estrutura social brasileira” (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 81).

As teses “nacional-desenvolvimentistas” dos expoentes da Cepal Celso Furtado e Raul Prebisch também apontavam a política de industrialização por substituição de importações como eixo de promoção de desenvolvimento e ruptura com a dependência dos produtos primários, com momentânea associação com o capital estrangeiro, e permanente direção do Estado. Furtado apontaria para um desenvolvimento que atenderia a três critérios:

[...] o do incremento da eficiência do sistema produtivo; o da satisfação das necessidades básicas da população; e o da consecução de objetivos que se propõem distintos grupos de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos. (FURTADO, 2013, p. 211).

A dificuldade em precisar o último critério leva o autor a postular que a concepção de desenvolvimento de uma sociedade não independe de sua estrutura social, “e tampouco a a formulação de uma política de desenvolvimento é concebível sem a tutela de um sistema de poder”. O avanço da eficácia produtiva, apartado dos demais critérios, associado à “expansão do consumo dos grupos de rendas altas e médias” se vincularia a “uma degradação da qualidade de vida do conjunto da população”, reforçando a desigualdade:

A subordinação da inventividade técnica ao objetivo de reprodução de uma estrutura social fortemente inigualitária e de nível elevado de acumulação constitui a causa de alguns dos aspectos mais paradoxais da civilização contemporânea [...]. (FURTADO, 2013, p. 213).

Resgatando a visão de seu colega na Cepal Raul Prebisch, Furtado aponta para esta circunstância como alvo da teoria do subdesenvolvimento: quando “aumentos de produtividade e assimilação de novas técnicas não conduzem à homogeneização social, ainda que causem elevação do nível médio da população”. Apoiado ainda na visão de Prebisch, que via no capitalismo uma “ruptura estrutural” por ele designada “centro-periferia”, Furtado aponta que “desenvolvimento e subdesenvolvimento manifestam-se, como aspectos distintos de um mesmo processo histórico, concretamente, na estrutura centro-periferia” (FURTADO, 2013, p. 58, 254). O subdesenvolvimento também poderá ser entendido, pelo mesmo autor, como

[...] uma formação social extremamente precária, marcada por profundas desigualdades, em um padrão antissocial de distribuição de renda. Caracteriza-se pela perpetuação de formas de dominação e de marginalização social que deitam raízes em estruturas pré-capitalistas, na formação colonial, e com as quais o setor capitalista primário-exportador não entra em contradição. (HADLER, 2012, p. 59).

Contrapondo-se à ideia do desenvolvimento como um caminho natural do capitalismo nos países atrasados, Furtado argumenta que “o processo de acumulação tende a ampliar o fosso entre um centro, em crescente homogeneização, e uma constelação de economias periféricas, cujas disparidades continuam a agravar-se.” (FURTADO, 1974, p. 68-9). A modernização, no autor, é tratada como um “processo de adoção de padrões de consumo sofisticados [...] sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos” (IDEM, p. 81).

Conforme avança a industrialização, e esta passa a produzir bens previamente importados para o consumo dos grupos sociais modernizados, expõe-se uma situação em que esta tentativa de reprodução dos padrões de consumo dos países avançados (denotando uma “dependência cultural”) induz à incorporação de tecnologias produtivas que se conectam a esta demanda, e não ao nível de acumulação de fato alcançado pelo país. Em outras palavras:

[...] a tecnologia incorporada aos equipamentos importados não se relaciona com o nível de acumulação de capital alcançado pelo país e sim com o perfil da demanda (o grau de diversificação do consumo) do setor modernizado da sociedade. Dessa orientação do progresso técnico e da conseqüente falta de conexão entre este e o grau de acumulação previamente alcançado, resulta a especificidade do subdesenvolvimento na fase de plena industrialização. Ao impor a adoção de métodos produtivos com alta densidade de capital, a referida orientação cria as condições para que os salários reais se mantenham próximos ao nível de subsistência, ou seja, para que a taxa de exploração aumente com a produtividade do trabalho. (FURTADO, 1974, p. 81-82).

A dependência dos produtos importados, manifesta especialmente nos estratos sociais mais altos, vem a superar uma mera “imitação dos padrões externos de consumo” (IDEM, p. 89), para se configurar como diretriz do avanço industrial, e favorecer a entrada de grandes grupos estrangeiros que possam, através de suas subsidiárias, produzir localmente os artigos antes importados. O subdesenvolvimento assume então, em Furtado, o significado de um direcionamento econômico voltado a abastecer “elites aculturadas”, pleno de discontinuidades e de desconexões, pautado pela dependência, e reproduzidor de desigualdades.

O subdesenvolvimento tem suas raízes numa conexão precisa, surgida em certas condições históricas, entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência. Quanto mais intenso o influxo de novos padrões de consumo, mais concentrada terá que ser a renda. Portanto, se aumenta a dependência externa, também terá que aumentar a taxa interna de exploração. Mais ainda: a elevação da taxa de crescimento tende a acarretar agravação tanto da dependência como da exploração interna. Assim, taxas mais altas de crescimento, longe de reduzir o subdesenvolvimento, tendem a agravá-lo, no sentido de que tendem a aumentar as desigualdades sociais (FURTADO, 1974, p. 94).

Com parque industrial precário, os países subdesenvolvidos dependem de mais do que artigos de luxo: necessitam também de bens de produção e capitais a serem investidos em sua expansão industrial, além de sofrerem com a remessa de lucros realizados por empresas estrangeiras que produzem e comercializam seus produtos em tais países. A exportação de gêneros primários será a fonte “natural” de recursos para estes países. Entretanto, depender da venda de tais mercadorias acarreta novos problemas:

A exportação, a importação, o serviço financeiro do capital estrangeiro e as novas inversões desse capital – elementos esses que compõem o essencial das contas externas dos países subdesenvolvidos – não se relacionam entre si de maneira a variarem em função uns dos outros, assegurando um nivelamento, ou pelo menos uma tendência ao nivelamento dos itens



respectivamente do deve e do haver. Trata-se de elementos desconectados entre si e ligados a circunstâncias próprias a cada qual e estranhas ao balanço das contas (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 202)

Caio Prado Jr. observa que as exportações dos produtos primários enfrentam restrições determinadas pelos mercados dos países industriais, desde as variações das necessidades destes até a preferência ou discriminações de ordem política. Em confronto com a produção industrial, a produção de gêneros primários se apresenta mais rígida, menos versátil, incapaz de adaptar-se rapidamente a mudanças nos hábitos do consumidor, e sujeita à crescente concorrência dos produtos sintéticos. Dada a assimetria de poder econômico entre países do centro e da periferia, os primeiros exercem grande influência sobre os preços dos produtos exportados pela periferia, seja através do controle do comércio e das finanças internacionais, pela política cambial, ou pelas políticas que praticam com seus produtores internos (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 202-4). A necessidade de divisas para a importação e produção local dos itens anteriormente importados, então, retroalimenta a “vocalização agrícola”, favorece a especialização nos gêneros primários, e reforça a desconexão entre a produção – voltada ao mercado externo – e o mercado interno, abastecido pelo exterior (IDEM, p. 217).

Cabe observar, também, que, vulnerável às violentas flutuações de preços, a atividade agroexportadora assume acentuado caráter especulativo, move-se com a expectativa de grandes lucros em curtos prazos, e assim dificilmente se apoia em bases sólidas, terminando por conferir uma natureza cíclica à evolução econômica brasileira (PRADO JÚNIOR., 1981, p. 52-3). Apoia-se no latifúndio, num virtual monopólio da terra que, dada a privilegiada condição que confere aos contratantes da mão-de-obra, acaba por pressionar para baixo os salários dos trabalhadores rurais, finalmente deprimindo também o preço da mão-de-obra urbana (IDEM, p. 18, 58).

A experiência nacional-desenvolvimentista vista no Brasil não romperia assim com o subdesenvolvimento. O esquema simples de substituição das importações, baseado na absorção de tecnologias inadequadas para as dimensões e dinâmicas econômicas de nações periféricas, encontraria esgotamento no início dos anos 60, com reflexos não apenas econômicos, mas também no acirramento de tensões sociais à época.

## 2.4 Capitalismo dependente e desenvolvimento desigual e combinado

Datam do início dos anos 60 as elaborações da chamada “teoria da dependência”, estas que significaram uma superação do “nacionalismo metodológico” expresso nas teorias cepalinas, bem como nas teorias da modernização, representando uma renovação das perspectivas de ação dos polos internos de decisão nos processos de desenvolvimento. As teorias da dependência se difeririam pela abordagem marxista (Rui Mauro Marini, por exemplo) ou weberiana, partindo das teses da Cepal (Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto). Essas teses reconfiguram as possibilidades do desenvolvimento a partir das relações entre processos decisórios nacionais e as formas de subordinação entre países dependentes e as determinantes da economia mundial. Mesmo que o Estado Nacional tenha poder de gestão do desenvolvimento, este não dispõe de autonomia completa, permanecendo sujeito à divisão internacional do trabalho, ao monopólio tecnológico, e às imposições do capitalismo global na produção, no comércio e nas finanças (MARTINS, 2011, p. 229).

Na perspectiva de uma associação proveitosa entre o capitalismo internacional e as nações periféricas estão aqueles associados às teses do “capitalismo tardio”, ou denominados como “weberianos”, entre os debatedores da dependência. Em linha inaugurada por Fernando Henrique Cardoso (e integrada por nomes como Serra, Tavares, Lessa e Dain), se postula “a possibilidade de um desenvolvimento capitalista periférico sem ter como pré-condição a eliminação da situação de dependência externa” (HADLER, 2012, p. 99). “Cardoso aponta a possibilidade de barganhar, de pactuar os termos da dependência, compatibilizando a atuação do capital monopolista com os interesses nacionais” (IDEM, p. 100). Os bloqueios ao desenvolvimento, na condição periférica, seriam superáveis com um jogo adequado das forças políticas internas em negociação com o imperialismo. Sampaio Júnior (1999) bem resume tal pensamento:

No momento final da industrialização retardatária, o grande desafio das economias retardatárias é superar as descontinuidades técnicas e financeiras que obstaculizam o salto para a industrialização pesada. Uma vez que tais descontinuidades não poderiam ser ultrapassadas pelo mero desdobramento do processo de acumulação de capital, conclui-se que a internalização da indústria de bens de capital, momento crucial da revolução industrial, exigia uma ‘associação’ virtuosa entre capital nacional, capital estrangeiro e Estado. Donde o caráter providencial do processo de internacionalização dos mercados internos (SAMPAIO JÚNIOR, 1999a, p. 45-46).

Críticas a esta visão apontam para um “esvaziamento” da questão nacional, uma

negação da necessidade de controle pelas classes sociais “nativas” como meio de subordinar o processo de acumulação. A ênfase se localizaria em determinados obstáculos ao desenvolvimento – técnicos e financeiros – abstraindo outros fatores que “solapam a consolidação das economias periféricas como espaço de reprodução ampliada do capital” (SAMPAIO JÚNIOR, 1999a, p. 48). Os efeitos desagregadores e desestabilizadores da mobilidade do capital, geradores de uma incerteza estrutural, são desconsiderados. “Revolução Democrática”, antagonismo entre capital estrangeiro e desenvolvimento nacional, integração e solidariedade orgânica entre classes, aspectos qualitativos do desenvolvimento econômico, as “bases do subdesenvolvimento” são caracteres abandonados por este campo da Teoria da Dependência (HADLER, 2012, p. 104; SAMPAIO JÚNIOR, 1999a, p. 49-56). Diluem-se as contradições entre imperialismo e desenvolvimento, entre pobreza e desenvolvimento capitalista autodeterminado (SAMPAIO JÚNIOR, 2012, p. 8). Aqui se poderá ver, ainda, um paralelismo com as teses neoliberais, no sentido de que uma aceitação da abertura à “globalização” seria algo inevitável, necessário e proveitoso desde que devidamente manobrado pelo Estado.

A revisão cepalina subsequente ao período de Prebisch e Furtado, classificada como “neo-estruturalista” por Sampaio Jr., também inscreve as “oportunidades das sociedades latino-americanas aos limites do capitalismo dependente”. Os impactos sociais aqui são considerados fundamentais na condução da política econômica, mas ainda submetidos a um “objetivo estratégico de crescente exposição da economia periférica à concorrência internacional”. Mesmo que confira maior importância ao Estado no processo de ajustamento, o neo-estruturalismo cepalino terá mais divergências em termos de forma do que de conteúdo com a perspectiva do “capitalismo tardio” (SAMPAIO JÚNIOR, 2012, p. 56, 57).

Qualitativamente diferente das anteriores é a tradição marxista do debate da dependência, da qual Rui Mauro Marini é emblemático representante. Para o autor, as economias periféricas teriam uma constituição histórica de orientação para o exterior, de “suporte à acumulação capitalista nos países centrais” (HADLER, 2012, p. 95). O poderio imperialista do centro expropriaria em grande medida a mais-valia gerada na periferia, o que levaria as burguesias dependentes a lançar mão de formas de compensação como meio de se manterem enquanto tais, sendo a superexploração do trabalho a principal delas. A orientação externa torna desnecessária a conformação de um mercado interno para a realização dos negócios da burguesia, com o que a manutenção de condições de vida precárias das classes trabalhadoras, fruto da superexploração, não conflita.

Os processos latino-americanos de industrialização, baseados em absorção de tecnologia poupadora de trabalho e produção de bens de consumo para atender às necessidades da elite, não modificariam significativamente o quadro antes descrito. Entretanto, a economia brasileira, “contando com uma estrutura produtiva diversificada, acaba necessitando de um esquema de realização próprio, pelo descompasso entre consumo e produção” (HADLER, 2012, p. 96). Emergiria o subimperialismo, outro mecanismo de compensação da burguesia dependente, em que o Estado das nações periféricas industrializadas (abrindo mercados em sua vizinhança) e capital estrangeiro (que os ocuparia, se utilizando da produção instalada nos primeiros) se articulam. As restrições ao desenvolvimento se encontrariam nas próprias estruturas produtivas dos países dependentes, que se adaptariam de maneira a reproduzir a dependência, inviabilizando a superação dos traços do subdesenvolvimento, sendo estes constitutivos e funcionais ao capitalismo dependente. Marini veria no golpe de 1964 a associação definitiva entre burguesia industrial nacional e capital monopolista, em abandono a um projeto de desenvolvimento capitalista autônomo.

Seria a partir deste golpe, também, que tomaria formas definitivas o pensamento de Florestan Fernandes, consolidado em trabalhos como “Sociedade de classe e subdesenvolvimento” (1968), “Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina” (1972), “A Revolução Burguesa no Brasil” (1975), e “Poder e contrapoder na América Latina” (1981). Florestan discute a realidade brasileira a partir, fundamentalmente, do conceito de “capitalismo dependente”: “produto de uma situação histórica em que o destino da sociedade fica submetido aos desígnios de burguesias que são incapazes de conciliar desenvolvimento econômico, soberania nacional e democracia”. Esta condição se apoia na especificidade da “revolução burguesa atrasada”, que perpetua “nexos de subordinação externa e anacronismos sociais, inviabiliza a formação de vínculos construtivos entre ‘economia’ e ‘sociedade’” (SAMPAIO JÚNIOR, 1999, p. 131).

Na segunda metade do século XX, no contexto que Florestan denomina de “imperialismo total” ou “novo imperialismo”, os países latino-americanos se defrontam com

[...] duas realidades ásperas: 1) estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas que podem absorver as transformações do capitalismo, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo; 2) dominação externa que estimula a modernização e o crescimento, nos estágios mais avançados do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e uma autonomia real (FERNANDES, 1972, p. 26).

Débil, a burguesia dependente necessita, ao mesmo tempo, da manutenção de acentuados privilégios e da reprodução do subdesenvolvimento, para resistir aos padrões de concorrência internacional, e da associação com o imperialismo para preservar o “acesso aos padrões de modernidade aos quais aspiram como ideal” (HADLER, 2012, p. 98). A absorção da modernização, no capitalismo dependente, é ditada pelos interesses da classe dominante, e conforme suas necessidades, servindo à manutenção de privilégios e à segregação social, instrumentalizadas com a proteção da ordem, da propriedade individual, da iniciativa privada, da livre empresa e da associação dependente.

Assim, a presença de elementos modernizantes em um determinado episódio não significa uma resultante de avanço orgânico e muito menos coletivo, quando na verdade, e especialmente em países periféricos, estes avanços podem servir como impulsos de

[...] perpetuação de uma dupla articulação que compromete a capacidade de a sociedade nacional controlar os fins e os meios de desenvolvimento – a situação de dependência externa e a extrema desigualdade entre as classes sociais (SAMPAIO JÚNIOR, 2012, p. 4).

A coexistência contraditória destes caracteres (modernização e cristalização da “dupla articulação”) é constante no desenrolar dos processos históricos, em que os avanços apresentam variações de ritmo entre diferentes segmentos da sociedade, e “características de uma etapa inferior de desenvolvimento social se misturam com as de outra, superior” (NOVAK, 2008, p. 18). Da observação destes traços surge o conceito de “desenvolvimento desigual e combinado”, difundido nos textos de Leon Trotsky. Sua análise destaca o caráter deste processo no desenvolvimento de nações “atrasadas”, onde não existe possibilidade de uma simples repetição das formas de desenvolvimento observadas nas nações mais avançadas, e a ordem de absorção dos diferentes elementos do progresso toma características próprias, conforme a condição histórica e social (TROTSKY, 2008, p. 4). Debatendo as peculiaridades do desenvolvimento russo, o revolucionário afirma:

*Unevenness, the most general law of the historic process, reveals itself most sharply and complexly in the destiny of backward countries. Under the whip of external necessity, their backward culture is compelled to make leaps. From the universal law of unevenness thus derives another law which, for the lack of a better name, we may call the law of combined Development – by which we mean a drawing together of the different stages of the journey, a combining of the separate steps, an amalgam of archaic with more contemporary forms. (TROTSKY, 2008 p. 5).*

Traduzindo para o português, “o desenvolvimento desigual, a mais geral lei do processo histórico, revela-se de maneira mais aguda e complexa no destino de países

atrasados. Sob o açoitamento da necessidade externa, sua cultura atrasada é forçada a realizar saltos. Da lei universal do desenvolvimento desigual deriva outra lei que, por falta de melhor nome, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado – pela qual nos referimos ao movimento conjunto de diferentes estágios da jornada, uma combinação dos passos distintos, um amálgama do arcaico com formas mais contemporâneas”. As observações de Trotsky não descrevem um processo que se limita no território russo, ou em nações europeias. As descontinuidades, as “interrupções”, a seletividade cultural e classista da modernização e da “descolonização” são patentes na história do capitalismo periférico, e, dentro dele, o brasileiro, como indica Florestan:

[...] o anticolonialismo dos estratos privilegiados só era intenso e fervoroso em um ponto, o da conquista da condição legal e política dos donos do poder. Nos demais pontos, os interesses mais avançados e profundos exigiam o CONGELAMENTO DA DESCOLONIZAÇÃO (FERNANDES 1981 p. 82, grifos do autor).

## **2.5 Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo e reversão neocolonial**

O neoliberalismo é um movimento político-econômico de dimensões mundiais, com grande influência tanto em países centrais quanto periféricos. Enquanto teoria político-econômica, é gestado desde o fim da década de 1940, por nomes como Hayek, von Mises e Friedman. Propõe o avanço do bem-estar humano através do livre empreendedorismo individual, num arranjo institucional caracterizado por fortes direitos de propriedade, liberalização dos mercados e do comércio, sendo o papel do Estado criar e garantir este arranjo institucional. Para isto, deveria garantir a integridade monetária, e as estruturas legais, policiais, e de defesa para assegurar a propriedade privada e o bom funcionamento dos mercados. Deveria também criar os mercados para as áreas onde não existe, como educação, seguridade social, atenção à saúde, terras, saneamento básico, e mesmo a poluição ambiental. A participação do Estado nos mercados, entretanto, não deveria exceder sua criação onde não existem, e se restringir a uma intervenção mínima (HARVEY, 2005a, p. 2-3).

Foi a partir da década de 1970 que as práticas neoliberais passaram a ser adotadas com ênfase. Tratava-se de um momento marcado pela crise do “Estado de bem-estar social” (ou “*Welfare State*”), do modelo de produção fordista, pelo choque do petróleo (1973), e colapso do sistema de Bretton-Woods e o padrão dólar-ouro (1971) – circunstância descrita como o fim da “Era de Ouro” do capitalismo nos países desenvolvidos (HOBSBAWN, 1995, p. 280).

A doutrina neoliberal penetraria vitoriosamente na academia, na mídia, nas corporações, nas instituições do Estado, e nas organizações internacionais, como FMI, Banco Mundial, e OMC. As políticas neoliberais seriam adotadas em todo o globo, sendo a primeira experiência instalada por Pinochet, no Chile, logo após o golpe de Estado que inaugura sua ditadura em 1973. Desregulamentação, privatização e retirada do Estado de setores econômicos foram medidas extremamente comuns nas experiências neoliberais.

O movimento político do neoliberalismo articula-se com um intenso processo de reestruturação produtiva na dinâmica de renovação do capitalismo e seus padrões de acumulação – “[...] o neoliberalismo e a reestruturação produtiva são as mais significativas manifestações ideológicas, políticas e econômicas do novo padrão de acumulação do capital” que se configura nos anos 70 (SANTOS, 2010, p. 94). Desde a década de 1960, era notável o surgimento de uma economia cada vez mais transnacional. O termo *offshore*, utilizado para designar territórios fiscais “generosos”, que permitiam aos empresários evitar impostos e outras restrições de circulação financeira, ganhava uso corrente e popular. Desenhava-se uma nova divisão internacional do trabalho, em que a economia capitalista escapava ao controle nacional, “ou a qualquer outro” (HOBSBAWN, 1995, p. 272). Grandes empresas do centro capitalista instalavam fábricas no terceiro mundo, visando não apenas os crescentes mercados locais, mas a integração com suas cadeias globais de produção – além dos mercados regionais, objetivo mais imediato na perspectiva do subimperialismo de Marini. “Era natural que a indústria se transferisse de locais de mão-de-obra cara para outros onde ela era barata assim que isso se tornasse possível e economicamente viável [...]” (HOBSBAWN, 1995, p. 276). Emerge então um novo padrão produtivo, chamado por Harvey de “acumulação flexível”:

Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...]. Ela também envolve um movimento que chamarei de “compressão do espaço-tempo” no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado (HARVEY, 1998, p. 140).

A reestruturação produtiva, em direção à acumulação flexível, será caracterizada por

intensas inovações técnicas e organizacionais, e por diversas formas de descentralização produtiva (como terceirizações e rearranjos industriais), somadas à introdução de legislações trabalhistas mais flexíveis, que enquadram as relações de trabalho nas novas exigências do capital (SANTOS, 2010, p. 97). Estratégias de racionalização da produção com vistas à redução de custos, introdução de novas técnicas de produção, redefinição de processos de trabalho, e reestruturação organizacional penetrarão nas empresas brasileiras e na agroindústria canavieira nacional, especialmente a partir dos anos 1990, como observa Adriano Pereira Santos em seu estudo sobre o grupo Zanini, fabricante de equipamentos sediado na cidade de Sertãozinho – SP (SANTOS, 2010, p. 133).

No Brasil, a política neoliberal se instala após um período de “crise, instabilidade e transição”, entre 1980 e 1995. São anos de desestabilização aguda, inicialmente causada pelo desequilíbrio externo, e marcados também pela hiperinflação, sintomatizando o esgotamento completo do ciclo desenvolvimentista. Mesmo com a reorganização institucional, o fim do período militar, e a criação da nova constituição, a situação externa só viria a melhorar em 1993/1994, com a nova fase ascendente da economia mundial, e com os acordos do Clube de Paris e Plano Brady (GONÇALVES, 2013, p. 50). Já no final da década de 1980, o Estado começa a direcionar o país para as medidas liberalizantes, e as “marés” da globalização chegavam ao Brasil.

O governo Collor (1990-1992) marcaria a ruptura definitiva com o modelo desenvolvimentista e fundaria marcos do liberalismo econômico que prevaleceriam nas décadas seguintes. Liberalização das importações, dos fluxos internacionais de capitais, e o Programa Nacional de Desestatização (privatizações) inauguravam a era neoliberal brasileira. Instrumentos de intervenção estatal seriam amplamente esvaziados, e como exemplo disto, o já citado Instituto do Açúcar e do Alcool seria extinto. O grande “salto de liberalismo” viria, entretanto, apenas no governo FHC, a partir de 1995, e principalmente após 1998, no segundo mandato. Gonçalves e Filgueiras rotularão o neoliberalismo brasileiro como “Modelo Liberal Periférico (MLP)”, assim o definindo:

O MLP tem três conjuntos de características marcantes: liberalização, privatização e desregulação; subordinação e vulnerabilidade externa estrutural; e dominância do capital financeiro. O modelo é liberal porque é estruturado a partir da liberalização das relações econômicas internacionais nas esferas comercial, produtiva, tecnológica e monetário-financeira; da implementação de reformas no âmbito do Estado (em especial na área da previdência social) e da privatização de empresas estatais, que implicam a reconfiguração da intervenção estatal na economia e na sociedade; e de um processo de desregulação do mercado de trabalho, que reforça a exploração da força de trabalho. O modelo é periférico porque é uma forma específica de realização da doutrina neoliberal e da sua política econômica em um país que ocupa



posição subalterna no sistema econômico internacional, ou seja, um país que não tem influência na arena internacional, ao mesmo tempo em que se caracteriza por significativa vulnerabilidade externa estrutural nas suas relações internacionais. E, por fim, o modelo tem o capital financeiro e a lógica financeira como dominantes em sua dinâmica macroeconômica. (FILGUEIRAS; GONÇALVES apud GONÇALVES, 2013, p. 57).

As políticas neoliberais no Brasil expuseram a indústria nacional à mais violenta concorrência internacional; as privatizações abriram oportunidades de negócios, frequentemente subsidiadas, aos grandes capitais; beneficiaram o rentismo financeiro; e promoveram a desnacionalização de grupos e setores (MONTE-CARDOSO, 2014, p. 48). Não apenas no Brasil, as políticas neoliberais geraram crises sociais e econômicas (México, Argentina, Rússia, Tigres Asiáticos, por exemplo), reações significativas (como o movimento zapatista e os protestos de Seattle). Crise cambial, concentração de renda e queda do emprego foram vistas no Brasil. Mesmo que haja diferenças entre os países que vieram a adotar o neoliberalismo (sempre sob coerção do FMI ou do Banco Mundial), sua aplicação geograficamente desigual encontra efeitos “universais”: mudança da correlação de forças entre as classes em prejuízo dos trabalhadores, tendência de aumento da desigualdade social, penalização das camadas menos favorecidas em decorrência das políticas de austeridade, concentração de riqueza em níveis não vistos desde a década de 1920, e imensos fluxos de recursos aos centros financeiros globais. Sob discursos dissimulados de liberdade, livre escolha e direitos, o neoliberalismo tenta esconder uma realidade de restauração do puro poder de classe, localmente e globalmente, especialmente nos principais centros financeiros do capitalismo global (HARVEY, 2005b, p. 117-119).

Existe debate, entretanto, se a partir da eleição de Lula (2003) ocorre uma ruptura com o neoliberalismo (expressa numa etapa “neodesenvolvimentista”), a permanência e aprofundamento do Modelo Liberal Periférico, alguma afirmação de um “capital-imperialismo brasileiro”, ou a continuidade de um processo de “reversão neocolonial”. Um bom resumo deste debate se encontra em Monte-Cardoso (2013), referência principal para os parágrafos a seguir.

A primeira década do século XXI apresentou alterações em indicadores econômicos e sociais:

[...] aumento do crescimento, do investimento (e, nele, do setor público), das exportações, reservas acumuladas, de um lado, e a redução da miséria extrema e do desemprego, aumento do salário mínimo e queda da desigualdade de renda constituíram o quadro em que reacendeu o debate sobre o desenvolvimento brasileiro (MONTE-CARDOSO, 2013, p. 2).

Tal circunstância abriu espaço para novas visões desenvolvimentistas, segundo as quais a conciliação entre crescimento, distribuição de renda e autonomia nacional estaria em curso, ou ao menos colocada como possibilidade, em correntes mais ou menos ligadas ao espectro governista. Entre as características comuns a estas correntes estão a compreensão do desenvolvimento como crescimento sustentado, conciliado com distribuição de renda e capitalismo, em oposição ao “velho desenvolvimentismo” (“antissocial e desequilibrado”), e direcionamento para o alcance da renda *per capita* dos países desenvolvidos; uma leitura keynesiana, crítica ao liberalismo econômico puro, valorizando a intervenção estatal; reconhecimento das especificidades sociais brasileiras e adoção do crescimento econômico e das políticas sociais focais como eixos principais para sua superação, em detrimento de reformas estruturais; o reconhecimento de debilidades técnicas e financeiras no capitalismo brasileiro; e a viabilidade da nova estratégia desenvolvimentista a partir dos feitos dos governos Lula e Dilma (MONTE-CARDOSO, 2013, p. 5).

Antes, entretanto, de uma implosão total das bases neoliberais, os novos desenvolvimentistas enxergam uma conciliação de seu horizonte de desenvolvimento com aspectos “positivos” do neoliberalismo: “compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer discriminação contra o capital internacional” (SAMPAIO JÚNIOR., 2012, p 11). Aspectos “bons” e “maus” do neoliberalismo e do desenvolvimentismo devem – e podem, segundo estas correntes – ser equacionados politicamente, conformando uma espécie de “hibridismo acrítico” que pretende atenuar efeitos negativos da ordem global, mas prefere ignorar o antagonismo entre a lógica do ajuste e do capital financeiro e as necessidades sociais e de autodeterminação.

Se pelos defensores do “neodesenvolvimentismo” o contexto reflete uma etapa de desenvolvimento virtuoso, capaz de conciliar o crescimento com a redução da desigualdade, as críticas a esta visão questionam profundamente se estaríamos de fato diante de uma nova fase desenvolvimentista. Bastante enfática é a vertente segundo a qual o Brasil atual não rompe com a lógica do Modelo Liberal Periférico, termo escolhido por Filgueiras e Gonçalves para classificar o atual modelo de desenvolvimento brasileiro. Os governos do PT, em vez de uma prática oposta ao neoliberalismo dos anos FHC, teriam promovido apenas alguma flexibilização da política econômica, possibilitada pela conjuntura externa favorável e pela incorporação de novas frações burguesas ao bloco de poder. O crescimento, mesmo que

ligeiramente maior, encontra-se abaixo da média histórica brasileira; a redução das desigualdades não é maior que a vista na Venezuela chavista ou no Peru, onde a orientação política é liberal.

Assim como o alcance e a profundidade dos alardeados (e localizados) ganhos citados, a crítica confronta a tentativa de aproximação simbólica entre neodesenvolvimentismo e nacional-desenvolvimentismo, confronta o discurso das “grandes transformações” supostamente promovidas a partir do Governo Lula. De maneira contundente, Gonçalves classifica o modelo petista como um “nacional-desenvolvimentismo às avessas”, apontando uma inversão completa dos eixos estruturantes entre os dois programas. Enquanto o nacional-desenvolvimentismo se pautaria por industrialização, substituição das importações, melhora do padrão de comércio, avanço do sistema nacional de inovações, maior controle nacional do aparelho produtivo, ganhos de competitividade internacional, redução de vulnerabilidade externa estrutural, desconcentração de capital e subordinação da política monetária à política do desenvolvimento, aquilo que se observa no projeto neodesenvolvimentismo é o contrário:

[...] desindustrialização, dessubstituição de importações; reprimarização das exportações; maior dependência tecnológica; maior desnacionalização; perda de competitividade internacional; crescente vulnerabilidade externa estrutural em função do aumento do passivo externo financeiro; maior concentração de capital; e crescente dominação financeira, que expressa a subordinação da política de desenvolvimento à política monetária focada no controle da inflação. (GONÇALVES, 2013, p. 109).

Antes de reorientar o curso do desenvolvimento brasileiro em direção a um desenvolvimento novo autônomo, se retorna a uma economia mais especializada e primarizada, dependente de grandes grupos, de tecnologia estrangeira, em mais uma edição do “capitalismo possível” enquanto periferia de um sistema global. A síntese deste capitalismo, entretanto, não é um avanço gradual em direção aos padrões de vida e consumo do centro, mas a manutenção dos velhos caracteres do subdesenvolvimento.

Outra vertente que procura explicar os movimentos brasileiros no século XXI é identificada com o trabalho de Virgínia Fontes, e sua aproximação através do padrão de capitalismo denominado “Capital-Imperialismo”. Este padrão se desenha após a Segunda Guerra Mundial, já sobre uma “base monopolizada e internacionalizada, em que a expansão capitalista não se realiza senão sob a forma imperialista” (MONTE-CARDOSO, 2013, p. 19). A autora situa as tendências do capitalismo no Brasil dentro deste contexto, e de uma ideia segundo a qual a exploração e a expropriação são as tendências inerentes da expansão capitalista, implicando no país um direcionamento à “retirada dos direitos sociais, ao

encapsulamento das lutas nos limites nacionais, à privatização e desnacionalização, ao mesmo tempo em que ocorre a expansão de parcela da burguesia brasileira para fora dos limites do país” (MONTE-CARDOSO, 2013, p. 17). A partir daí se busca a compreensão da atual fase brasileira, e do “imperialismo brasileiro” que a caracteriza.

O capital-imperialismo se conforma no Brasil desde meados do século XX (“quando teve como subproduto a industrialização brasileira”), amadureceria no final do período militar, e alcançaria sua melhor forma a partir dos anos 1990, quando as formas institucionais democráticas permitiriam intensa contraofensiva contra os direitos, muitos deles conquistados na constituição de 1988. Diferentemente de uma simples subordinação, a autora considera que a abertura e integração ao capital-imperialismo mundial ocorrem numa incorporação, pela burguesia brasileira, “dos parâmetros internacionais predominantes com a manutenção de suas históricas truculência e autocracia”. Neste último ciclo, ocorre concentração dos capitais baseados no território nacional, seja através de vetores externos (investimento direto estrangeiro, associação entre capitais brasileiros e estrangeiros) ou internos (privatizações, estímulos às fusões e aquisições). Ao mesmo tempo em que associado, ainda que de maneira subordinada, ao capital internacional, nesta etapa o capital nacional se projeta em uma espécie de imperialismo brasileiro, o qual pretende “a) garantir fontes de matérias-primas; b) explorar a força de trabalho em outros países sob os padrões brasileiros mais truculentos; e c) favorecer a política de alívio *por gotejamento* das pressões sociais internas ao mesmo tempo em que fundamenta o ufanismo e obscurece as relações sociais” (MONTE-CARDOSO, 2013, p. 19).

Por fim, a última abordagem do atual ciclo brasileiro que será aqui apresentada é aquela segundo a qual se apresenta ao Brasil, assim como à periferia latino-americana, o risco de um processo de “reversão neocolonial”. Esta abordagem se encontra, principalmente, nos trabalhos de Plínio de Arruda Sampaio Jr., que realiza uma leitura crítica das teorias e dos processos de desenvolvimento no Brasil, e indica como caminho interpretativo a perspectiva da “formação”, ou seja, pela “necessidade de entender os problemas do presente à luz do passado colonial e de como ele persiste na combinação entre segregação social e dependência externa no Brasil”, organizada “pela contraposição de dois estados latentes na sociedade dependente: a barbárie que se deseja evitar e o projeto civilizatório que se pretende alcançar.” (SAMPAIO JÚNIOR., 1999b, p. 415). A discussão se apoia sobre a leitura de intérpretes do Brasil que buscam “encontrar a especificidade de nossos problemas históricos e suas possíveis soluções”, “rejeitando análises transplantadas dos centros hegemônicos”. Para Sampaio Jr., os diversos pensadores que se debruçaram sobre os dilemas da formação ressaltaram os mesmos

problemas:

As dificuldades para a afirmação social da nação decorrem das terríveis contradições de uma formação social marcada pelo genocídio da civilização pré-cabralina; pelo ultra-elitismo de uma sociedade incapaz de resolver suas pendências com o passado escravista; pelo caráter predatório assumido pela atividade econômica em relação ao meio ambiente; pela extrema vulnerabilidade do país às vicissitudes do capital internacional e ao arbítrio do sistema imperialista; pela inadequação da base produtiva para atender as necessidades do povo; pelos obstáculos encontrados para afirmar o domínio sobre um território continental, composto de regiões mal articuladas e desconexas entre si; pela falta de identidade nacional de um aglomerado humano recente, oriundo de diferentes partes do globo; pela precariedade das instituições administrativas e políticas que compõem o aparelho de Estado; e, finalmente, pelo arraigado colonialismo cultural de nossas elites. (SAMPAIO JÚNIOR, 1999b, p. 416).

Mesmo que passe por uma coleção mais ampla de autores para indicar este conjunto de problemas, a discussão de Sampaio Jr. será fundamentalmente orientada pela leitura de Caio Prado Jr., Celso Furtado e Florestan Fernandes. Destes pensadores, se extraem importantes contribuições, e aqui se tenta retomar, de maneira perigosamente resumida, algumas delas. De Caio Prado, a perspectiva histórica, a atenção aos “movimentos de longa duração que condicionam a formação do Brasil contemporâneo”, e a essencial “ideia de que a ‘associação’ com o capital internacional minaria o processo de formação de um sistema econômico nacional, desencadeando uma tendência à reconstrução do antigo sistema colonial”. De Furtado, as contradições entre o processo de desenvolvimento na condição periférica brasileira e o avanço da industrialização (“coluna vertebral de um sistema econômico nacional”), e as problemáticas formas de assimilação do progresso técnico, orientadas a copiar os estilos de vida das sociedades centrais, sem romper definitivamente com o passado colonial e com os interesses do centro capitalista, levando à “cristalização do Brasil como uma economia dependente, industrial e subdesenvolvida”. De Florestan, as formas dependentes da opção pela associação da burguesia brasileira com o capital monopolista internacional (bem como suas implicações na luta de classes, na institucionalidade política, na cultura), que, se em um contexto permitiu a “consolidação conservadora do poder burguês”, realizando a industrialização com algum sentido anticolonial, mais adiante veria minadas as possibilidades de autoafirmação de tal classe – e dos processos de formação nacional - com o fenômeno da globalização, reafirmando a dupla articulação entre dependência externa e segregação social que caracteriza o Brasil, restringindo as possibilidades da sociedade controlar seu destino (SAMPAIO JÚNIOR., 1999b, p. 418, 426, 438).

A escalada do processo de transnacionalização do capital, nos anos 1970, demarca a

origem dos problemas recentes. O contexto histórico-econômico é qualitativamente diferente do período anterior: enquanto no pós-guerra o capital internacional praticava uma estratégia de conquista de mercados internos via transferência de unidades produtivas a mercados nacionais delimitados (permitindo certo grau de “convergência tecnológica” das economias avançadas da periferia com o centro), a estratégia na etapa de “mundialização do capital” diluiu as economias dependentes em um mercado global, explorado sem comprometer a mobilidade espacial das empresas transnacionais, que operam “com tecnologias concebidas para mercados supranacionais” (SAMPAIO JÚNIOR, 2007, p. 146).

O interesse no ‘Terceiro Mundo’ se resume basicamente aos seguintes objetivos: ter livre acesso aos mercados (não importando se eles serão atendidos com produtos importados ou com a produção local – a decisão depende de circunstâncias dadas pela estratégia de concorrência de cada empresa); ter o máximo de flexibilidade para aproveitar as potencialidades da região como plataformas de exportações que requerem mão-de-obra barata; açambarcar das mãos do capital nacional, público ou privado, os segmentos da economia que possam representar bom negócio (SAMPAIO JÚNIOR, 2007, p. 146-147).

Deste novo contexto, pode-se dizer que “Do ponto de vista econômico, ele implica uma amplificação da concorrência e da mobilidade dos capitais; do ponto de vista político, ele é pautado pela luta pelo controle do Progresso Técnico e dos mercados” (MONTE-CARDOSO, 2013, p. 15). De maneira a atenuar as tendências nocivas da transnacionalização, e com objetivo último de “transformar o espaço nacional ao que se vinculam em base estratégica da concorrência intercapitalista em escala mundial”, os países do centro lançam mão de políticas neomercantilistas, buscam “redimensionar a escala de sua fronteira econômica e a importância relativa de seus mercados internos, promovendo diferentes estratégias de integração regional e criando diversos mecanismos supranacionais de política econômica”, enquanto internamente empreendem uma corrida “para aumentar a estabilidade da moeda, a produtividade da força de trabalho, a qualidade da infra-estrutura econômica” (SAMPAIO JÚNIOR, 2007, p. 145-146). As nações centrais, por este caminho, encontram reforço de sua estrutura econômica e estatal. O efeito na periferia, entretanto, é adverso: enfraquecimento dos Estados nacionais, e redução dramática do grau de liberdade das burguesias periféricas frente ao capital internacional. Este novo panorama conforma uma “nova dependência”, caracterizada pelo aumento da defasagem tecnológica, através da difusão desigual do progresso técnico; pelo reforço da dependência financeira em consequência da transnacionalização do capital; e pela intensificação da dependência cultural, exacerbando um “mimetismo cultural” facilitado pelo progresso das comunicações e dos

transportes que mina a constituição do “nacional” dotado de vontade política própria, e acentuando a propensão das classes médias e altas a se pautar pela cópia dos modelos de consumo e comportamento dos países desenvolvidos, eixo essencial da crítica furtadiana ao subdesenvolvimento brasileiro.

O desdobramento da “mais grave crise econômica da história do capitalismo monopolista”, a partir de 2007-2008, viria a aprofundar os efeitos desta nova condição dependente. A “solução americana” para a crise (“aposta dobrada no liberalismo”, “combina especulação e ajuste estrutural como formas perversas de transferência do ônus da crise para o elo mais fraco do sistema capitalista”), é absorvida por um Estado brasileiro que, assistindo à relativa valorização de ativos nacionais e à saída de lucros e dividendos para as matrizes (com o que por vezes contribui), alimenta (com o discurso neodesenvolvimentista) “a expectativa delirante de que o Brasil venha a patrocinar o milagre do desenvolvimento capitalista em um só país” (SAMPAIO JÚNIOR, 2012, p. 18).

O que se verifica, entretanto, é a “combinação perversa de déficits crescentes no balanço de pagamentos em conta corrente com a entrada indiscriminada de capital internacional”, reforçando o desequilíbrio externo; “absoluta subordinação do Estado brasileiro aos interesses dos rentistas [...] e do grande capital”, aumentando a fragilidade fiscal e reduzindo a margem de manobra para investimentos e políticas sociais; a “estratégia temerária de expansão do mercado interno” através do incremento do endividamento das famílias, o que expõe tanto estas quanto o sistema bancário; e, finalmente, o incentivo à indústria “suja”, aprofundando a regressão industrial e a especialização regressiva, relegando ao país “uma posição terciária de mero fornecedor de produtos primários e semimanufaturados, de baixo conteúdo tecnológico, alto consumo de energia e elevado impacto negativo sobre o meio ambiente” (SAMPAIO JÚNIOR, 2011, p. 94-95).

Opondo então os caracteres do “velho” e do “novo” desenvolvimentismo, percebe-se que enquanto o primeiro se pautava por reformas estruturais, industrialização, pela presença de sujeitos políticos “dispostos a enfrentar o imperialismo e o latifúndio” como pressupostos para a criação de uma ordem nacional democrática e soberana, os últimos se propõe apenas a “administrar as estruturas”, em associação com o capital internacional, o agronegócio, o extrativismo. Mesmo que por caminho distinto dos teóricos do MLP, aqui também se considera descabida a tentativa do neodesenvolvimentismo em se apresentar como uma nova versão do desenvolvimentismo. “Não passa de um esforço provinciano para dar roupa nova à velha teoria da modernização como solução para os graves problemas que vivem no elo fraco

do sistema capitalista mundial”, “uma grosseira apologia da ordem” (SAMPAIO JÚNIOR, 2012, p. 1, 13).

## 2.6 Breve síntese

Seja como discurso ou como prática, a temática do desenvolvimento é pautada por tentativas racionais de orientação econômica segundo determinados fins ou interesses, dirigidas frequentemente a um recorte nacional. Entretanto, enquanto discursos e debates apontam para uma finalidade de proveito coletivo, as práticas concretas revelam-se dirigidas a interesses concretos de determinados setores.

O desenvolvimento brasileiro pode ser entendido como produto da expansão do capitalismo europeu, engendrado numa relação centro-periferia, que impõe uma condição de subordinação, dependência e incapacidade aos países periféricos em romper com sua história de segregação social, vulnerabilidade externa, predação territorial, debilidade de integração e identidade nacionais. O Estado brasileiro, permanentemente tomado pelas elites e sob a influência de conjunturas e interesses externos, promove (especialmente a partir de 1930) uma modernização que, se exitosa em realizar uma espécie de revolução burguesa, o faz descartando premissas históricas do liberalismo europeu, como a democracia, a igualdade, a soberania. O avanço promovido é sempre seletivo e desigual, atingindo o país com interrupções e descontinuidades setoriais, temporais e espaciais. Neste caminho, se confundem deliberadamente os interesses antagônicos de reprodução e afirmação de setores burgueses nacionais (e internacionais) com as necessidades coletivas.

O quadro que se apresenta no país no século XXI, após a afirmação do projeto neoliberal durante a década de 1990, em que coincide a chegada do PT ao poder com um ciclo de relativa estabilidade social, econômica e política, é objeto de avaliações mais ou menos divergentes. A proposição segundo a qual trata-se de um ciclo “neodesenvolvimentista” é aqui decididamente descartada, vista a debilidade da comparação entre o sentido e as características dos governos nacional-desenvolvimentistas brasileiros e a política implementada pelos governos petistas. Mais precisa e contundente, a corrente que indica a permanência de um Modelo Liberal Periférico é suficiente para refutar qualquer ilusão a respeito do neodesenvolvimentismo, e constitui-se como via consistente para crítica e discussão dos movimentos atuais. Entretanto, pelo escopo mais amplo, pela atenção aos



movimentos históricos de longa duração, a corrente pautada na tradição da formação nacional, e que aponta para os riscos de aprofundamento do processo de reversão neocolonial, é aqui aceita tanto pelas suas conclusões acerca da atual etapa brasileira, quanto pela opção metodológica da análise histórica retrospectiva, pela intenção de desvendar o presente brasileiro e seus problemas tendo em conta o passado, dos tempos coloniais ao presente. Com isto, espera-se neste trabalho, em alguma medida, combinar a perspectiva da formação nacional com a formação territorial, dirigindo-se do nacional ao local, mantendo em vista a dupla articulação entre segregação social e dependência externa, de posse também da chave explicativa oferecida pelo conceito de desenvolvimento desigual e combinado.

O desenvolvimento da agroindústria sucroalcooleira, como se pretende discutir, faz parte destes movimentos. É através de uma conexão constante com a atuação estatal, com os discursos do desenvolvimento e com os movimentos dos mercados externos e da economia mundial que se constituem, renovam e vivem oligarquias canavieiras, apropriando-se da modernização, mas mantendo, em formas e contextos variados, os vínculos de dependência, superexploração, e degradação do meio ambiente. Espera-se nos próximos capítulos explorar estas conexões, do espectro nacional ao local, para uma discussão dos aspectos da agroindústria sucroalcooleira em Lençóis Paulista.

### 3 ESTADO E AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA PAULISTA

#### 3.1 Introdução

Conforme já afirmado, o desenvolvimento canavieiro em Lençóis Paulista não ocorre como um fato isolado. Consona com movimentos de ordem geral, e é integrante de um quadro de expansão sucroalcooleira e usineira em todo o Estado de São Paulo que se desenrola intensamente ao longo do século XX. Os símbolos que tal atividade carregam, seja do potencial da geração de lucros e divisas, seja das bases na superexploração do trabalho e no latifúndio, remetem ao período colonial, ao próprio “sentido da colonização” brasileira. Este entendimento leva à postura de que, para devidamente analisar e compreender o caso lençoense, é necessária uma revisão histórica dos processos de desenvolvimento da agroindústria canavieira no Brasil, bem como uma descrição do contexto em que se insere. A apropriação dos conceitos de agroindústria e complexo agroindustrial é também de grande pertinência para seu uso ao longo do texto.

É pelos conceitos que se inicia o capítulo. Em seguida, retoma-se a história colonial do açúcar: formidável fonte de renda para a coroa portuguesa, baseada na grande propriedade, na monocultura e no trabalho escravo, voltada aos interesses metropolitanos – traços em grande medida legados às etapas mais recentes do desenvolvimento sucroalcooleiro. A atenção dirige-se ao desenvolvimento do setor em São Paulo, no século XX, quando o Estado se consolidaria como protagonista brasileiro na produção sucroalcooleira. As associações, concorrentes ou convergentes, com a economia cafeeira e com as elites produtoras do Nordeste, tradicionais do ramo, são de grande importância na primeira metade do século.

De importância permanente, entretanto, é a atuação do Estado no setor. Se existente desde os tempos coloniais (e imperiais), é a partir da era nacional-desenvolvimentista que ela se consolida de maneira institucional e organizada. São diversos os programas e instituições que se conformam para atender aos interesses das oligarquias canavieiras, sendo o mais impactante deles o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), deflagrado em 1975. Com ele, a agroindústria canavieira paulista se consolidaria definitivamente, estabelecendo dimensões sem precedentes. O Proálcool agonizaria a partir do fim da década de 1980.

Um novo surto canavieiro viria no século XXI, estimulado pela retomada do etanol como combustível (com a popularização dos veículos bicombustível, ou “flex”, de *flexfuel*), com incentivos governamentais, e um novo grau de associação com o capital estrangeiro –

antes predominantemente fornecedor (insumos agrícolas, maquinário, sistemas de automação, etc.), este passa a exercer controle acionário direto sobre os grupos usineiros. O contexto contemporâneo será de uma nova intensidade de internacionalização, de modernização produtiva – mas em que medida essa modernização significará a ruptura com a dependência externa, com os caracteres do subdesenvolvimento, com os traços coloniais?

O que se espera aqui, então, é observar em retrospectiva histórica as dinâmicas, as crises, e os suportes da atividade sucroalcooleira paulista, para uma mais adequada contextualização e análise de tal atividade em Lençóis Paulista. Mesmo que se apresente aqui a história da atividade desde sua implantação no século XVI, o foco se localizará sobre o século XX e o início do século XXI.

### **3.2 Agroindústria, complexo agroindustrial e agronegócio**

A opção pela análise do território e sua relação com um determinado elemento, a agroindústria canavieira, exige algum esforço de definição desta. A agroindústria é formada pela integração de unidades de processamento de produtos agropecuários, sendo composta por um grupo variado de estabelecimentos, de ramos, escalas e técnicas diversas. O sentido da agroindústria se deve, primordialmente, “à necessidade de submeter a maioria dos produtos agropecuários a determinadas transformações entre a colheita e o consumo final dos mesmos” (SZMRECSÁNYI, 1979, p. 27-28). A agroindústria canavieira se conforma com a integração de agricultura e indústria em cadeias produtivas dedicadas à produção de gêneros relacionados à cana-de-açúcar: etanol, energia elétrica (através da queima do bagaço de cana), leveduras (de uso no processo de fermentação alcoólica e na indústria alimentar), além do próprio açúcar. O setor sucroalcooleiro é tratado dentro de uma certa acepção de “indústria”: “conjunto de empresas que vendem o mesmo produto ou produtos correlatos” (PINDYCK; RUBINFELD, 1999, p.10), composta não apenas pelas unidades que elaboram o produto final, mas por aquelas que se conectam diretamente na produção, processamento e comercialização dos gêneros acima citados. Pela crescente importância da geração de energia elétrica, somando-se ao uso do etanol como fonte energética, o setor é mais recentemente também referido como “sucroenergético”.

A atual agroindústria brasileira é caracterizada por intensa “integração técnica da indústria com a agricultura”, resultado de processos de modernização e mudanças das bases

técnicas iniciados na década de 1950 em São Paulo, mas efetivamente implantados entre as décadas de 1960 e 1980, num movimento frequentemente denominado “modernização conservadora” (DELGADO, 2012, p. 13).

A penetração da indústria na agricultura brasileira articula-se com a própria industrialização do país e o projeto nacional-desenvolvimentista brasileiro. Na década de 1920, nota-se a fundação de empresas dedicadas à fabricação de máquinas e implementos leves para a agricultura. Após a Revolução de 30, o fomento técnico e a proteção da renda de produtores e grandes comerciantes tornam-se parte prioritária da agenda do Estado, através, por exemplo, dos Institutos do Açúcar e Alcool, do Café e da Borracha. Em movimento próprio do capitalismo, a agricultura torna-se mais dependente da circulação de mercadorias, do comércio e das comunicações, enquanto “a aplicação das conquistas da ciência moderna na agricultura provoca uma revolução na organização rural, suprimindo o divórcio entre agricultura e indústria” (MÜLLER, 1989, p. 113-114, 116-117).

Seria, entretanto, na década de 1960 que se consolidaria um mais robusto suporte à modernização conservadora, num contexto em que se pretende superar uma crise agrária através de um pacto agrário modernizante e conservador que tem o latifúndio como “sujeito oculto”, e os setores ligados à reforma agrária como derrotados, após o golpe de 1964. Entre 1965 e 1985:

Perseguiu-se na política agrícola a concepção de planejamento induzido dos mercados de produtos rurais mediante a desoneração dos riscos estruturais do processo produtivo privado (risco de produção e preços). Estimulou-se a adoção de pacotes tecnológicos da “Revolução Verde”, então considerados sinônimos de modernidade, e incentivou-se um enorme aprofundamento das relações de crédito na agricultura, mediando a adoção desses pacotes com mecanismos de seguro de preço e seguro do crédito à produção. (DELGADO, 2012, p. 13).

Percebe-se com a observação da documentação relativa à política econômica e agrícola do período:

[...] grande evidência na liberalidade da política de crédito rural, a prodigalidade dos incentivos fiscais (principalmente as desonerações do Imposto de Renda e do Imposto Territorial Rural), e ainda o aporte direto e expressivo do gasto público na execução das políticas de fomento produtivo e comercial, dirigidas às clientelas das entidades criadas ou recicladas no período (SNCR, Política de Garantia de Preço, Proagro, Pesquisa e Extensão Rural, etc.). (DELGADO, 2012, p. 14).

Para Delgado, esta transformação das bases técnicas na agricultura, com integração à indústria, se dá em 3 momentos: primeiro, na década de 1950, com a elevação da

mecanização e do uso de fertilizantes, com apoio do governo e de empresas norte-americanas, e utilização de insumos importados; o segundo, marcado pela implantação da indústria de tratores no Brasil (no final da mesma década), “é o da industrialização dos processos de produção rural propriamente”, acompanhado pela instalação de setores industriais de bens de produção e insumos agrícolas básicos, novamente facilitados pelo governo; e o terceiro momento se caracteriza pela fusão ou integração de capitais intersetoriais – não apenas uma integração técnica, mas “outras formas de integração e conglomeração sob comando do grande capital”, em movimento de constituição e desenvolvimento do capital financeiro na agricultura. Este processo de modernização “somente encontrará dinamismo e abrangência significativa a partir de meados dos anos 60, até o final dos anos 70” do século XX, possibilitado pela conjunção de um sistema financeiro adequado, nova rodada de substituições de importações de meios de produção para a agricultura (patrocinada pelo II PND - Plano Nacional de Desenvolvimento do governo militar, em 1975), e espaço cambial nas transações externas (DELGADO, 1985, p. 80).

Processo distinto, mas interligado à transformação da base técnica da agricultura, é a formação dos “complexos agroindustriais” (DELGADO, 2012, p. 15). Este se conforma com a “implantação de um setor industrial produtor de bens de produção para a agricultura”, ao passo em que se desenvolve ou moderniza nacionalmente “um mercado para produtos industrializados de origem agropecuária” (DELGADO, 1985, p. 81). O “complexo agroindustrial” (CAI) compõe-se da “sucessão de atividades principais e acessórias vinculadas à produção e transformação de um ou mais produtos agrícolas”. Estão incluídas entre as atividades principais “a geração destes produtos, seu beneficiamento e transformação, a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas”, enquanto entre as acessórias estão “coleta, armazenagem, transporte, distribuição dos produtos industriais e agrícolas e o financiamento” (MÜLLER, 1981, p. 8 apud BELLENTANI, 2014, p. 20).

Forma-se, assim, um conjunto que inclui um ramo industrial fornecedor de meios de produção e insumos agrícolas “a montante”, e um modernizado ramo industrial de processamento de produtos agrícolas “a jusante”, e que supõe uma modernização de parcela significativa da agricultura nacional, amparada pelo incentivo estatal e induzida tecnicamente pela indústria (DELGADO, 1985, p. 81). Uma modernização que toma significado de “ampliação do modo capitalista intensivo de produzir e distribuir atividades agrárias, de sorte que o predomínio deste modo se impõe ao conjunto nacional destas atividades” (MÜLLER,

1989, p. 110). A penetração das formas industriais dirige a agricultura a uma subordinação “aos setores industriais ou, até mesmo, a setores comerciais” (BELLENTANI, 2014, p. 20).

Em etapa mais recente, entra em uso o termo “agronegócio” como designação da agricultura capitalista moderna. É a conformação final, ou ao menos mais recente, da associação entre capital financeiro e agricultura no país, estruturado já em décadas anteriores:

A formação de uma estratégia de capital financeiro na agricultura brasileira estrutura-se com a modernização técnica dos anos 1970. Esta dissemina relações interindustriais com a agricultura, mediadas pelo crédito rural subsidiado; este, por sua vez, aprofunda também no período a valorização da propriedade fundiária, com ou sem modernização técnica. (DELGADO, 2005, p. 66).

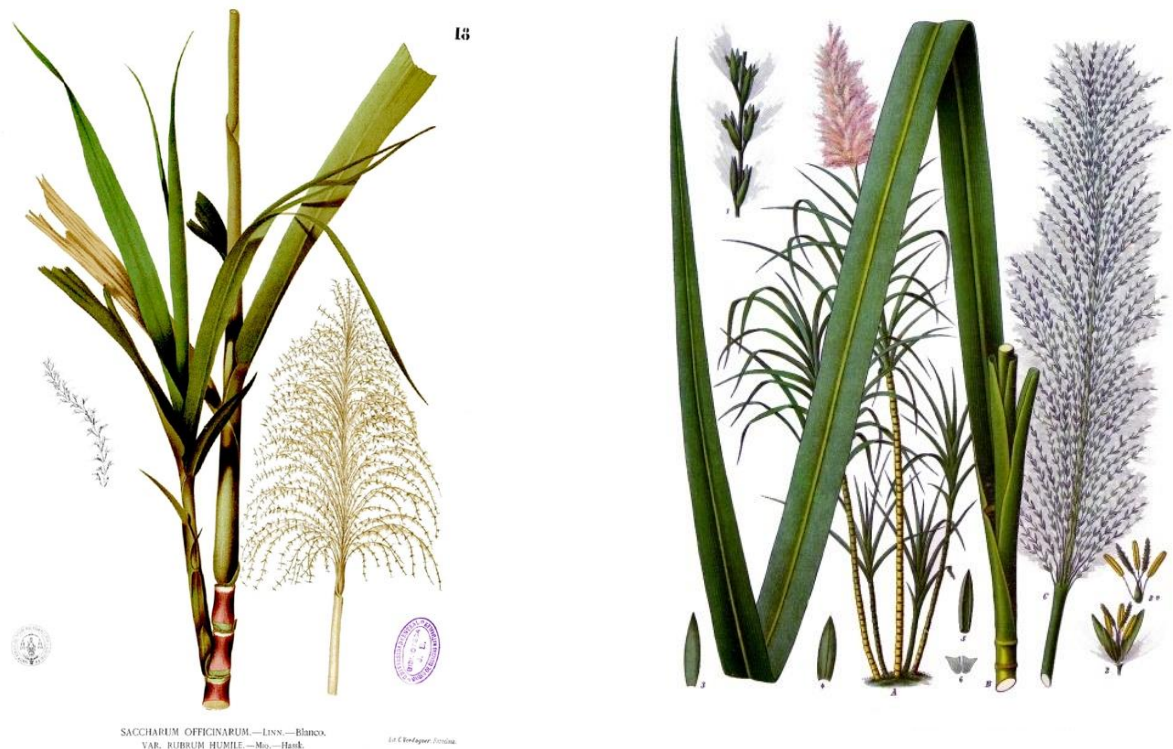
As formas atuais, então, definirão que:

[...] agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado. (DELGADO, 2005, p. 66).

Dados então alguns traços mais elementares do CAI e da agroindústria canavieira, prosseguiremos com uma revisão de aspectos históricos do setor e sua relação com o Estado, considerando este essencial para a constituição e a configuração atual da empresa canavieiro. A constituição e discussão do complexo agroindustrial não será tratada como foco, mas aspecto que perpassa e insere determinações no desenvolvimento agroindustrial lençoense.

### **3.3 Cana-de-açúcar no Brasil: da colônia ao século XX**

A cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum* – figuras 1 e 2) é uma espécie vegetal de grande importância econômica, seja na indústria de alimentos (como matéria prima para o açúcar e bebidas) ou, a partir do século XX, com a introdução do etanol como fonte energética alternativa em substituição aos combustíveis derivados do petróleo, além da geração de energia com a queima do bagaço.

FIGURAS 1 (esq.) e 2 (dir.) - *Saccharum officinarum*

Fonte: (1) Franz Eugen Köhler; (2) Francisco Manuel Blanco apud WIKIMEDIA COMMONS, 2016

A origem da planta é apontada na região indiana de Bengala ou na Nova Guiné (SZMERECSÁNYI, 1979, p. 162), e, com finalidade de extração do açúcar, teve seu cultivo expandido pelo "velho mundo". Coube aos árabes, em fins do séc. VII, "difundir a técnica de transformação do caldo em açúcar", além da difusão do termo "*al sukkar*", este que passou a denominar em quase todo o mundo tanto o produto quanto a espécie vegetal (INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL, 1972, p.13). O açúcar viria então a substituir o mel de abelha como adoçante, e teria seu uso massivamente ampliado com o grande crescimento do consumo de chá, café e chocolate. Isso acontece após as grandes navegações, visto ser o chocolate originário da América. Seria este continente também o responsável pela imensa expansão produtiva que ocorre a partir do séc. XVI, constituindo a empresa do açúcar os meios que conferiam “sentido” à colonização das terras brasileiras.

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa colonial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem, em proveito do comércio europeu. É este o sentido

da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos. [...]

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na verdade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida o café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. E, com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 19-20).

É a história do comércio europeu e sua expansão, através das “navegações” ou “descobrimientos”, que traz a cana-de-açúcar à América (FURTADO, 2007, p. 25; PRADO JÚNIOR., 1962, p. 14). Existe algum debate quanto à primazia da produção da cana-de-açúcar no Brasil - a maior parte da bibliografia hoje disponível aponta para uma introdução primeira na atual Baixada Santista (parte da então Capitania de São Vicente), com a construção de engenhos a partir de 1532. Alguns apontam também para a existência de plantações de cana e remessas de açúcar a Portugal provenientes de regiões do atual Nordeste brasileiro em datas anteriores, bem como plantações mais ao sul, com registros, entretanto, menos “positivos” que a instalação da indústria açucareira em São Vicente (BRANDÃO, 1985; FURTADO, 2007; INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL, 1972, p. 14, 30).

A introdução da indústria açucareira nesta antiga colônia deriva da necessidade de conferir rentabilidade e garantir a posse dos domínios de além-mar aos portugueses, sob pressão das demais nações europeias que contestavam os direitos das nações ibéricas sobre as terras americanas (FURTADO, 2007, p. 27). Face a um território imenso, mas inicialmente sem oferta de produtos com demanda de mercado na Europa, em certo sentido, a nação lusitana tinha em suas mãos um "problema" (PRADO JÚNIOR, 1969, p. 13).

As navegações tinham estabelecido rentáveis rotas comerciais através do “surto marítimo” que marcou o século XV português, provendo os mercados europeus com mercadorias do oriente: “as especiarias, as pérolas e pedras preciosas, os finos estofos e as madeiras raras tão procuradas na Europa” (PRADO JÚNIOR, 1969, p. 13). A impossibilidade de reprodução de suas operações mercantis da Ásia na América apontava para a colonização econômica baseada na exploração agrícola como um caminho oportuno tanto para o estabelecimento de um negócio rentável quanto para reforçar a presença e o domínio territorial sobre as terras brasileiras.

A realização de tal empreita não era, contudo, tarefa simples. Não havia comércio de grande escala de nenhum produto agrícola na Europa, e o principal produto do campo (trigo)



era abundante. Era necessário ter um produto rentável, a técnica necessária para a produção, a capacidade comercial para organizar um mercado, capitais para instalação e operação, e força de trabalho para a produção. Todas estas dificuldades acabaram por ser resolvidas, dada a experiência portuguesa com o açúcar nas ilhas do Atlântico, a organização comercial e oferta de capitais da Holanda (já parceiros dos portugueses no século XV), e a evolução do tráfico de escravos africanos, a partir de operações de guerras de captura empreendidas por Portugal (FURTADO, 2007, p. 31-35). A necessidade de grande escala de produção e de investimento para desbravar e preparar as novas terras era um impedimento prático à instalação de pequenos produtores, sendo a constituição do latifúndio, no povoamento das capitâncias brasileiras, um traço central (PRADO JÚNIOR, 1962, p. 32).

A instalação dos engenhos de açúcar na costa brasileira prosperou, compondo assim o início da formação social, política e econômica do Brasil, baseada nos “três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo”. (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 121). Subordinada geneticamente ao interesse europeu, e baseada nesses elementos, a produção açucareira conferiria, nos primeiros séculos de ocupação portuguesa no Brasil, “sentido” à colonização.

Do século XVI ao século XVIII o açúcar foi responsável pela riqueza de Portugal e dos senhores de engenho do Brasil. A produção do açúcar das Antilhas, ao mesmo tempo em que acontecia a expulsão dos holandeses do Brasil e conseqüentes restrições no comércio com os países do norte europeu, porém, fizeram o Brasil perder sua posição hegemônica. A descoberta de ouro e diamantes em Minas Gerais, durante o séc. XVIII, roubaria atenções da já decadente cultura canavieira.

Derivada de um monumental esforço colonial protagonizado pela coroa portuguesa, a história da agroindústria canavieira é indissociável da intervenção governamental: “o intervencionismo estatal na economia açucareira só não predominou durante o império e nas primeiras décadas do regime republicano” (SZMERECSÁNYI, 1979, p. 162). Mesmo no tempo do império, o Estado brasileiro buscou revigorar uma atividade que, se por um lado foi extremamente rentável nos primeiros séculos da colônia, encontrava-se em severa decadência no final do século XIX. Atraso tecnológico em relação aos concorrentes internacionais, solos exauridos, fim da exploração na forma da escravidão formal, e mesmo a ascensão cafeeira afetavam severamente as classes proprietárias da atividade açucareira, uma elite arcaica, mas ainda detentora de considerável poder político (PRADO JÚNIOR, 1962, p. 250).

### 3.4 Cana-de-açúcar e Estado em São Paulo

A indústria da cana chegou ao atual território paulista nas primeiras décadas do período colonial, em uma época em que engenhos portugueses proliferavam na costa brasileira. A produção açucareira em São Vicente e arredores (atual baixada santista) não encontrou o êxito visto, por exemplo, na região de Olinda; mesmo assim, a renda do açúcar foi integrante necessária da permanência do projeto colonial (FURTADO, 2007, p. 76-77).

Acontece ainda no século XVIII, começo do XIX, a evolução do povoamento de São Paulo, particularmente na região dos rios Moji, Piracicaba e Tietê, cuja prosperidade é fruto da cana-de-açúcar, esta que avançava “pelas terras roxas que se estendem para o norte de Campinas” (PRADO JÚNIOR., 2000, p. 75). Este primeiro “surto” canavieiro no interior paulista é localizado com mais precisão através da expressão “quadrilátero do açúcar”, delimitado pelas cidades de Campinas, Jundiaí, Porto Feliz e Sorocaba (FERREIRA, 1987, p. 31). A maior parte das fazendas nesta região era pertencente a famílias que não residiam nas mesmas, mas na capital paulista.

[...] os preços do açúcar que eram de 120 libras por tonelada, no início do século XVII caíram [...], atingindo 72 por volta de 1710, cerca de 30 ao iniciar-se o século XIX, 16 na metade desse século e 9 no início do século XX. (CANO, 1977, p. 93).

Num contexto de crise e queda de preços internacionais do açúcar que atravessou o século XIX, o governo imperial tentou medidas de amparo ao setor, como o apoio a capitalistas estrangeiros para a instalação dos modernos “Engenhos Centrais”. A iniciativa, de forma geral, é considerada um fracasso, sob influência da baixa histórica dos preços do açúcar – na década de 1880, apresentavam valores reduzidos a 44% daqueles verificados em 1820 (CANO, 1977, p. 100-101). Atribui-se também ao atraso das oligarquias canavieiras brasileiras, bem como a alta concentração de terras e poder político por elas, o fracasso da iniciativa imperial. Mesmo assim, o crescente mercado interno, derivado da expansão cafeeira, urbanização e industrialização e consequente aumento do consumo, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, bem como a baixa competitividade dos produtores tradicionais, atraíram atenções do capital estrangeiro para o centro-sul do Brasil (PICARD, 1996, p. ix-x). Os engenhos centrais e as usinas instaladas em fins do século XIX e início do XX, em Itu, Piracicaba, Porto Feliz, Rafard e Lorena – muitas delas sob o comando da “*Société de Sucrierie Brésiliennes*”, que viria a se constituir em 1907 para reunir as seis usinas

de cana já sob propriedade francesa (GORDINHO, 2010 p. 45; PICARD, 1996, p. xiii) – teriam grande importância na nova etapa da produção paulista. A “*Société de Sucrierie Brésiliennes*” lideraria a produção paulista ao longo da primeira metade do século XX em São Paulo.

A produção açucareira no Brasil entra o período republicano em acelerado declínio: entre as décadas de 1890 e 1940 as exportações brasileiras caem de 133.000 para 40.000 toneladas (PRADO JÚNIOR, 1962, p. 250), mesmo com alguma recuperação durante entre 1916 e 1920, e entre 1924 e 1926 (CANO, 1977, p. 67). A prolongada ascensão cafeeira paulista traria algum benefício às “velhas regiões da monocultura açucareira”: a dedicação ao café diminuiria o ímpeto competitivo paulista no açúcar e, ao mesmo tempo que desenvolvia a população e acumulava riqueza, São Paulo servia mais e melhor como destino da produção para outras regiões (PRADO JÚNIOR, 1962, p. 250-251).

O campo paulista, profundamente dedicado ao café, não estaria imune a crises nesta época, crises as quais se relacionam com o avanço da indústria do açúcar. Entretanto, as conexões entre café e cana são vistas de formas conflitantes em diferentes autores: se em Caio Prado e Gileno de Carli a relação é de concorrência entre as culturas (com o primeiro indicando o crescimento cafeeiro como fator de desestímulo para o açúcar, e o segundo derivando a expansão canavieira das crises do café), Bray e Dean atribuem a expansão canavieira paulista ao deslocamento de capitais cafeeiros, como maneira de aumentar a rentabilidade das propriedades agrícolas, além de promover uma diversificação que atenuaria os impactos das oscilações do mercado do café (PRADO JÚNIOR., 1962, p. 250; FERREIRA, 1987, p. 34; DEAN, 1971, p. 44). De qualquer maneira, a disponibilidade de capital e a ampliação do mercado consumidor dariam força à expansão paulista das atividades açucareiras e provocaria um salto de 96.000 sacas (de 60 kg) em 1894 para 1.828.668 sacas em 1934.

A pressão dos produtores de açúcar que impulsionaria o processo de intervenção federal tem origem ainda antes da Primeira Guerra: fatores externos (declínio de preços, ascensão do açúcar de beterraba no abastecimento europeu, concorrência crescente por parte produtores de açúcar de cana mais eficientes como Cuba e Java) e internos (técnicas obsoletas, altos custos de produção, mercado interno insuficiente para absorver a produção não exportada) colocavam em xeque a rentabilidade dos empreendimentos, especialmente no Nordeste, onde o mercado regional era ainda mais restrito.

Os produtores açucareiros explicitaram sua reivindicação por intervenção estatal no

setor na IV Conferência Açucareira, realizada na cidade fluminense de Campos, em 1911. Sugeriam a restrição da produção, o aumento das exportações (via Estado), a compra pelo governo do produto em “excesso”, e o estabelecimento de um “preço de defesa” - “Segundo tudo indica, tratava-se de um autêntico esquema de socialização dos prejuízos” (SZMERECSÁNYI, 1979, p. 165).

Especialmente após a eclosão da Primeira Guerra, o cenário internacional apresentava-se mais favorável ao setor, com subida de preços e aumento na participação relativa do açúcar ocasionaram desinteresse dos próprios produtores nas medidas reivindicadas. As iniciativas governamentais, na década 1910-1920, se restringiram à instalação da Estação Experimental de Campos, dedicada a experimentos com a cana-de-açúcar, que passa a operar em 1916 (SZMERECSÁNYI, 1979, p. 166). As expectativas criadas pelos preços internacionais favoráveis levaram a significativa ampliação da capacidade instalada, apontando para uma tendência à superprodução. Tal tendência despertou iniciativas resultantes de associações entre governo e produtores: “Caixa Reguladora do Açúcar” (1922), “Instituto de Defesa do Açúcar” (de produtores e governo estadual de Pernambuco, 1926), “Plano Geral de Defesa do Açúcar, da Aguardente e do Álcool (1928). Se as iniciativas tiveram execução restrita e resultados pouco significativos, as ideias encontradas na última teriam influência sobre as políticas adotadas pelo intervencionismo estatal no setor a partir da década de 1930 (SZMERECSÁNYI, 1979, p. 167).

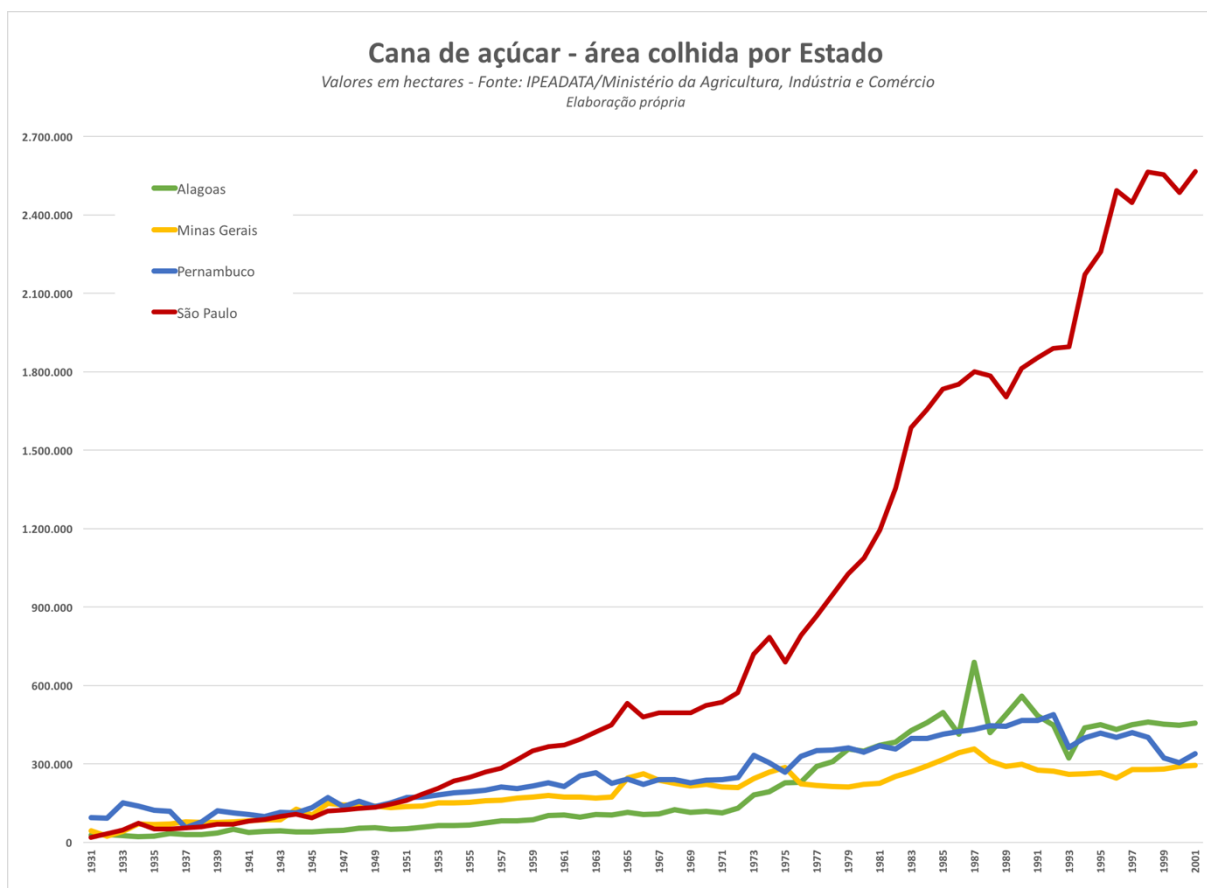
A década de 1920 ainda veria uma grave crise do setor canavieiro, especialmente nos estabelecimentos do Centro-Sul, ocasionada pelo mosaico – doença da cana-de-açúcar que devastou canaviais à época. Após uma queda severa de produção (de 750.000 para 220.000 sacas/ano), era possível supor que a indústria açucareira paulista se encaminhava para falência completa. O Nordeste, especialmente Pernambuco, responderam a esta oportunidade com melhoramento de unidades e construção de novas usinas (BRAY, 2000, p. 13-14).

Paralelamente, o governo paulista se dedicava à recuperação do setor no Estado. A campanha de modernização dos canaviais, apoiada pela criação da Estação Experimental de Piracicaba e pelo já existente Instituto Agrônômico de Campinas, foi intensa. Além disso, usinas e engenhos promoveriam avanços técnicos produtivos. Em pouco tempo, todos os canaviais paulistas seriam substituídos, e a produção atingiria, em 1929, mais de 1.400.000 sacas. Se no período a agroindústria canavieira paulista flertou com a morte, no final da década teria deslocado “a hegemonia da produção açucareira do Nordeste para o Centro-Sul”, num movimento consonante com o deslocamento do eixo econômico do Brasil (BRAY, 2000,

p. 13, 16).

O gráfico 1, a seguir, expõe o crescimento da área colhida de cana-de-açúcar em São Paulo desde 1931 (ano a partir do qual é disponível este levantamento) em comparação aos Estados que estavam então à sua frente (PE, AL e MG). A mesma série disponibiliza dados até 2010, quando São Paulo atinge 4.775.020 hectares colhidos (IPEADATA, 2016), mas para melhor visualização dos valores referentes ao século XX, o gráfico se estende apenas até o ano de 2001.

GRÁFICO 1 – Área de cana-de-açúcar colhida por Estado.



Fonte: Elaboração própria com base em IPEADATA, 2015.

A virada paulista, somada à expansão pernambucana, mais uma vez levaria a uma crise de superprodução. O impacto, entretanto, seria diferencial nas duas regiões: São Paulo se beneficiaria do acesso direto à maior parcela do mercado nacional, e desta vez eram os

produtores do Norte que encarariam a perspectiva de extinção. Quando São Paulo se aproximava da autossuficiência em açúcar, o governo federal aprofunda seu processo de intervenção no setor (PRADO JÚNIOR., 1962, p. 250-251; SZMERECSÁNYI, 1979, p. 165), em compasso com o início da era nacional-desenvolvimentista brasileira.

Em meio a um cenário de incapacidade dos produtores para ajustar-se às oscilações do mercado, “ameaçados de ruína devido ao excesso de produção, à queda de preços e à desorganização dos mercados internos” (SZMERECSÁNYI, 1979, p. 169), se instaura, a pedido dos produtores, uma nova intensidade de intervenção estatal. No início de 1931, o governo obriga a compra de álcool nacional aos importadores de gasolina, na razão de 5% do volume desta, e o uso de 10% de álcool, ao menos, para União, Estados e Municípios (BRAY, 2000, p. 17).

Em 1931, seria criada pelo governo federal, através do Ministério da Agricultura, a “Comissão de Estudos sobre o Álcool-motor” (BRAY, 2000, p. 18). Esta seria acompanhada, meses depois, pela Comissão de Defesa da Produção do Açúcar – CPDA, que atuaria em tentativa de equilibrar o mercado açucareiro, além de estimular a produção do álcool anidro (99,5° GL). A produção de álcool sempre foi uma possibilidade dada pelos resíduos da produção açucareira, mas apenas neste momento ela toma significativa importância como “medida de salvaguarda” ou “fator de equilíbrio da agroindústria canavieira”, com efeitos esperados também na balança comercial, à medida que substitui, em maior ou menor medida, a gasolina (SZMERECSÁNYI, 1979, p. 172). Além da obrigatoriedade da adição do álcool à gasolina, os incentivos viriam na forma de isenção de impostos para equipamentos, financiamentos através do Banco do Brasil e, com o “Plano de Defesa da Produção do Açúcar” (1932), na forma de aquisição de açúcar para estocagem e exportação (a “preços de sacrifício”) para efeito de aumento dos preços (BRAY, 2000, p. 19).

Se o resultado prático dessas medidas foi incipiente, por outro lado prepararam “terreno para o surgimento de uma autarquia com maior força e ação”: o Instituto do Açúcar e do Álcool - IAA (BRAY, 2000, p. 18). A formação do Instituto incluiria a fusão das duas comissões citadas, e intencionava a consolidação das normas de defesa de açúcar e o Álcool. Embora encontre grau de coincidência com os objetivos das comissões que o precederam, o IAA é mais vigoroso no estabelecimento e execução de suas finalidades.

O IAA estabeleceria limites e cotas de produção de açúcar, regulando preços em patamares altos, com evidente benefício das indústrias menos eficientes. Então ameaçadas pelo rápido crescimento paulista, a indústria do Nordeste e de outras regiões produtoras

tradicionais de açúcar salva-se de um possível colapso com as medidas, cristalizando um “mediocre teor de vida” graças ao amparo estatal (PRADO JÚNIOR, 1962, p. 252). O favorecimento das regiões tradicionais, entretanto, não seria suficiente para conter a ascensão paulista, como visto no GRÁFICO 1.

O álcool viria a se consolidar como estratégia de equilíbrio para o setor açucareiro. Ao longo de sua existência, o IAA também interviria na produção do álcool, instalando “destilarias centrais” (que produziriam álcool anidro, a partir de álcool hidratado e cachaça adquiridos de outros produtores), auxiliando técnica e financeiramente a produção por entes privados, e determinando a quantidade percentual de álcool a ser adicionada na gasolina (IAA, 1972, p. 82). A difusão de tecnologias que permitiam a obtenção do álcool anidro (tipo necessário para a estabilidade da mistura com a gasolina) seria viabilizada, também, com a importação de equipamentos estrangeiros, especialmente franceses, pelo IAA.

A década de 1940 trouxe novas dificuldades para o açúcar brasileiro. A eclosão da Segunda Guerra Mundial significaria retração do comércio internacional (tanto para exportações como para importações), fechamento de mercados numa Europa ocupada pelos nazistas, suspensão do Acordo Internacional de Londres que garantia cotas ao açúcar brasileiro, e a complicação do transporte de cabotagem. A escassez de gasolina valorizava o parque alcooleiro. A percepção de que os benefícios das políticas de defesa do setor açucareiro concentravam-se nas mãos dos usineiros opunha estes a fornecedores de cana-de-açúcar e trabalhadores. O problema da navegação de cabotagem, deflagrado pela guerra submarina empreendida pela Alemanha, seria de especial importância: a produção do Nordeste não chegaria em quantidades suficientes ao Centro-Sul, provocando superprodução no primeiro e escassez no segundo. Como consequência especialmente duradoura, se expandiram o parque industrial e as lavouras nos principais centros consumidores do país, em processo que acabaria, nos anos 50, consolidando no Centro-Sul o eixo da agroindústria canavieira no Brasil (SZMERECSÁNYI, 1979, p. 201-205).

A produção de álcool anidro, que crescera durante a década de 1930 já sob estímulo governamental, receberia novos incentivos, especialmente conforme aumentava o envolvimento brasileiro na Guerra (o teor da mistura do produto à gasolina, por exemplo, sobe de 5% para 20%). “Plano de Desenvolvimento do Álcool” (1942), “Plano de Controle da Produção do Álcool” (idem), “Plano de Requisição de Aguardente” (1943), “Planos de Defesa” anuais específicos e desvinculados do açúcar, além da obrigação de instalação de destilarias anexas às novas usinas açucareiras, são medidas governamentais (via IAA) para

beneficiar a produção alcooleira. Os efeitos esperados, entretanto, não foram alcançados: houve diminuição da produção, que apenas se recuperaria após o fim da Guerra, quando a necessidade do produto se reduzia. Também influiria na produção do álcool a produção de açúcar (SZMERECSÁNYI, 1979, p. 205-209).

Diante da preocupação de desabastecimento, o IAA liberava a instalação de usinas (especialmente nos Estados insuficientemente abastecidos), ampliava as cotas de produção, e suspendia obrigação de entrega de açúcar para produção de álcool e para exportação (SZMERECSÁNYI, 1979, p. 209-210). Ainda no início da década, no contexto do Estado Novo, foi promulgado o “Estatuto da Lavoura Canavieira”, estabelecendo direitos ao trabalhador rural canavieiro (salário mínimo, estabilidade, moradia, assistência médico-hospitalar, etc.), e proteções ao fornecedor de cana (obrigatoriedade para as usinas em comprar ao menos 40% da cana-de-açúcar utilizada de fornecedores, atrelamento do preço da cana ao preço do açúcar e do álcool, entre outros). Ao mesmo tempo que beneficiava trabalhadores e fornecedores com tal medida, o governo, via IAA, contribuía com os usineiros incentivando a capitalização e a modernização do setor industrial (BRAY, 2000, p. 23-24).

A produção paulista já se beneficiava com o aumento do mercado interno, os problemas de transporte via navegação de cabotagem do açúcar nordestino, e as ampliações de cotas fixadas pelo IAA. Com o fim da Segunda Guerra e do Estado Novo, as pressões dos produtores paulistas sobre o Instituto (“visto na ocasião como um produto do regime deposto”) se redobram, e o dirigismo estatal se alterou num sentido de maior liberalização, com aumento expressivo de cotas de produção, ajustamento da produção para usinas “sublimitadas”, e permissão e incentivo para modernização e instalação de novas fábricas (SZMERECSÁNYI, 1979, p. 213-214). São Paulo se beneficiaria especialmente destas medidas, contando com maior mercado local e condições técnicas superiores – do que é emblemático o desenvolvimento do Grupo Dedini (Piracicaba), promovendo melhorias nos equipamentos, e produzindo a partir de 1946 destilarias completas, de considerável capacidade (BRAY, 2000, p. 27-28). Mesmo que oscilantes, circunstâncias favoráveis para a exportação do açúcar (especialmente enquanto não se restabeleciam os centros produtores na Europa e no Oriente) contribuía para a expansão, e a crescente demanda por gasolina, combinada com a redução das reservas cambiais, era tomada como justificativa para o incentivo à indústria alcooleira, considerada de “interesse nacional” já em decreto de 1942 (SZMERECSÁNYI, 1979, p. 220-221).

Como resultado, a agroindústria canavieira paulista teve um expressivo crescimento



no período: na safra 45/46 eram 40 usinas produzindo cerca de 2.900.000 sacos de açúcar de 60 kg e 40 milhões de litros de álcool; na safra de 50/51 eram 79 usinas produzindo cerca de 6.300.000 sacos de açúcar e 51 milhões de litros de álcool. Citado por Bray, Melo (1954) indica como fatores da expansão paulista: a vantagem de preços dado o alto custo do frete que incidia sobre o açúcar nordestino em seu transporte para o interior de São Paulo (o “fator posição” é possivelmente o decisivo); a ocorrência de solo e clima favoráveis para viabilizar a possibilidade de lucro aberta pelo fator anterior; o aumento regional de consumo, tanto pelo crescimento demográfico quanto pela maior utilização industrial do açúcar; e a organização de capitais para investimento no setor (BRAY, 2000, p. 27-28). É exatamente neste contexto que se instalam as usinas do atual grupo Zilor, São José e Barra Grande, em Macatuba e Lençóis Paulista, colocando as cidades definitivamente no mapa da produção sucroalcooleira paulista.

A década de 1950 é marcada pela intensa expansão da agroindústria sucroalcooleira brasileira. Motivada essencialmente pelo crescimento do mercado interno, a expansão foi acompanhada de perto e, em certa medida, promovida pelo IAA (SZMERECSÁNYI, 1979, p. 236). A produção de açúcar estipulada pelo Instituto cresceu enormemente, de cerca de 23 milhões de sacas em 1951 para quase 54 milhões na safra 1956/1957 (BRAY, 2000, p. 34-36). A expansão paulista era propiciada por uma atuação governamental que garantia escoamento da produção excedente através de exportações subsidiadas, privilegiava a cana em relação a outros produtos agrícolas, no que se refere a preços mínimos e crédito para custeio, e favorecida pela localização e pelas facilidades de modernização industrial, além do benefício gerado a cada vez que se elevavam os preços de referência do açúcar, dados a maior eficiência produtiva e os mais baixos custos de frete dos sulistas (SZMERECSÁNYI, 1979, p. 241, 252). Apesar de, no início do período, tentar apoiar a competitividade dos produtores do Nordeste nos mercados do Centro-Sul (pela última vez e sem sucesso), a política (em 1957) de beneficiar as cotas das usinas que mais produziam também favoreceria as maiores usinas, e acabaria por reconhecer a hegemonia do Centro-Sul, já que as unidades mais produtivas se localizavam em São Paulo (BRAY, 2000, p. 36).

A expansão do mercado interno, contudo, não seguiu o mesmo ritmo da produção de açúcar, e ao longo da década os estoques de açúcar subiram, e levaram a grandes exportações “a preço de sacrifício”, além do abandono do Acordo Internacional do Açúcar de 1937, que determinava uma cota de exportação brasileira muito abaixo da sua disponibilidade de excedentes, e preço mais baixo que o praticado no chamado “mercado livre mundial” (MLM)

(SZMERECSÁNYI, 1979, p. 245-246). A situação se acentua na safra 1958/59, com o salto na produção açucareira impulsionando a exportação; com o aumento do volume exportado, crescia também o custo social da atividade, visto que o açúcar era subsidiado pelo governo, excedendo então as capacidades do IAA.

O álcool foi objeto também de políticas, especialmente os “Planos de Defesa da Aguardente”, que combinavam o discurso do álcool como matéria-prima de interesse nacional, o de proteção a pequenos produtores e trabalho no campo, a pretensão de transformar a bebida em mercadoria de exportação, e ao mesmo tempo, curiosamente, uma intenção moralista de “diminuir a quantidade de aguardente disponível para o consumo” e aumento de preços “com benefício para a população”. O IAA requisitava toda a produção nacional, impunha taxas sobre a comercialização, utilizava a cachaça como matéria-prima para obtenção de álcool, e combatia a sonegação e a prática de “desdobrar” o álcool em aguardente. Os planos terminaram por promover o aumento da produção e sua concentração em número menor de empresas de maior porte, além de gerar excedentes de álcool e cana, interferindo no já difícil equilíbrio do mercado do açúcar. Os planos tiveram vida curta, sendo abandonados em 1959 (SZMERECSÁNYI, 1979, p. 243-245).

O período entre 1960 e 1968 se distingue pelo retorno do direcionamento ao mercado externo (desta vez como fonte de divisas, e não defesa de preços internos) e pela afirmação de políticas de modernização para o setor. A Revolução Cubana e a interrupção do fornecimento de açúcar cubano ao mercado americano, ao qual tinha acesso privilegiado, abriu grandes perspectivas para os produtores brasileiros. A contínua expansão paulista, em terras favoráveis, e com maior mecanização agrícola e modernização industrial, renderam maior competitividade. Preços mais favoráveis no mercado mundial e uma postura mais agressiva do governo brasileiro no comércio exterior completavam o quadro (BRAY, 2000, p. 40-41). As expectativas alcançavam patamares tão altos quanto otimistas – assumiu-se, em 1963, que haveria demanda por 100 milhões de sacas em 1971, sendo 80% destinado ao mercado interno, (SZMERECSÁNYI, 1979, p. 263).

Foram diversas as ações governamentais com sentido de concretizar o aumento das exportações, seja apostando na “competitividade” ou na facilitação para o comércio exterior. Em 1961, o IAA seria dotado de uma Divisão de Exportação. No mesmo ano, foram criados o “Fundo de Recuperação da Agroindústria Canavieira” e o “Fundo de Consolidação e Fomento da Agroindústria Canavieira”, com o que “O financiamento das exportações passou a ser uma atribuição permanente do Instituto” (SZMERECSÁNYI, 1979, p. 259). Em 1962, o IAA

firmava convênio com o Banco do Brasil para amparar projetos de melhoria na produção da cana. Em 1963, se adotava o “Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional”, com o ambicioso objetivo de atingir as 100 milhões de sacas em 1971 – diversos técnicos vinculados ao setor, entretanto, consideravam que o crescimento do mercado era superestimado por estes números, além da dificuldade em concretizar os investimentos e as ampliações necessárias no tempo delimitado (a capacidade instalada das usinas era, então, de 62 milhões de sacas). A distribuição das cotas favoreceu, mais uma vez, a expansão paulista. No mesmo ano, o governo dá prioridade de financiamentos a agroindústrias que viessem a substituir as lavouras de café, e em 1964, é firmado convênio entre IAA e IBC (Instituto Brasileiro do Café) para “erradicar cafezais antieconômicos” com aumento de produção de açúcar, “assegurar financiamento para a instalação de novas usinas de açúcar nas mesmas regiões”, e “facilitar às cooperativas de cafeicultores a obtenção de quotas para a instalação dessas usinas”. Os candidatos a essas cotas eram todos de São Paulo e do Paraná (SZMERECSÁNYI, 1979, p. 259-264, 267).

A produção açucareira, porém, declinava após o recorde da safra de 1961/62, afetada por fatores climáticos, redução do consumo interno e instabilidade política. Com a melhora climática e, mais uma vez, ampliação dos financiamentos via Banco do Brasil, em 1964/65 seriam produzidas 59,4 milhões de sacas, novo recorde. Entretanto, se abateria sobre o setor uma de suas maiores crises – os preços caíram significativamente no Mercado Livre Mundial em meados de 1964, e uma conjuntura de corrida desenfreada para a cana alimentada por financiamentos e ampliação desordenada da produção levaram a um grande ascenso nos estoques, queda de preços no mercado interno, denotando superprodução (RUAS, 2014, p. 123; SZMERECSÁNYI, 1979, p. 273). A partir de 1965, o IAA lidera políticas de concentração e modernização do setor, ao mesmo tempo em que vê suas atribuições delegadas a outros órgãos estatais, do crédito ao preço do açúcar, passando por questões trabalhistas e sociais, além da substituição da maior influência dos produtores nordestinos pela dos paulistas.

A criação do “Sistema Nacional de Crédito Rural”, em 1965, teria importância neste quadro, favorecendo a “modernização conservadora” no campo, através da prescrição do pacote tecnológico da “revolução verde”, e, com isso, a interdependência da agricultura com as indústrias produtoras e de bens de capital, assim como com o financiamento. Os benefícios são localizados nas mãos de grandes proprietários de terras, grupos empresariais e financeiros, reforçando a condição de dominação de classe destes, e excluindo a grande maioria dos

produtores rurais (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 80-82).

O período entre 1969 e 1974 é marcado por políticas de modernização e concentração no setor, promovidas sob a visão da exportação como vetor de desenvolvimento alardeada pelo regime militar (“exportar é a solução”, “exportar é o que importa”). A alegação de que seriam necessárias modernizações para satisfazer demanda crescente no mercado internacional, maior qualidade de produto e maior eficiência dos processos (gerando melhores custos, e preços mais competitivos), deu origem aos planos executados à época (SZMERECSÁNYI, 1979, p. 290).

O Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (Planalsucar) e o Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira foram implementados em 1971, sendo o segundo denominado “Programa de Apoio à Agroindústria Açucareira” a partir de 1973. O Planalsucar teria origem em reivindicação dos produtores para que o Estado encampasse a pesquisa agrícola relacionada à cana-de-açúcar. Mesmo que de grande importância para os proprietários, sua eficácia dependia também dos planos de “racionalização”, que previam incentivos financeiros para fusões e incorporações de empresas agroindustriais canavieiras, e construção de terminais açucareiros nos principais portos exportadores do produto (SZMERECSÁNYI, 1979, p. 290-295). Ao mesmo tempo, dispositivos do Estatuto da Lavoura Canavieira eram revogados, rompendo a proteção a fornecedores e trabalhadores, e abrindo espaços para a concentração de terras e a ampliação das margens dos usineiros (BRAY, 2000, p. 48).

O sentido de concentração destes planos, apoiado por discursos de “racionalização”, “eficiência”, “economia de escala”, foi intenso. Pequenos produtores, de cana ou de açúcar, passaram a ser formalmente tratados como um peso para o setor, antieconômicos, e foram combatidos em favor dos grandes. No Brasil, mais de 100 pequenas usinas de açúcar e álcool encerraram as atividades entre 1959 e 1975, sendo 54 apenas na safra 1974/75 (BRAY, 2000, p. 49-50); em São Paulo, foram 23 entre 1970 e 1975, e as unidades com capacidade abaixo de 200.000 sacos/ano desapareceriam (RUAS, 2014, p. 130). A política de modernização na indústria paulista traria a reboque as empresas de equipamentos para a agroindústria (especialmente Dedini e Zanini), e no campo a “racionalização” significaria a adoção de técnicas “mais eficientes”, traduzidas na revolução verde, que, ao mesmo tempo que reforça a posição do capital contra o trabalho no campo, aumenta a dependência agrícola em insumos e equipamentos. Observa-se uma tendência em que:

[...] a ordem das mudanças instituídas em nível do aumento da escala de produção,

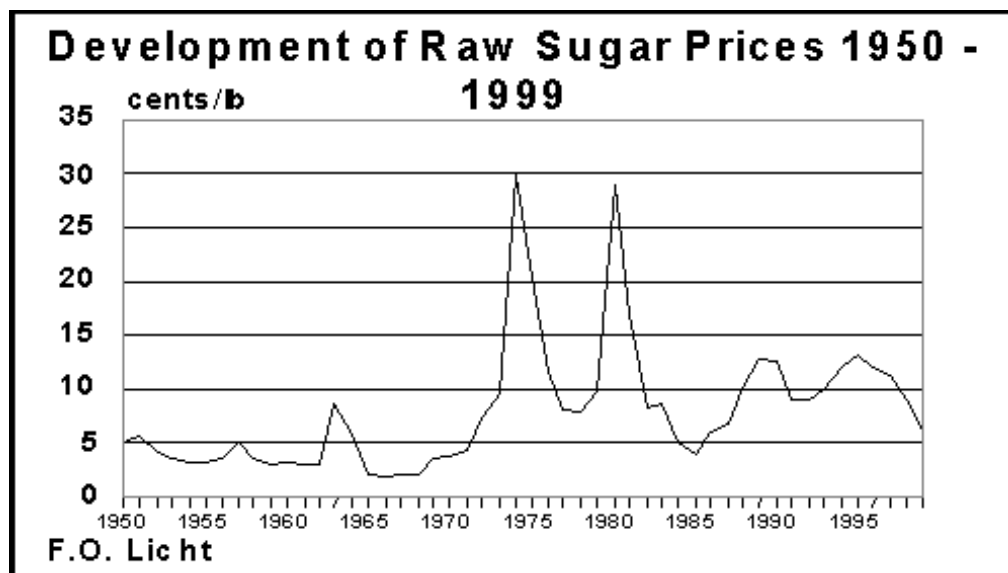
com o rearranjo dos fatores de produção, elevação da composição orgânica do capital, assim como a prática especulativa com a terra (reserva de valor), provocou uma intensificação da concentração da propriedade da terra, com a desterritorialização de pequenos produtores, colonos, posseiros etc. e a recriação de novas formas de relações de trabalho, como a intensificação do assalariamento.

Em face disso, a ordenação espacial da unidade orgânica intradominantes rurais-urbanos, via 'progresso técnico' na agricultura (sob bases de privilégios e subsídios), não visa tão-somente superar as limitações naturais [...], mas também subordinar o trabalho ao capital e manter o controle sobre o processo de trabalho (THOMAZ JÚNIOR., 2002, p. 82-83).

Em termos de crescimento do volume e dos preços de exportação, tais políticas apresentaram resultado, e atingiram grandes dimensões através de uma retroalimentação via Fundo Especial de Exportação do IAA. Os saldos positivos gerados ao fundo eram disponibilizados em bases muito favoráveis à usina na forma de crédito, e em melhoria à infraestrutura de exportação. Observa-se que tais fundos não foram aplicados devidamente pelos usineiros, o que poderia ter prevenido, ou ao menos atenuado enormemente, a crise que viria com a queda dos preços do açúcar em 1974 (RUAS, 2014, p. 128).

### 3.5 Do Proálcool ao século XXI

GRÁFICO 2 – Evolução dos preços do açúcar 1950-1999



Fonte: AHFELD, 1999.

Os preços do açúcar no MLM apresentaram expressivo aumento até novembro de

1974, sob influência da especulação em produtos primários desencadeada pelo choque do petróleo (1973), e com a previsão de quebra em vários países produtores. Neste ano, o preço internacional do açúcar atingiria um pico no mês de novembro, e o produto subiu ao topo da pauta de exportações brasileiras. Em dezembro, os preços caíram verticalmente, e em maio de 1975 o valor estava reduzido a menos de um quarto do verificado seis meses antes (SZMERECSÁNYI, 1979, p. 306-307). A ação especulativa, o fim do mercado preferencial norte-americano, a entrada do Reino Unido no Mercado Comum Europeu (com a consequente anulação do acordo açucareiro da Comunidade Britânica), e o próprio impacto do preço do petróleo nos insumos agrícolas atingiram severamente os produtores de açúcar brasileiros. Açucareiras e indústrias de equipamentos passavam a apresentar grande ociosidade (RUAS, 2014, p. 132).

Se por um lado os usineiros não demonstraram organização para um adequado investimento dos recursos obtidos com as exportações nos anos anteriores, com sentido de redução de vulnerabilidades, sua capacidade de influência sobre o Estado viria a se mostrar impressionante. Desde 1972, entidades do setor (como Sindicato da Indústria de Fabricação de Álcool no Estado de São Paulo e Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo – COPERSUCAR), elaboravam documentos em defesa do álcool como substitutos aos derivados de petróleo (RUAS, 2014, p. 133). A elevação dos preços do último, em 1973, trouxe força às propostas, levadas ao governo federal e concretizando-se em medidas de estímulo e controle da produção do álcool (SZMERECSÁNYI, 1979, p. 308-315). Com a crise do setor deflagrada em 1974, se redobram as pressões, e em 1975 seria criado o Programa Nacional do Álcool – Proálcool. Os interesses dos usineiros, em meio à crise do açúcar e à “oportunidade” dada pelo choque do petróleo, seriam contemplados no Plano, tornando o álcool, novamente, “válvula de escape” do setor – “só que, agora, enquanto alternativa econômica, política, tecnológica, com mercado cativo e lastreada por elevadas quantias de investimentos estatais” (THOMAZ JÚNIOR., 2002, p. 91).

A introdução do álcool combustível para uso automotivo (primeiramente em adição à gasolina, e posteriormente como combustível exclusivo) e a produção de veículos adaptados ao álcool foram o fundamento do Proálcool, sob a justificativa de promover “substituição de importações” de petróleo. A condução do programa ficou a cargo da “Comissão Nacional do Álcool”, criada para este fim, e a comercialização sob monopólio da “Comissão Nacional do Petróleo” – o IAA era afastado do comando do ramo de atividade que sempre esteve sob sua jurisdição. A COPERSUCAR viria a se manifestar contra o controle estatal, “inserindo-se na

famigerada ‘campanha contra a estatização da economia nacional’ promovida por grupos empresariais de vários tipos e origens”, e teria boa parte de suas reivindicações acatadas pelo governo (SZMERECSÁNYI, 1979, p. 314-315, 439).

Os objetivos do programa, além da notória intenção em “economizar divisas”, incluíam “reduzir as disparidades regionais de renda”, “reduzir as disparidades individuais de renda” (com a ampliação do uso de mão-de-obra agrícola), “aumentar a renda interna, pelo emprego de fatores de produção ora ociosos, ou em desemprego disfarçado (terra e mão-de-obra principalmente)”, e “expandir a produção de bens de capital” através da modernização, ampliação e implantação de destilarias com equipamentos predominantemente nacionais (SZMERECSÁNYI, 1979, p. 437). De início, já é possível questionar o segundo item, visto que a agricultura canavieira já se caracterizava pela intensa e crescente mecanização. Baixos salários e processos de concentração de terra, renda e capital seriam os reflexos reais do programa (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 89).

A primeira fase do Proálcool, entre 1975 e 1979, previa um aumento da produção do álcool, com escalonamento regional variável, para que se atingisse um nível de 20% de álcool na mistura com a gasolina em todo o território nacional – para a mistura, é utilizado o álcool anidro, enquanto que para consumo direto se utiliza o álcool hidratado. Cerca de US\$ 765,9 milhões foram disponibilizados em recursos públicos, dos quais aproximadamente 35% se dirigiram ao Estado de São Paulo, dentro do qual cerca de metade à região de Ribeirão Preto. As condições para financiamento eram favoráveis: 17% ao ano (quando a inflação anual se encontrava por volta de 37%), prazo de 12 anos e 3 de carência, sem necessidade de contrapartida, para investimentos na indústria; para a seção agrícola, os juros eram ligeiramente menores (THOMAZ JÚNIOR., 2002, p. 89-90). O álcool anidro teve maior crescimento, quadro que se alteraria a seguir.

A segunda etapa do programa se inaugura em 1980, após o segundo choque do petróleo. Os primeiros automóveis alimentados exclusivamente a álcool começaram a rodar em 1978 (MAGALHÃES, 1991, p.18), e é para o álcool hidratado, utilizado em tais veículos, que se dirige então o programa. A articulação entre os interesses do capital agroindustrial sucroalcooleiro com o setor automobilístico, já componente do programa, encontra consolidação com a substituição da gasolina pelo álcool, e os estímulos para aquisição de veículos (via incentivos fiscais e preços atraentes dos combustíveis). Nesta fase (1980-1984), o programa absorve US\$ 2,1 bilhões, 53% do que seriam seus recursos públicos totais (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 93).

São Paulo, mais uma vez, tiraria grande proveito dos recursos e se isolaria definitivamente na produção sucroalcooleira – dentro do Estado, entretanto, os recursos se distribuiriam mais, favorecendo áreas não tradicionais (também sob estímulo do “Pro-Oeste” – Bases para um Plano de Desenvolvimento do Oeste de São Paulo, programa da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento). Novamente, crédito a juros favoráveis eram disponibilizados para indústria e lavoura. É neste momento que o Proálcool alcança sua expressão máxima, e em 1985 os veículos movidos a álcool respondem a 96% do total vendido. As regiões paulistas tradicionais reafirmam seu protagonismo, apoiadas fundamentalmente em aumento da capacidade em usinas já estabelecidas. A produção cresceria em ritmo superior à demanda pelo produto, gerando excedentes que viriam a ser exportados (IDEM, p. 94-97).

A partir de 1985, numa terceira fase do programa, ocorrem mudanças no suporte financeiro ao setor – o governo passava a exigir contrapartida de 50% nos investimentos, e pagamento integral da correção monetária, além dos juros reais (com exceções para Estados da Sudam, Sudene, Vale do Jequitinhonha, RJ e ES). Os subsídios públicos, diretos ou indiretos, não foram cessados de pronto. A política de controle da inflação implicaria a contenção dos preços dos combustíveis e a exclusão da cana-de-açúcar do sistema de crédito agrícola reduziam a remuneração dos produtores. A vantagem dos produtores paulistas, tanto pela redução absoluta dos custos, quanto pela maior produtividade relativa (aos seus concorrentes), permitiria que, antes de deparar com perdas, estes se expandiriam em ritmo superior, com rentabilidades mais favoráveis (THOMAZ JÚNIOR., 2002, p. 97-98)

Em 1987, enquanto ainda crescia a demanda pelo álcool combustível pela expansão da frota movida por ele, se notava expressiva capacidade ociosa na produção, e se indicava escassez para a safra seguinte. O fator determinante para a concretização do desabastecimento viria a ser o aumento da cotação do açúcar no mercado internacional, motivo para que os usineiros, especialmente os paulistas, revertissem o uso do caldo da cana para a produção de açúcar, em detrimento do álcool. Este movimento teria significados importantes: o consumo e a produção de carros a álcool ficariam desestimulados, e a participação deles nas vendas cairia para 11,5% em 1990 e 0,7% em 1996; o açúcar voltaria ao primeiro plano, e São Paulo desbancaria os Estados nordestinos na exportação do produto, atingindo em 1996-97 61,5% do volume exportado; e, não menos importante, se escancara o descolamento entre o “interesse nacional” e o interesse do setor, que optara pelos lucros possibilitados pelo mercado do açúcar em detrimento do abastecimento do álcool (IDEM, p. 98-99).



A partir dos anos 1990, passada a “era de ouro” do Proálcool, o programa entra em nova fase. Vale lembrar que é neste momento que se afirma o projeto neoliberal no Brasil, a partir do governo Collor, passando por Itamar, e mais definitivamente com Fernando Henrique – desregulamentação (inclusive nas políticas de fomento agrícola e industrial), abertura de mercados, atração de capitais externos, e, também importante para o setor agrícola exportador, câmbio sobrevalorizado (DELGADO, 2005, p. 64). A década não foi favorável em termos de preços do açúcar, mas houve expansão nas exportações brasileiras do produto, em boa medida devido ao fim da União Soviética e da condição preferencial cubana para seu mercado, e os preços do petróleo não apresentaram grandes oscilações, mantendo-se em patamar inferior ao da década de 1980. De maneira geral, os movimentos da política estatal para o setor careceram de uma orientação mais definida, e se mostraram erráticos (VEIGA FILHO, 2006, p. 51).

O IAA, órgão coordenador das políticas do setor desde sua inauguração na década de 1930 sofrera processo de esvaziamento durante a década de 1980 (e perdera o monopólio das exportações de açúcar em 1988), e seria finalmente extinto em 1990, em meio a medidas de desregulamentação do setor (VIEIRA, 2007, p. 212), e, entre outros efeitos, perde-se a grande base de dados formada e disponibilizada pelo Instituto. O “afastamento estatal” (evidentemente não do suporte financeiro) há tempos demandado do capital no setor, especialmente pelos produtores paulistas que viam no órgão um aliado do NE, teria ainda como movimento importante a liberação dos preços da cana, do açúcar cristal *standard* e do álcool hidratado em 1999 (VEIGA FILHO, 2006, p. 51). Ao longo da década, a desregulamentação seria também acompanhada por crise setorial, e concentração via fusões e aquisições – embora ainda em pequeno número, grupos estrangeiros passam a participar no setor.

Durante a década, mesmo que se reavive uma recorrente disputa interna do capital no setor (aparentemente São Paulo versus Nordeste, mas na prática entre produtores mais e menos tecnificados e produtivos) com ataque ao “paternalismo” identificado com os subsídios regionais, uma pauta dá unidade ao patronato canavieiro: o refinanciamento das dívidas do setor (que se aproximava de US\$ 2,5 bilhões em 1991), com anistias e renegociações, além de liberação de novos recursos públicos e redução de impostos (THOMAZ JÚNIOR., 2002, p. 101-102). Observa-se que, dos financiamentos tomados entre 1975 e 1985 no âmbito do programa, 57,5% não voltaram aos cofres públicos, sem contar as diversas anistias. Mesmo com tal histórico comprometedor, os empresários do setor fazem valer seu peso econômico

(respondiam por cerca de 2% do PIB à época, com US\$ 7 milhões de faturamento anual) e utilizam a ameaça do desemprego (eram cerca de 1,3 milhões de trabalhadores). Como resultado, teriam entre os governos Collor e Itamar diversos interesses atendidos: US\$ 1,17 bilhão em crédito subsidiado, e o “Plano de Socorro aos Usineiros Endividados”, com diversas vantagens em reajustes de preços, fiscais e de crédito, entre outras.

Outras características são importantes neste período: a quebra na produção de álcool, ocasionada pela orientação usineira ao açúcar, levou à importação de etanol e metanol que, se convertida em toneladas equivalentes de açúcar, corresponde quase à totalidade das exportações deste produto nos períodos 1989-90 e 1994-95 (92,4% das exportações de 12,88 milhões de toneladas) – para os produtores, entretanto, a troca era positiva, pois gerava ganho adicional de US\$ 40 por tonelada de açúcar. O rearranjo do mercado interno de açúcar também levaria grupos a investir em refinarias e planejamento de marketing, incluso aqui o grupo Zilor. Grandes grupos passavam a investir em novos produtos e subprodutos, especialmente de conteúdo biotecnológico, em companhia do açúcar e do álcool – sendo o negócio da levedura no grupo Zilor (com a constituição da empresa Biorigin) um exemplo disto. Também caracteriza a década a introdução de novas tecnologias tanto na produção agrícola como em automação industrial. Frequentemente, como no caso lençoense, tais mudanças foram acompanhadas de terceirizações, e muitas vezes sob orientação de grandes consultorias internacionais, mais uma vez sob o signo da “modernização” e da eficiência produtiva e gerencial. O reflexo das transformações sobre o emprego foi, naturalmente, negativo (VIEIRA, 2007, p. 212; THOMAZ JÚNIOR., 2002, p. 106, 110).

A política ultraliberal do governo FHC, acompanhada com da abertura de mercado, os baixos preços dos produtos agrícolas, o abandono das políticas de sustentação de preços e o câmbio sobrevalorizado, teria ainda importante consequência desvalorizadora sobre a renda agrícola e o preço da terra – que, se por um lado poderia facilitar as políticas de reforma agrária e redução do poder econômico dos latifundiários, acabaram por minar a agricultura familiar e caminhar com a concentração (DELGADO, 2005, p. 65).

A forte liberalidade, abrindo mão da geração de saldos comerciais num contexto em que abundava o capital internacional em trânsito pelas economias “emergentes”, acabará atingida por imenso déficit em conta corrente à medida que o “pêndulo” do capital internacional se desloca para a posição oposta. À necessidade de geração de saldo exportador responde o novo chamado aos setores primário-exportadores, e a agricultura capitalista, agora autodenominada “agronegócio”, volta às prioridades da agenda econômica nacional, após a

“forte desmontagem de instrumentos de fomento agrícola no período anterior” (DELGADO, 2005, p. 66). Retomando então o conceito segundo o qual o agronegócio responde a uma estratégia econômica do capital financeiro “perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado”, a partir de 1999 se configura o apoio estatal a ele:

O segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, 1998-2002, iniciou o relançamento do agronegócio, senão como política estruturada, com algumas iniciativas que ao final convergiram: (i) um programa prioritário de investimento em infra estrutura territorial, com “eixos de desenvolvimento”, visando à criação de economias externas que incorporassem novos territórios, meios de transporte e corredores comerciais ao agronegócio; (ii) um explícito direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária (Embrapa), a operar em perfeita sincronia com empresas multinacionais do agronegócio; (iii) uma regulação frouxa do mercado de terras, de sorte a deixar fora do controle público as “terras devolutas”, mais aquelas que declaradamente não cumprem a função social, além de boa parte das auto declaradas produtivas [...]; (iv) mudança na política cambial, que ao eliminar naquela conjuntura a sobrevalorização do real, tornaria a economia do agronegócio competitiva junto ao comércio internacional e funcional para a estratégia do ajustamento macroeconômico perseguida; (v) reativa-se a provisão do crédito rural nos Planos de Safra, iniciada com o programa MODERFROTA, e retomado a com vigor no período 2003/2010. (DELGADO, 2010, p. 113-114).

Mesmo com a desregulamentação e a abertura comercial, a ação governamental situa-se, enfim, distante do discurso do “Estado mínimo” preconizado pelo receituário neoliberal, cumprindo papel essencial no desenvolvimento do setor sucroalcooleiro. “[...] longe de ser mínimo, o Estado configura-se como máximo aliado dos usineiros e latifundiários no Brasil” (BELLENTANI, 2014, p. 44). Em linhas gerais,

O setor sucroenergético passou a conhecer a partir da década de 1990, três processos simultâneos, formando uma nova tríade: concentração econômica produto da integração vertical e, sobretudo, da horizontal ou "cartelização técnica", mundialização e concentração territorial (OLIVEIRA, 2014, p. 56 apud BELLENTANI, 2014, p. 95).

A década de 1990, é, então, uma década de crise e reestruturação do setor no Brasil, afetado pela decadência do Proálcool e pela mudança no perfil do suporte estatal. Tentando se adaptar às transformações, o setor volta a experimentar a concentração, e busca inovação através de novos produtos (energia e leveduras, por exemplo) e investe na reforma de processos produção, implantando métodos típicos da reestruturação produtiva.

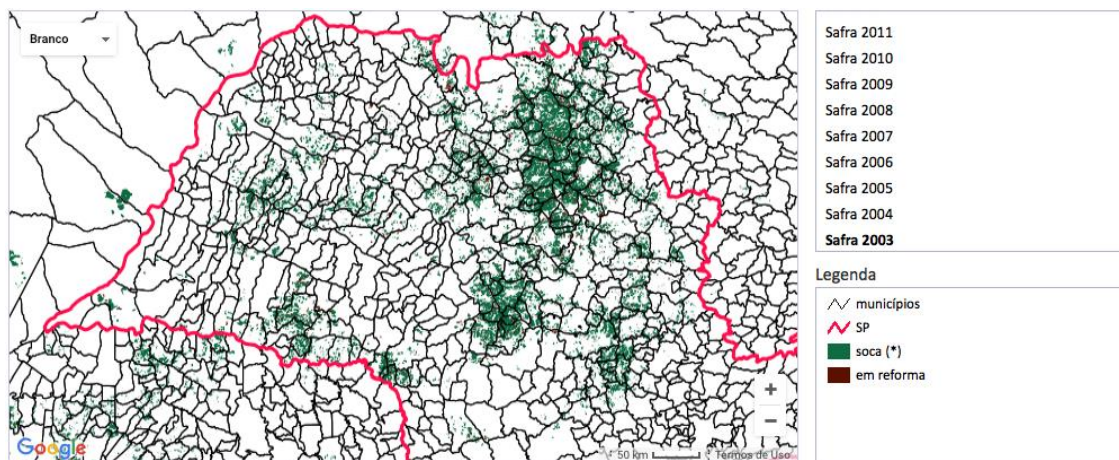
### **3.6 Século XXI: agronegócio e mundialização**

O final do século XX combina o contexto neoliberal com a severa crise cambial e de

liquidez brasileira de 1998 (que força a mudança do regime cambial e sucessivos empréstimos tomados ao FMI), déficit recorrente na balança de pagamentos, e o resgate dos setores primário-exportadores no papel de geradores de saldo comercial, que viriam a ser beneficiados da receptividade do comércio mundial a algumas *commodities* (entre elas os produtos principais do setor sucroalcooleiro, junto a soja, milho, carnes e celulose), as quais passarão a dominar a pauta de exportações brasileiras nos anos 2000-2010. Os desequilíbrios externos aparecem como motivo para uma opção forçada pelas exportações primárias como solução para os déficits comercial e em conta corrente. O “boom” das *commodities*, impulsionado pelo crescimento chinês, seria acompanhado de medidas internas em favor do agronegócio, com “o relançamento de alguns complexos agroindustriais, da grande propriedade fundiária e de determinadas políticas de Estado”, em direção à captura da renda da terra. Reconstitui-se o crédito público bancário para a agropecuária; os preços de terra e arrendamento rural “experimentam uma substancial inflexão para cima em todas as regiões e para todos os tipos de terra”, e as cadeias agroindustriais que apresentam maiores vantagens comparativas naturais aprofundam sua inserção externa (BELLENTANI, 2014, p. 114, 117).

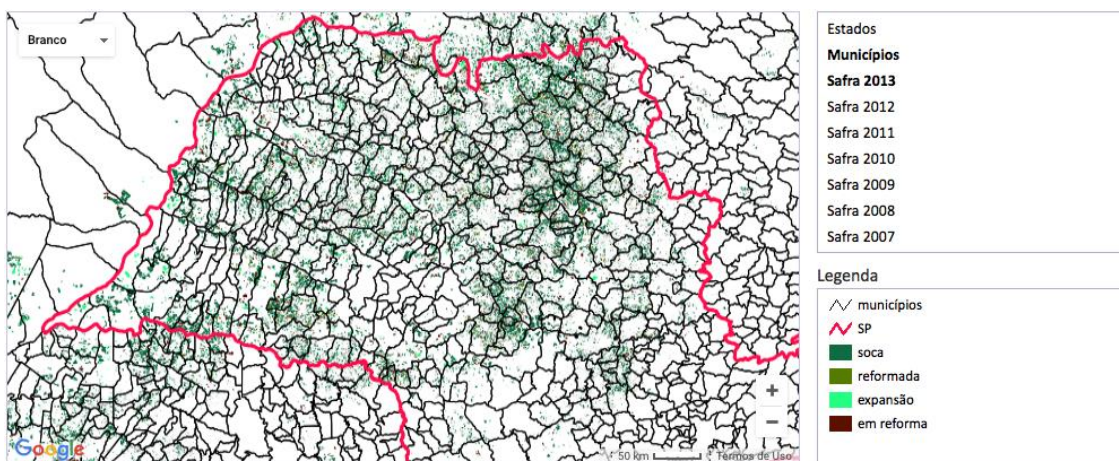
A primeira década do século XIX é marcada também por nova ascensão da importância do álcool combustível, ocasionada pela introdução dos veículos *flex fuel* (bicombustível) e a expectativa sobre o potencial comercial dos biocombustíveis. Os automóveis flex, lançados em 2003, responderiam por 55% do total de veículos leves vendidos em 2005, e as exportações de álcool saltariam de 100 milhões de litros antes de 2003 para 1,4 bilhão de litros em 2004 (RAMOS, 2006, p. 48). O setor volta a se expandir significativamente – o crescimento em solo paulista pode ser observado nas figuras e no gráfico a seguir, extraídos do programa de monitoramento de cultivo e colheita de cana-de-açúcar Canasat, do INPE. Por motivo de melhor visualização, o enquadramento das imagens privilegia as regiões mais significativas para a atividade no Estado (um apontamento sobre as regiões mais importantes será feito no próximo capítulo), deixando de fora outras como o Vale do Paraíba e o Vale do Ribeira.

FIGURA 3 – Área plantada de cana-de-açúcar – SP (2003)



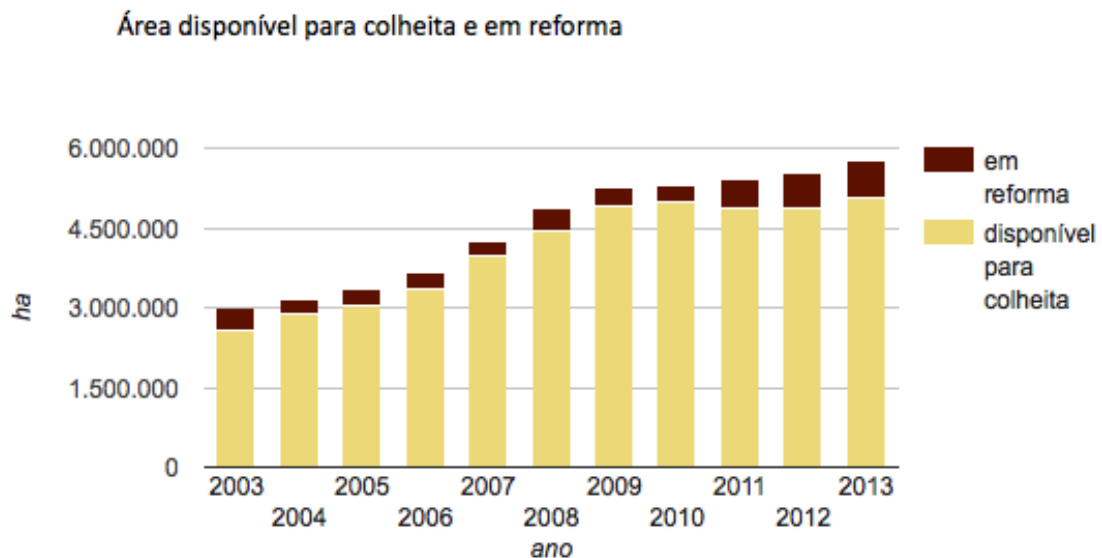
Fonte: CANASAT, 2016.

FIGURA 4 – Área plantada de cana-de-açúcar – SP (2013)



Fonte: CANASAT, 2016.

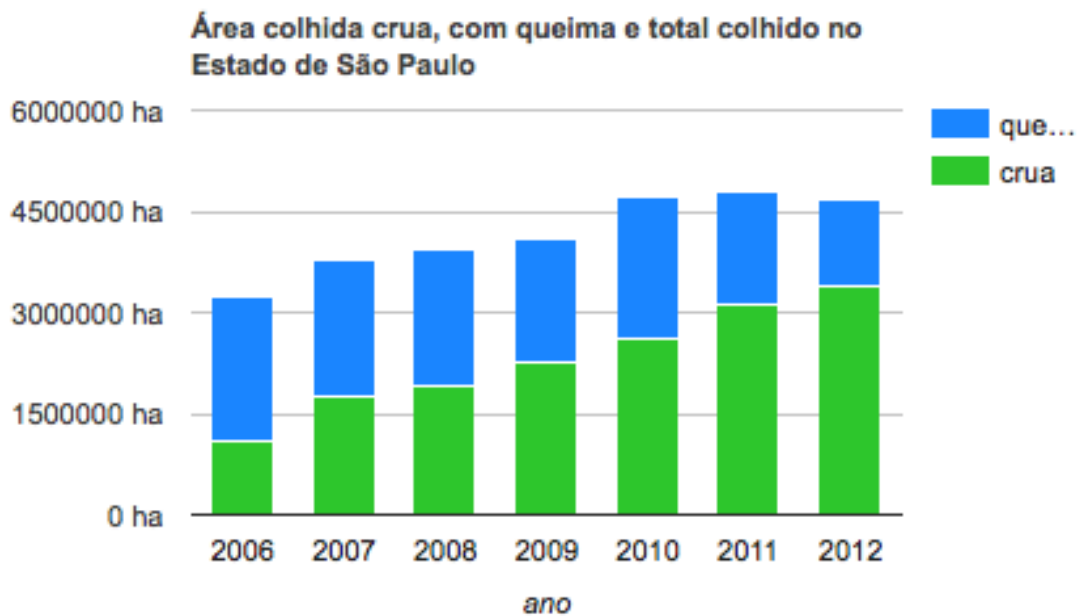
GRÁFICO 3 – Área de cultivo de cana-de-açúcar - SP (2003-2013)



Fonte: CANASAT, 2016.

Um movimento significativo do setor, nos anos 2000, é a grande aceleração da mecanização na colheita da cana. Tal movimento é impulsionado em São Paulo pela Lei Estadual no. 11.241, de 19 de setembro de 2002, que determina a eliminação da queima da palha da cana como método de pré-colheita, de maneira progressiva, até o ano de 2021 (SÃO PAULO, 2002). A lei foi complementada pelo “Protocolo Agro-Ambiental do Setor Sucroalcooleiro Paulista”, de 2007, assinado entre o Governo do Estado de São Paulo e a UNICA – União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (SÃO PAULO, 2007). A relação direta entre as iniciativas e a mecanização da colheita é a utilização da declividade dos terrenos como parâmetro para eliminação da queima – os prazos limite para áreas com declividade acima de 12% são mais longos. Isso se deve ao fato de que a declividade é variável limitante para a atuação das colhedoras automáticas, restritas a terrenos mais planos. A redução do uso da queima da palha pode ser vista no gráfico a seguir:

GRÁFICO 4 – Cana-de-açúcar colhida crua, com queima e total - SP (2006-2013)



FONTE: CANASAT, 2016.

Também no século XXI, a concentração e a mundialização do capital no setor avançaram em intensidade notável. Seja pelo interesse nas *commodities* agrícolas ou nos biocombustíveis, grupos internacionais passam a dividir com os tradicionais grupos brasileiros a produção e a comercialização sucroalcooleira através de associações, fusões e aquisições. O rol de novos investidores inclui empresas petrolíferas (como a Shell e a Petrobrás), gigantes do ramo das *commodities* (Louis Dreyfuss, Bunge), grandes construtoras (Odebrecht, Camargo Correa), e outras, de variadas origens nacionais (japonesas como Sojitz, Itochu, Mitsui; o grupo indiano Shree Renuka Sugars; Noble Group, da China/Hong Kong; Olam International de Cingapura; e a trading suíça Glencore). É novidade significativa da época, também, a abertura de capitais das empresas, com lançamento de ações em bolsas de valores (BELLENTANI, 2014, p. 42-43).

Sintomático deste interesse internacional é o relatório RL 34191 do U.S. Congressional Research Service – “*think tank*” do congresso norte-americano. O documento, produzido em 2007, foi divulgado em 2009 pelo Wikileaks, relata que a produção de biocombustíveis era agenda prioritária do encontro entre os então presidentes George W. Bush e Lula. Ambos firmaram acordo para promover avanços bilateralmente em pesquisa e desenvolvimento no setor, apoiar a indústria de biocombustíveis internamente e em outros

países, e trabalhar multilateralmente para o avanço global dos biocombustíveis (SEELKE, 2007, p. 3). É exatamente desta época a declaração de Lula, reportada em diversos jornais segundo a qual

Os usineiros de cana, que há dez anos eram tidos como se fossem os bandidos do agronegócio neste país, estão virando heróis nacionais e mundiais, porque todo mundo está de olho no álcool. E por quê? Porque têm políticas sérias. E têm políticas sérias porque quando a gente quer ganhar o mercado externo, nós temos que ser mais sérios, porque nós temos que garantir para eles o atendimento ao suprimento. (“Presidente Lula chama usineiros de heróis”, 2007; “Bush deixa o país sem discutir redução da tarifa sobre álcool brasileiro”, 2007).

O acordo gerou grande expectativa pelo fim das tarifas americanas ao etanol brasileiro – estas só vieram, com mais relevo, a partir de 2011, na gestão Obama, quando os produtores estadunidenses já exibiam notável vigor, após anos de subsídios e barreiras protecionistas (THOMAZ JÚNIOR, 2012, p. 99). Programas de assistência em outros países foram pouco além de intenções e estudos preliminares. Ironicamente, após tantos anos de reivindicações dos produtores brasileiros com vistas ao mercado americano, o Brasil viria a se tornar importador do etanol americano (“Nova PISCoFins deve esfriar exportação de etanol dos EUA”, 2015).

Justificando-se pela alta, à época, dos preços do petróleo e do gás, e a preocupação com o aquecimento global, o governo dos EUA defendia o etanol como maneira de aumentar a segurança energética (reduzindo a dependência latino-americana do petróleo), reduzir as emissões de gases estufa e desenvolver o campo na América Latina (SEELKE, 2007, p. 5). Aponta também para a “instabilidade” em países produtores de petróleo, e chega a enunciar uma “diplomacia do etanol”, com impactos políticos significativos na AL, especialmente reforçando a liderança brasileira em detrimento da influência da Venezuela, importante produtora de petróleo, então liderada por Hugo Chavez, e da Bolívia, ainda hoje governada por Evo Morales, importante produtora de gás. Em contraponto, reconhece os riscos para os produtores americanos, e preocupações de impactos ambientais negativos, más condições de trabalho, e alta de preços alimentícios, além do preço quase sempre mais alto que os derivados de petróleo (IDEM, p. 25).

Seja pela questão geopolítica, pelo ressurgimento do etanol combustível como alternativa energética para o transporte, pela necessidade de geração de saldo comercial, ou pela ascensão dos preços internacionais das commodities, a agroindústria canavieira brasileira encontra no início do século XXI circunstância bastante favorável. O Estado brasileiro



contribui em diversas frentes para catalisar o impulso: o controle da função social da terra é afrouxado, processos de “grilagem” (apropriação ilegal de terras) são tolerados, legitimados e legalizados (sendo grande exemplo disto a MP 458/2008, que autoriza a entrega de 67,4 milhões de hectares de terras públicas na Amazônia Legal a ocupantes e prováveis grileiros), e os índices de produtividade agrícola, utilizados como critério de desapropriação para fins de reforma agrária, são mantidos nos termos de 1975 (DELGADO, 2012, p. 101-2)

Após um longo período de transição, iniciado em meados da década de 1980, o crédito rural (geral e subvencionado) voltara a crescer após 1998, se expandindo em toda a década de 2000. São realizadas sucessivas operações de recomposição da dívida agrária, cuja rolagem consumiu um valor médio anual de R\$ 2,7 bilhões entre 2003 e 2005 (DELGADO, 2012, p. 101-5). O BNDES tem papel significativo na expansão sucroalcooleira: apenas em 2008, foram direcionados cerca de R\$ 6,7 bilhões ao setor (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 295). Diversos programas foram ofertados ao que o banco costuma chamar de setor sucroenergético: Prorenova (Programa BNDES de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais, que atingiu um volume de R\$ 1,3 bilhão em 2013), PAISS (Plano Conjunto BNDES-FINEP de Apoio à Inovação Tecnológica Industrial dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico), PASS (Programa BNDES de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro, destinado a financiar estoques de etanol combustível), somando-se às diversas linhas disponibilizadas para o setor agropecuário (BNDES, 2016).

Diversos órgãos estatais, por vezes associados a entidades como Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e Copersucar, foram engajados na tarefa de incentivar o crescimento do negócio relacionado à cana-de-açúcar: Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético, da Universidade Estadual de Campinas (NIPE) são alguns dos exemplos de centros de pesquisa envolvidos no esforço. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), grande pacote de investimentos elaborado no segundo governo Lula, destinava R\$ 196,9 milhões para projetos em ciência e tecnologia relacionados ao etanol. Outros investimentos do PAC, em alcooldutos e outras obras de infraestrutura, por exemplo, viriam também a beneficiar o setor (THOMAZ JÚNIOR., 2009, p. 283-4, 293).

O setor sucroalcooleiro no século XXI se firma então como uma atividade largamente mundializada, seja pela participação estrangeira em investimentos ou em fornecimento de insumos, equipamentos industriais, automação, e mesmo financiamento, seja através de endividamento externo ou abertura de capital – ainda que empresas nacionais, especialmente

da região de sertãozinho, se mantenham como importantes fornecedores. Sob liderança incontestada da produção paulista, se expande dentro do Estado e em outras regiões, especialmente o Centro-Oeste. Mais uma vez, o setor é chamado a contribuir com o comércio exterior nacional – agora, no entanto, num contexto de desindustrialização e reprimarização das exportações.

Altamente favorecida pelos preços internacionais das *commodities*, a “solução exportadora” para os déficits em conta corrente apresentaria expressivo sucesso aparente: o valor médio anual das exportações quadruplica da segunda metade da década de 1990 para o final da década de 2000: de cerca de US\$ 50 milhões para cerca de US\$ 200 milhões. Os produtos básicos terão papel importante neste movimento, e responderão por 45% da pauta em 2010, ante cerca de 25% em 2000, e, quando somados aos “semimanufaturados” (que também correspondem a cadeias minerais e agroindustriais), viriam a superar a exportação de manufaturados, denotando um claro processo de reprimarização em contraponto ao que se viu e buscou nas fases nacional-desenvolvimentistas (DELGADO, 2010, p. 114).

Tal orientação acaba por montar uma espécie de armadilha: a competitividade nestes setores implica necessariamente uma corrida pela exaustão dos recursos naturais, seja pela exploração da terra ou dos minérios, implica pressões de exploração e precarização do trabalho, e um perfil distributivo perverso que favorece a acumulação pelo grande capital (IDEM, p. 123). A confiança cega nas *commodities* como eixo de crescimento esbarra inevitavelmente nas oscilações dos preços internacionais, que, por um lado, comprometem a consistência da acumulação e encaminham períodos críticos (como o atual), e, por outro, pressionam por maior intensidade de predação dos recursos quando nas baixas. O maior peso do capital estrangeiro, à medida que significa saída dos lucros, impacta negativamente a conta serviços, corroendo os efeitos positivos do setor na balança de pagamentos. À eventual emergência de crises financeiras globais, a retração de liquidez redobra as pressões sobre a dependência externa.

Em síntese, as condições da expansão agrícola vinculadas a: uma inserção externa dependente; ao perfil da dupla superexploração dos recursos naturais e do trabalho humano e a uma forma de extração do excedente econômico, fortemente vinculada à renda fundiária; configuram novos ingredientes de uma questão agrária muito além dos limites setoriais da agricultura. Em última instância, caracterizam um estilo típico do subdesenvolvimento, que se repõe em pleno século XXI e do qual o pacto do agronegócio é parte integrante de peso. (DELGADO, 2010, p. 123-124).

### 3.7 Breve síntese

Ao longo da história brasileira, a produção agrícola e agroindustrial se apoia sobre determinados pilares: uso da terra como instrumento de realização de lucros, o direcionamento segundo interesses ou a mercados externos, a concentração da propriedade fundiária, a superexploração do trabalho e o suporte do Estado. Mesmo que ao longo do século XX a importância das exportações e a participação estatal tenham oscilado no setor sucroalcooleiro, ambas nunca deixaram de existir.

Favorecido pelo crescimento econômico derivado principalmente do negócio cafeeiro, São Paulo ao longo dos 1900 se consolida como protagonista da agroindústria sucroalcooleira nacional e, mesmo que em frequente disputa com os tradicionais produtores do Nordeste, o Estado é amplamente beneficiado por políticas estatais, da época nacional-desenvolvimentista ao século XXI, passando pela era do Proálcool, quando se conformam poderosos grupos atuais. Sob o signo do “interesse nacional”, e especialmente neste programa, se promove a modernização no setor, como é comum, com os efeitos positivos direcionados às classes proprietárias e reforçando nexos de dependência.

Exemplo essencial disto, no contexto do Proálcool, é a propulsão via Estado da “modernização conservadora” no campo brasileiro, que “simultaneamente à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para seu abrigo as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial e ao capital comercial” (DELGADO, 2012 p. 14), e derrotou o movimento pela reforma agrária. Bem observa Delgado que “a grande propriedade fundiária [...] é assimilada em programas e projetos especiais e obtêm inúmeras linhas de apoio e defesa” (IDEM, p. 14), caso do Proálcool. A modernização conservadora é acompanhada também pela adoção dos pacotes tecnológicos da “Revolução Verde”, com avanço da mecanização e uso de insumos, também propulsora da necessidade permanente do crédito.

Muito se discutem os impactos do programa, tanto no que se refere à efetividade econômica, como às consequências sociais e ambientais experimentadas. É fato dado que as classes proprietárias da agroindústria canavieira colheram benefícios consideráveis, revigorando e consolidando grupos usineiros. O Proálcool, entretanto, não conseguiu impedir novas crises no setor nas décadas seguintes. O sentido de concentração e centralização produtiva, em prejuízo de pequenos engenhos e agricultores, de concentração fundiária, de

superexploração do trabalho e de depredação ambiental contribui para uma avaliação crítica do programa e seu caráter antissocial.

Esse sentido concentrador e centralizador de capital, simbolicamente atenuado através do uso de termos como racionalização e modernização, é aspecto de grande relevo, e certamente dos mais importantes na conformação da agroindústria canavieira brasileira atual, caracterizada desde o Proálcool pelo predomínio de grandes grupos, e tem considerável poder explicativo para as transformações de tal agroindústria em Lençóis Paulista a serem discutidas no próximo capítulo.

Não se pode deixar de observar a importância dos interesses e das condições externas no desenvolvimento da agroindústria canavieira brasileira e paulista. Fundada nos marcos coloniais, com produção destinada ao mercado europeu, a empresa sucroalcooleira deste país permanece historicamente atrelada a fatores externos, sejam as flutuações do preço internacional do açúcar, as guerras, a concorrência, a Revolução Cubana, ou o choque do petróleo, por exemplo. Dependente de variáveis que escapam ao seu alcance (e mesmo ao alcance do Estado nacional brasileiro), a agroindústria canavieira nacional alternou períodos de impressionante prosperidade com outros de severa e prolongada crise.

Mesmo que ressignificado com o conceito de agronegócio, os discursos de avanço tecnológico e do etanol como energia limpa, o setor sucroenergético permanece atrelado a aspectos essencialmente antissociais. As mudanças no campo, com a mecanização, a agricultura de precisão e a biotecnologia não refletem transformações proporcionalmente positivas no trabalho:

Conquanto o trabalho humano venha sendo crescentemente mitigado nos processos produtivos tipicamente capitalistas ou de agronegócio, as relações de trabalho que se estabelecem na produção agropecuária parecem configurar um estilo de “superexploração”, seja pela imposição de jornadas excessivas (corte de cana, por exemplo), seja pelo manejo de materiais agrotóxicos altamente nocivos à saúde humana, seja pelas relações de precária contratação de trabalhadores migrantes nos picos da demanda sazonal das safras agropecuárias. (DELGADO, 2010, p. 121).

A etapa atual, com mundialização, associação direta ao capital internacional, dependência aprofundada de tecnologia de gestão, automação, biotecnologia, longe de impulsionar uma atividade mais nacional e autônoma, traz à tona as comparações com o desfavorável histórico da cana-de-açúcar no Brasil:

O senhor de engenho brasileiro do século XVI ou XVII participava de uma das cadeias produtivas mais dinâmicas, vendia para os mais importantes mercados consumidores, era financiado pelas maiores casas financeiras e comerciais

européias, operava uma das tecnologias mais modernas de sua época e estava no centro das rotas comerciais mais promissoras. Mesmo assim, sua margem de manobra e sua participação no excedente econômico eram mínimas e tudo o que controlava estava da porteira para dentro: suas terras, que soube utilizar até a exaustão, e seus escravos, que soube explorar até a morte. Não seria um retrato de nossa moderna burguesia dos negócios? (MONTE-CARDOSO, 2014, p. 120).

## 4 GEOGRAFIA DE LENÇÓIS PAULISTA E AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA

### 4.1 Espaço e território

Que cada um olhe o espaço em torno de si. O que ele vê? Ele vê o tempo? Ele o vive. Ele está dentro. Cada um vê apenas movimentos. Na natureza, o tempo se apreende no espaço, no coração, no seio do espaço: a hora do dia, a estação, a altura do sol acima do horizonte, o lugar da lua e das estrelas no céu, o frio e o calor, a idade de cada ser natural.

**Henri Lefebvre, A Produção do Espaço**

Espaço e tempo afetam a maneira como vemos o mundo, e fornecem um sistema de referências com o qual nos “localizamos” perante ele (HARVEY, 1996, p. 209). O “espaço” é tomado aqui como categoria por excelência da Geografia, entendido em Milton Santos como “soma da *paisagem* (ou ainda melhor, da configuração geográfica) e da *sociedade*” (SANTOS, 2012, p. 12). O espaço é um “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 2012, p. 289), imbricando, nas palavras do geógrafo, as “instâncias” (paisagem e sociedade), contendo e contido em instâncias econômica e cultural-ideológica. Social e mutante, considera-se aqui um caráter histórico, assim temporal, da constituição espacial: “A temporalidade submete a espacialidade, e o processo universal de valorização do espaço torna-se, em si mesmo, denso de particularidades temporais e espaciais” (MORAES, 2000, p. 16).

Por tratar aqui do caso de Lençóis Paulista, a análise se centra sobre uma determinada porção do espaço, fazendo necessária a discussão dos conceitos de “território” e de “lugar”. Não faltam palavras que, no senso comum, trazem significados correlatos: “*locality, location, locale, neighborhood, region, territory*” (localidade, localização, local, vizinhança, região, território) são elencadas como portadoras de significado similar (HARVEY, 1996, p. 209) ao de “*place*” (lugar). Santos também aponta para a corriqueira confusão entre território e espaço na linguagem cotidiana (SANTOS, 2010, p. 19).

“Resultado de ações multilaterais que se realizam em tempos desiguais sobre cada um e em todos os pontos da superfície terrestre”, o lugar é o campo da singularidade, com a “presença simultânea de variáveis tão diversas” que levam a uma combinação única de características (SANTOS, 2004, p. 259). Se formas de reprodução podem ser observadas amplamente na superfície da terra, adquirindo condição universal, os modos próprios de uso do espaço e apropriação da natureza de um determinado grupo obedecem a um determinado

ordenamento sociopolítico. O processo social toma caráter particular, exclusivo, e constitui formas que “substantivam na paisagem [...] relações sociais específicas, tornando-se qualidades dos *lugares*” (MORAES, 2000, p. 16, grifo nosso). Em outras palavras, “Os estabelecimentos humanos são definidos por uma combinação local de variáveis da qual cobram sua originalidade” (SANTOS, 2004, p. 259).

Santos afirma também que “por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada”, e que “num sentido mais restrito, o território é um nome político para o espaço de um país”. Em seguida, descreve a noção de “espaço territorial” como “um Estado, um espaço, mesmo que as ‘nações’ sejam muitas” (SANTOS, 2010, p. 20), e afirma que “o que interessa discutir é, então, o território usado, sinônimo de espaço geográfico”. Se a ideia apoiada nas fronteiras do país não se ajusta completamente a esta pesquisa, a atenção ao “território usado”, dentro de uma divisão também política (os limites de município), é oportuna. É apropriada também, para a análise aqui proposta, a visão de Bernardo M. Fernandes:

Os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. O território é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais. Entretanto é importante lembrar que o território é um espaço geográfico, assim como a região e o lugar, e possui qualidades composicionais e completivas dos espaços. (FERNANDES, 2012, p. 3).

Embora os diversos autores apontem para os aspectos “imateriais” do território (significados, identidades, consciências), não há aqui a intenção de deter-se sobre a discussão da materialidade/imaterialidade dos territórios. Mais interessa sua compreensão como “fração do espaço geográfico” (SANTOS, 1998, p. 15), e “escala de análise da sociedade e da relação sociedade/espaço” correspondente à “espacialidade de uma dada ‘formação econômica e social’” (MORAES, 2000, p. 21). Aspecto essencial do território é que, sendo “espaço social”, aceita a afirmação segundo a qual

[...] o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais [...], em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é, assim, efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência. (OLIVEIRA, 2004, p. 40).

A centralidade dos processos sócio-históricos na constituição territorial é fundamento condutor desta pesquisa. Por isto, se retoma aqui uma posição já explicitada na introdução desta dissertação – “[...] um entendimento da geografia humana como ciência social que tem por objeto o processo universal de apropriação do espaço natural e de construção de um

espaço social pelas diferentes sociedades ao longo da história” (MORAES, 2005, p. 41).  
Pode-se acrescentar que

[...] o território é um espaço social, que não pode existir sem uma sociedade que o crie e qualifique, logo inexistente como realidade puramente natural, sendo construído com base na apropriação e transformação dos meios criados pela natureza. Assim, o território é um produto socialmente produzido, um resultado histórico da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga. (MORAES, 2000, p. 18).

Constituem-se assim como essência do território o processo humano, a produção e determinação pela existência e materialização da vida social em suas formas, e seu caráter de expressão do poder de classe dentro de institucionalidade ligada à ordem social vigente. Em nossos tempos, é a lógica do desenvolvimento capitalista, contraditória, que constrói/destrói formações territoriais, impondo dinâmicas diversas e desiguais de valorização em diferentes partes do mundo.

Mais especificamente, pode-se entender que as formas objetivadas na superfície da Terra através dos processos sociais, em resposta a dados ordenamentos sociopolíticos, e em função de uma sociabilidade vigente que determina seus modos próprios de apropriação da natureza, são resultado exclusivo do trabalho humano, e este como “ato teleológico de incorporação e criação de valor” (MORAES, 2005, p. 41). Com isto, a **valorização do espaço**, “apreendida como processo historicamente identificado de formação de um território” (MORAES, 2005, p. 21), se coloca como oportuna formulação categorial. O processo de valorização do espaço, por sua vez, pode ser desdobrado em processos mais específicos:

Do ponto de vista lógico-histórico, a relação mais elementar seria a da **apropriação dos meios naturais**, aparecendo a superfície terrestre para as sociedades como um celeiro dos meios de subsistência e trabalho. A **transformação dos meios naturais** a partir de certo grau de intervenção põe novas qualidades e novas relações, como as originadas pela agricultura que, através do solo agrícola, mobiliza a superfície da Terra como diretamente um meio de produção. A estas relações pioneiras se agrega o processo constante de **reapropriação dos meios já transformados**, em que os grupos sociais se vêem envolvidos com espaços já qualificados como segunda natureza (isto é, como meios naturais que contêm a marca de trabalhos pretéritos. (MORAES, 2005, p. 42, grifos do autor).

À ênfase na relação sociedade-natureza presente nos eixos acima deve-se adicionar o fato de que existem relações não naturais entre a sociedade e o espaço – “os seres humanos constroem ambientes artificiais, cuja naturalidade se limita à origem dos materiais empregados” (IDEM). A criação (cumulativa e gradativa) das formas humanas, artificiais, que se sucedem historicamente sobre a superfície da Terra é a objetivação do processo de



produção do espaço. Este implica que os lugares passem a se qualificar pelas “heranças em espaços construídos”, em sobreposição às determinações naturais. Por fim, se encontra o processo de apropriação do espaço produzido, que atribui às formas herdadas nova funcionalidade segundo a organização social vigente (MORAES, 2005, p. 43).

Sobre a identificação da valorização do espaço como horizonte de indagação, se coloca a **formação territorial** como a abordagem que busca apreendê-la “em manifestações singulares sincronicamente analisadas” (MORAES, 2005, p. 45). Enquanto “análise histórica retrospectiva, uma vez que busca uma gênese de conjuntos espaciais contemporâneos” (MORAES, 2000, p. 21), e considerando que a discussão da espacialidade não pode prescindir da análise de sua história, a ótica da formação territorial é tomada como eixo deste capítulo.

Os significados de espaço, território e lugar encontram sobreposições, intersecções e complementaridades que podem ser exploradas conforme o objetivo, a finalidade e os rumos escolhidos para a abordagem ao objeto. Contidos e contendo uns aos outros, evita-se aqui a exclusão de um pelo outro, admitida a grande permeabilidade entre eles. A opção prática é por privilegiar o uso do termo território, como fração (e componente) do espaço, determinado, historicamente produzido, constituído com a materialização das relações sociais sobre o espaço (conformando espaço geográfico), com formas que obedecem a dados ordenamentos sociais, sendo a constituição do território e seus traços característicos o objeto de exame proposto neste trabalho. A observação da particularidade, das formas singulares, situadas no espaço e no tempo constitui funcionalidade para o uso do conceito lugar como forma de reconhecimento das especificidades encontradas em Lençóis Paulista. A abordagem ao lugar adotada é pautada pela ótica territorial, incorporando no local as determinações históricas, sociais, econômicas, políticas. Como adequada síntese para a apropriação conceitual aqui realizada,

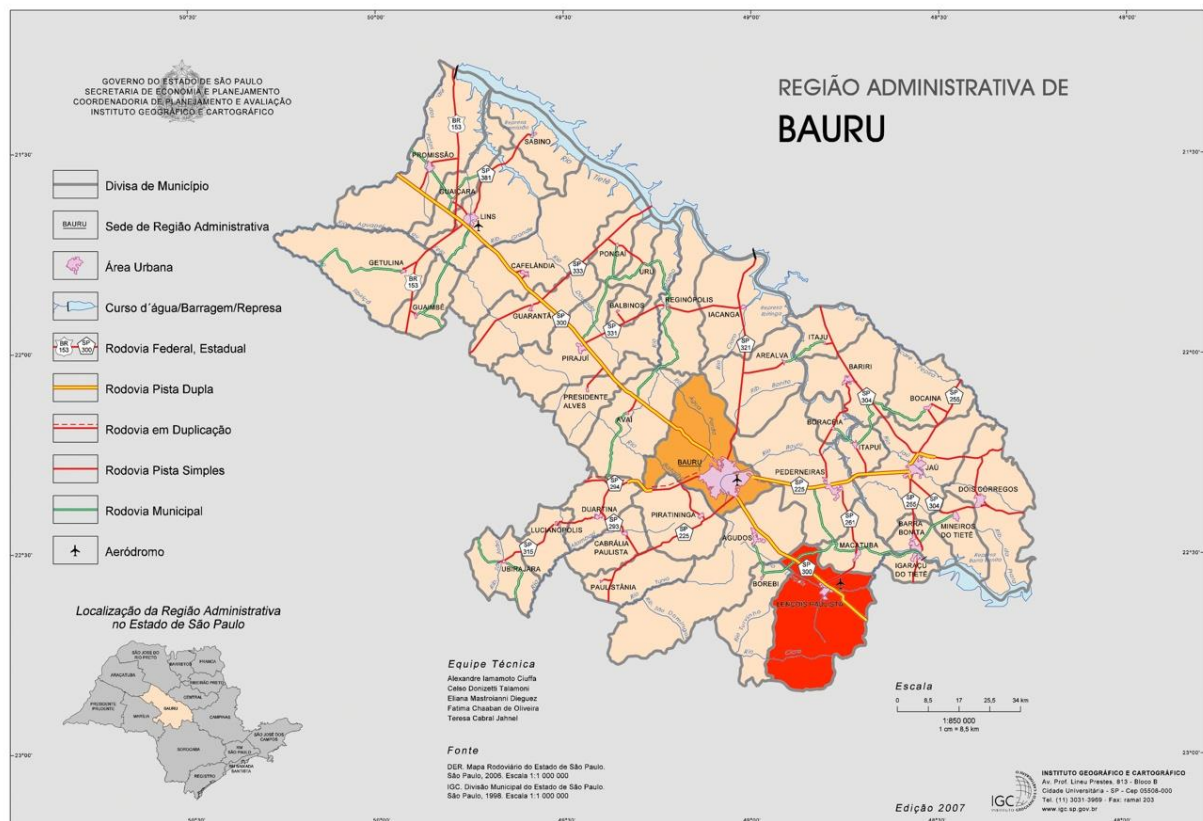
[...] tomamos o pressuposto de que espaço, enquanto espaço geográfico, ou seja, aquele que parte da abordagem sobre a relação sociedade/natureza, é mais amplo que território – este sendo visto como um olhar sobre o espaço geográfico que coloca seu foco nas relações de poder, isto é, enfatiza as relações espaço/poder. (HAESBAERT, 2014, p. 55).

A discussão, assim, deve abranger no estudo do recorte espacial a apropriação do meio natural, sua transformação e reapropriação do meio modificado e do espaço produzido, através de análise histórica retrospectiva e conexão entre os eventos e processos de ordem geral e aqueles de caráter particular, no esforço de caracterização do território lençoense em sua relação com a agroindústria canavieira.

## 4.2 Caracterização inicial do município de Lençóis Paulista

O município de Lençóis Paulista situa-se no interior do Estado de São Paulo, em posição próxima ao centro geográfico do Estado, a cerca de 290 km da capital, e integra a região administrativa de Bauru (MAPA 1). Para esta cidade, a distância é inferior a 50 km, percorridos pela principal rodovia da região, a Marechal Rondon – SP300. O Rio Tietê, eixo da ocupação no interior paulista e do qual o Rio Lençóis é afluente, está a cerca de 20 km. A posição do “marco zero” é indicada pela latitude sul 22°33’56”, e oeste 48°48’02”. A área delimitada pelo município é de 804 km<sup>2</sup> (LENÇÓIS PAULISTA, 2013), e a população estimada para 2015 é de 66.131 habitantes, segundo o IBGE.

FIGURA 5 – Mapa de Lençóis Paulista (em vermelho) na região administrativa de Bauru



Fonte: elaboração própria sobre IGC, 2007.

“Lençóis” era a forma original que designava o bairro, depois freguesia e município. Em 1944, devido à existência de município com mesmo nome na Bahia, determinou-se a mudança da designação para “Ubirama”. Quatro anos depois, o nome atual de “Lençóis

Paulista” foi adotado. O IBGE indica como “lençoiense” como o gentílico relacionado, e alguns autores ainda preferem “lençoisense”, mas opta-se pela forma “lençoense”, esta que assume o uso corrente e quase exclusivo no município.

As feições geomorfológicas do município têm as características típicas das Província Geomorfológica do Planalto Ocidental Paulista: predominantemente planas, com suaves ondulações. A declividade raramente alcança 6%, nunca excedendo este valor, e entre 400 e 800 metros se limita a altitude. A foto a seguir apresenta um recorte das colinas lençoenses, recobertas pela cultura da cana-de-açúcar, bastante representativas da paisagem observada na zona rural do município (figura 6).

FIGURA 6 - o “mar de cana” sobre as colinas lençoenses.



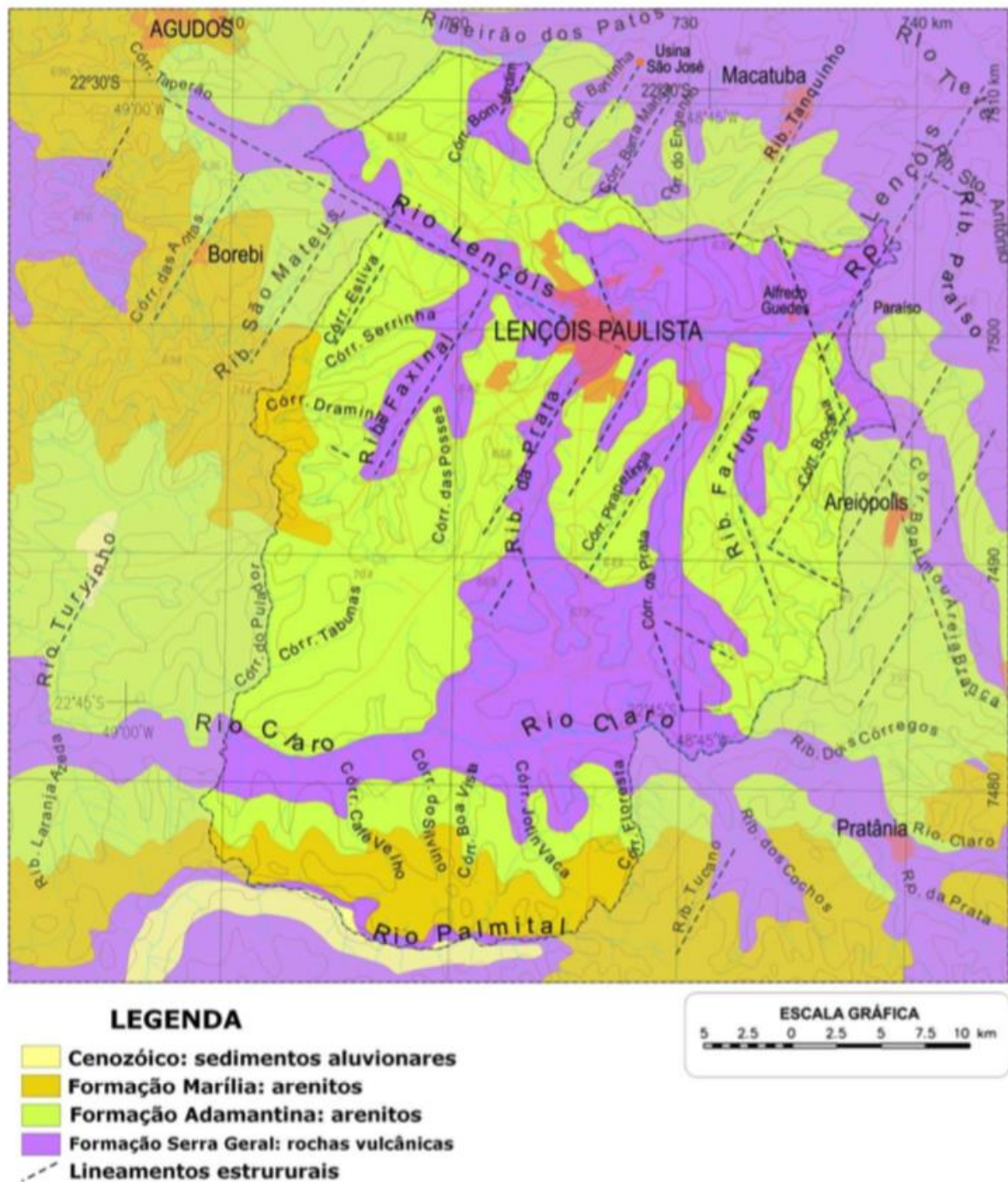
Fonte: do autor.

A Formação Botucatu não aflora na área, mantendo-se abaixo da superfície sob as formações Serra Geral, Adamantina e Marília. À última correspondem as porções mais elevadas do terreno, ao sul e ao oeste do município. A constituição arenítica é compartilhada com a Formação Adamantina, em contraste ao predomínio basáltico da Formação Serra Geral. É nesta que se encontram os pontos de menor altitude, o curso do Rio Lençóis, quase toda a



urbanização, e, em função da melhor produtividade dos solos associados ao basalto, encontra-se sobre tal Formação também a Usina Barra Grande, além de importantes fornecedores de cana e alguns engenhos. Uma representação da geologia do município se encontra abaixo.

FIGURA 7 – Mapa da geologia da região de Lençóis Paulista (simplificado)



FONTE: LENÇÓIS PAULISTA, 2013

Predomina no município, sob a classificação de Köeppen, o tipo climático Cwa, quente e úmido, com inverno seco, com totais de chuvas inferiores a 30 mm no mês mais seco; temperaturas médias superiores a 22,0°C no mês mais quente e temperaturas menores que 18,0°C, no mês mais frio (LENÇÓIS PAULISTA, 2013). Algumas áreas se classificam como Cwb, diferindo do Cwa pelas médias superiores abaixo dos 22°C. Em janeiro se encontram as médias máximas (29°C a 32°C), em julho as mais baixas (11°C a 13°C), e as médias anuais variam entre 21°C a 23°C. O período mais chuvoso, compreendido entre outubro e março, concentra entre 75 e 80% das chuvas, com o inverno sendo marcado por forte estiagem. O trimestre mais chuvoso, entre dezembro e fevereiro, coincide com a “entressafra” da cana – as chuvas, ao mesmo tempo que colaboram com o crescimento da cana, dificultam sua colheita.

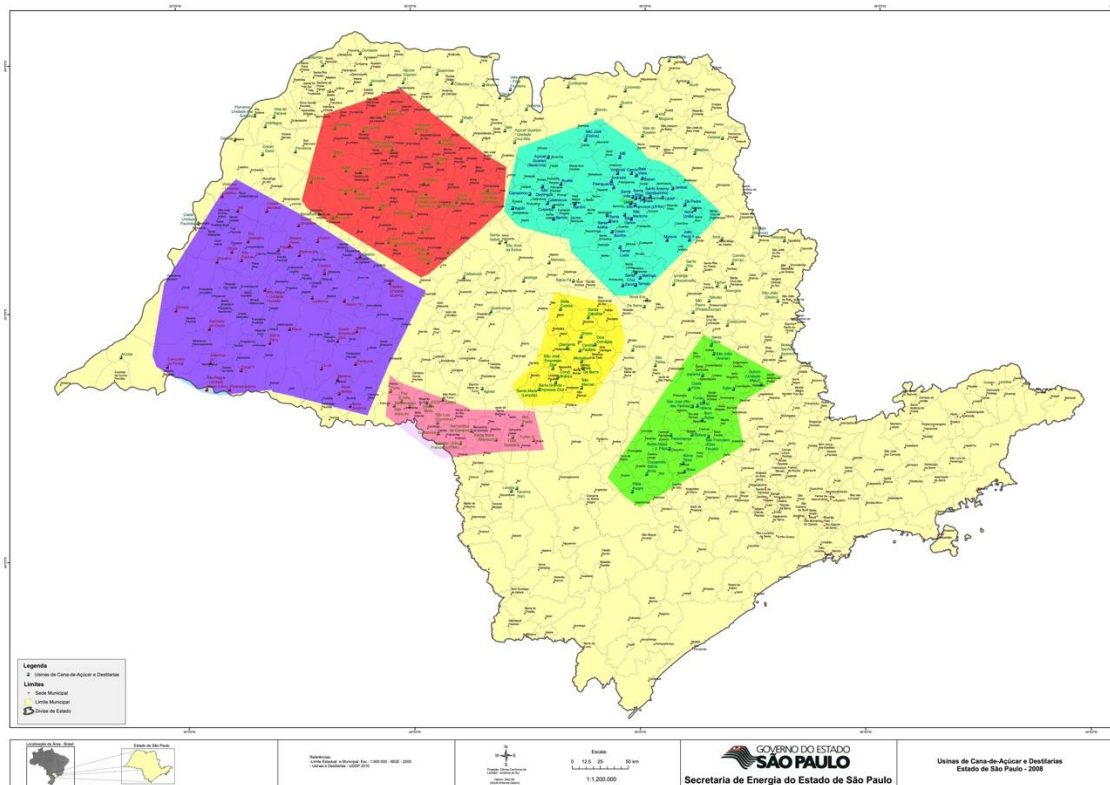
De maneira geral, as condições naturais (solo, topografia, hidrografia e clima) podem ser consideradas favoráveis ao cultivo da cana-de-açúcar, bem como serviam adequadamente ao café, como concordam diversos autores (Cano, Szmrecsányi, Prado Júnior, por exemplo), mesmo que tratando de uma maneira mais ampla o “oeste paulista”.

A presença da cana-de-açúcar, com seu impacto sobre a paisagem, não é recente em Lençóis Paulista. Registros oficiais dos “Anuários Estatísticos” elaborados pelo governo estadual de São Paulo no início do século XX retratam a existência tanto da produção de açúcar como de aguardente no município, mesmo num contexto de predominância e crescimento da cafeicultura. Lençóis viria a integrar uma “terceira” região do negócio sucroalcooleiro, que também inclui importante unidade da Raízen, a Usina da Barra (em Barra Bonita), uma das maiores do mundo em capacidade de moagem (NOVACANA). A Raízen, *joint-venture* entre o grupo Cosan e a gigante do setor petrolífero Royal Dutch Shell, se apresenta como principal fabricante de etanol e cana de açúcar do país, e maior exportadora individual no mundo.

O grupo empresarial com atuação dominante no campo lençoense, entretanto, é o grupo Zilor, que se mantém familiar e de capital fechado, tendo figurado entre os dez maiores grupos do ramo, posição perdida recentemente. Além da Usina Barra Grande de Lençóis, possui a Usina São José, na vizinha Macatuba, a Usina Quatá, em cidade do mesmo nome, e a Biorigin, braço dedicado à produção de leveduras para a indústria alimentícia, nutrição animal e fermentação industrial, com unidades nos EUA e na Noruega. Os detalhes do grupo serão examinados mais adiante.

A atuação destes grupos na região a coloca em posição relevante no mapa das unidades industriais sucroalcooleiras paulistas, com suas áreas de concentração destacadas no MAPA 3 a seguir.

FIGURA 8 – Mapa com indicação aproximada das regiões concentradoras de unidades industriais sucroalcooleiras em São Paulo.



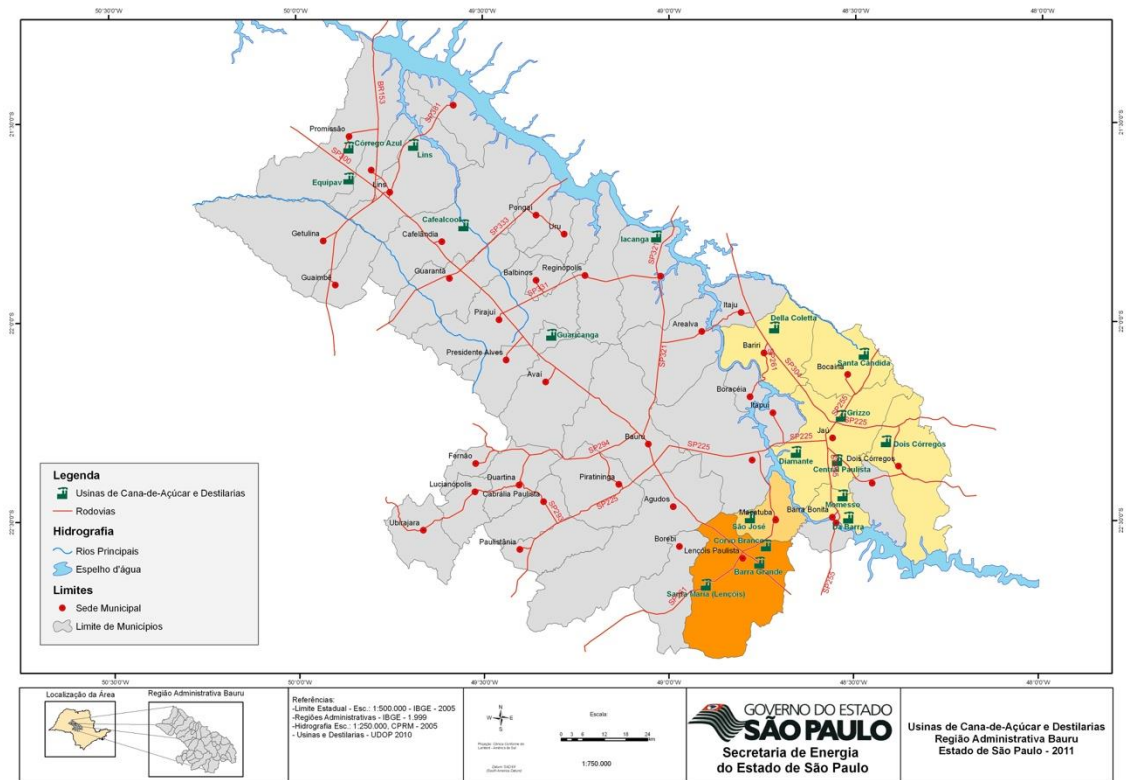
Fonte: elaboração própria sobre IGC/SÃO PAULO, 2008.

Alguma observação deste mapa indica uma maior “densidade” nas regiões de Piracicaba (em verde), Ribeirão Preto (azul), às quais se segue a região que se estende de Lençóis Paulista aos arredores de Jaú, ao norte, passando pela Barra Bonita (amarelo). A primazia destas regiões se expressa nos mapas a seguir, que demonstram a concentração da cultura da cana-de-açúcar nelas em 2003, antes da acentuada expansão da agroindústria sucroalcooleira para o Oeste Paulista, ilustrada no capítulo anterior.

Dentro da região administrativa de Bauru, o eixo Lençóis-Jaú também apresenta concentração de usinas. No MAPA 5, a seguir, estão destacados o município de Lençóis Paulista (laranja), Macatuba (laranja claro) e, em amarelo, aqueles localizados à margem direita do Rio Tietê. Os canaviais controlados pelo grupo Zilor se estendem por municípios à

margem esquerda do mesmo rio.

FIGURA 9 – Mapa dos municípios contíguos que concentram unidades industriais sucroalcooleiras na região administrativa de Bauru.



Fonte: elaboração própria sobre SÃO PAULO, 2011.

O território lençoense encaixa-se com determinada coerência, então, em uma região em que a presença do setor sucroalcooleiro tem significativa importância, com traços particulares da formação territorial relacionada ao eixo do Rio Tietê, características específicas em sua história agroindustrial, mas inserção da agroindústria canavieira com caráter e dentro de movimentos típicos no Estado, como se pretende discutir a seguir.

#### 4.3 Lençóis Paulista: movimentos iniciais de formação territorial

Ao final do século XIX, o então denominado município de Lençóis compunha o

espaço geográfico definitivamente integrado ao circuito capitalista e nas características típicas da inserção brasileira na divisão internacional do trabalho, exportando pelos trilhos da então "Cia. União Sorocabana e Ytuana" o café produzido pelas mãos de trabalhadores assalariados. Entretanto, a história deste povoado, dos primeiros indícios de sua ocupação pelo "invasor civilizado", cristão, até tal momento, mais se assemelha ao que se poderia chamar "situação de fronteira" (MARTINS, 2009, p. 133-134) do que na implementação completa da empresa capitalista, agrícola e exportadora, baseada ou não em trabalho escravo, esta que marca a "razão de ser" do Brasil praticamente até o fim República Velha. Entendendo a localização como "um momento do imenso movimento do mundo, aprendido num ponto geográfico, um lugar" e "um feixe de forças sociais se exercendo em um lugar" (SANTOS, 2012, p. 13), é justamente a situação de fronteira, entendida como "frente de expansão da sociedade nacional sobre territórios ocupados por povos indígenas" (MARTINS, 2009, p. 9), que localiza a Vila dos Lençóis na primeira metade do século XIX.

O que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação do conflito social. [...] a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular. À primeira vista, é o lugar de encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os ditos civilizados do outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história. [...] A fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem [...]. (MARTINS, 2009, p. 133-4).

Lençóis era então uma "boca do sertão", um posto avançado da frente de expansão, onde o conflito social e interétnico são a regra. Esta condição, que perdurou por décadas do século XIX, é bem expressa nos trabalhos de Edson Fernandes (2003, 2008), trabalhos que nos mostram o atrito constante, nestes tempos, entre populações indígenas, camponeses pobres, grandes proprietários e interesses de Estado. Isso pode ser visto na carta do morador da então Freguesia dos Lençóis, José Baptista do Nascimento, ainda em 1863, relatando ao presidente da província o sofrimento de que, segundo ele, ainda padeciam os moradores do lugar:

O suppe. e muitos moradores do lugar fazendo ao todo cincoenta a sessenta fogões, ou famílias, tem posses antiquissimas ahi, algumas das quaes montão a vinte tantos annos. São homens e famílias pobres, tão pobres e desamparados que não podem defender convenientemente seos direitos em júizo. Aproveitando-se dessa triste e infeliz posição, dois homens potentados e ricos do lugar praticão as maiores injustiças, violão todos os direitos e tudo usurpão. Processos continuados são



ajeitados contra os pobres miseráveis, que não tendo meios de pagar advogados e custas, perdem sempre, e assim famílias inteiras são despejadas dos lugares que ellas tem regados por tantos anos com o suor de seu rosto, lugares que elle conquistarão dos indígenas com perigo de suas vidas. (Arquivo do Estado de São Paulo apud FERNANDES 2008, p. 29).

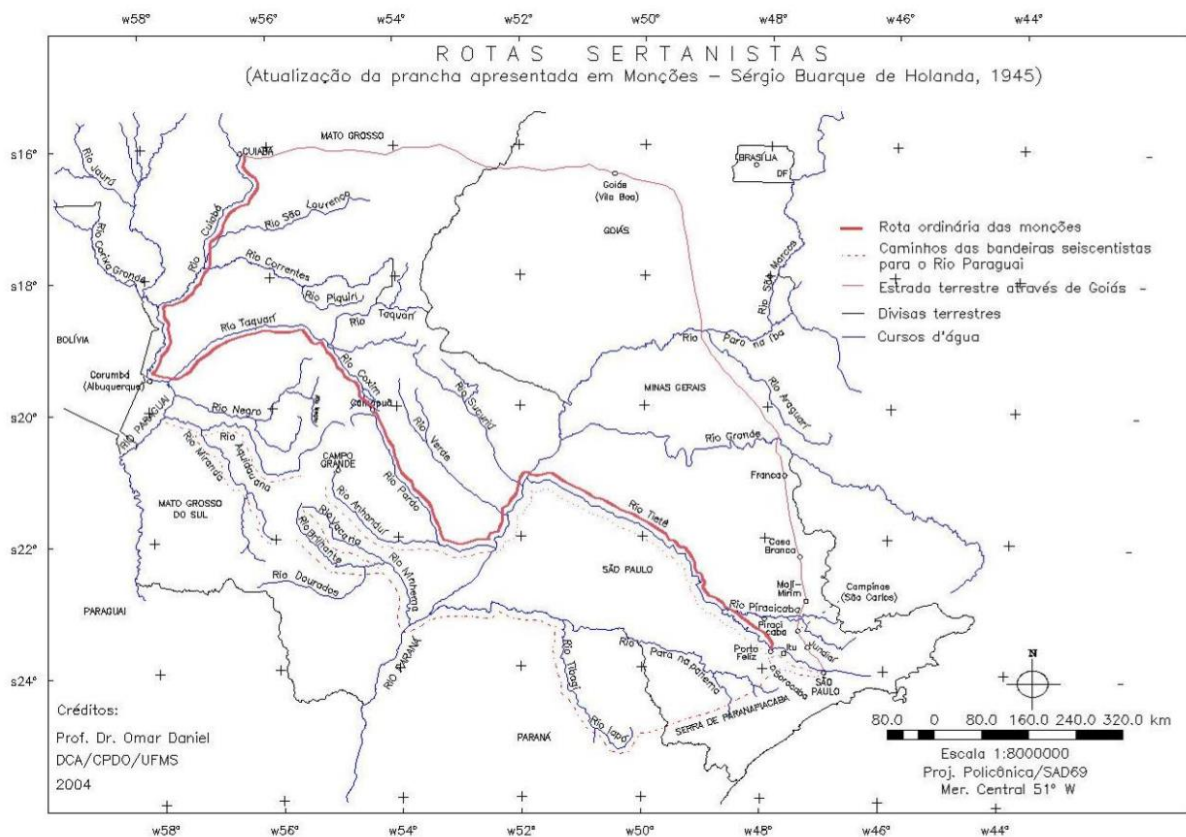
Afirmar que os momentos iniciais da ocupação do "sertão paulista" não se caracterizam como a instalação imediata da empresa capitalista que dá o "sentido da colonização" brasileira, ou que os movimentos de ocupação tenham em si embutidos interesses geopolíticos e territoriais da coroa, não conflita com a noção de que estes eventos fazem parte de um movimento de expansão no espaço impulsionado pelas necessidades de realização do capital internacional. Na verdade, pode-se dizer que há se impõe uma tendência neste movimento que, como veremos adiante, redundará na implantação da agricultura monocultiva e exportadora do café, como decorrência das determinantes dadas pela inserção brasileira no mercado global e suas características econômicas fundamentais. É possível, por este caminho, avaliar que este movimento teria sim um destino, "no sentido trágico da expressão", dado pelo ponto de partida da economia brasileira: "uma economia e uma sociedade que foram geradas a partir de um determinado pressuposto. Este é, concretamente, seu nascimento e sua inserção no bojo da expansão do capitalismo ocidental" (OLIVEIRA, F., 1977, p. 11).

A ocupação do território hoje denominado Lençóis Paulista, efetivamente, faz parte do processo de ocupação da porção ocidental do atual Estado de São Paulo, mais especificamente as terras localizadas acima da Cuesta de Botucatu - ou seja, no Planalto Ocidental Paulista - entre os rios Tietê e Paranapanema. Embora as primeiras penetrações do continente pelos agentes colonizadores tenham partido de São Paulo - inicialmente exploratória e predadora de índios, posteriormente prospectora de minas e povoadora - no século XVIII esta era uma capitania decadente, que não formara vida própria, e escapava de todos os roteiros interiores de transporte das riquezas para a costa ou de mercadorias, escravos inclusos, levados ao interior (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 58-60). O fator atrativo da dinâmica mineradora de Minas Gerais nesta mesma época geraria fluxos de emigração para esta região, produzindo assim rotas e povoamentos ao norte do Tietê. Será apenas ao final deste século, em consonância com o descenso do ciclo do ouro em Minas, que São Paulo recobra as forças e inicia seu processo de expansão rumo ao Oeste, penetrando com maior intensidade as terras à margem esquerda do Tietê.

As expedições do período setecentista, consideradas "prolongamento das bandeiras

Paulistas”, e que firmam a colonização da região, são frequentemente denominadas “monções”, definidas pelo uso do transporte fluvial, intenção de povoamento e comércio, partindo da Região de Sorocaba (Porto Feliz) para alcançar as proximidades de Cuiabá, onde a descoberta de ouro promovia efeito atrativo (BRAZIL e DANIEL, 2008, p. 5). O MAPA 6 apresenta, em destaque, a rota principal das monções.

FIGURA 10 – Mapa das expedições sertanistas em Sérgio Buarque De Holanda



Fonte: DANIEL (apud BRAZIL; DANIEL, 2008)

Mesmo que bugreiros e viajantes tivessem chegado aos pés da Cuesta de Botucatu ainda no século XVII, será por volta de 1770, com a visita de Francisco Manuel Fiuza - "atormentador de bugres" provavelmente requisitado por moradores e viajantes - que o alto da "serra" fica melhor conhecido (FERNANDES, E, 2008, p. 32-34). Nesta segunda metade do século XVIII, São Paulo acelera o processo de formalização de vilas: o número sobe de 2 na primeira metade do século para 14 na segunda, tranquilizando um pouco as autoridades

quanto à segurança do Estado e às necessidades dos moradores. É exatamente nesta época que aparecem as primeiras menções ao "Ribeirão dos Lençóis" - em mapas traçados pelo Sargento-mor Teotônio José Juzarte (1769), pelo Brigadeiro Sá e Faria (1774) e pelo dr. Lacerda e Almeida (entre 1788 e 1799), todos partícipes ou líderes de expedições com caráter exploratório e voltadas à ocupação segura do território, bem como a proteção a um possível avanço dos castelhanos em terras da coroa portuguesa (FERNANDES E, 2008, p. 32-34).

A história lençoense, assim, compartilha com diversos municípios da região a origem na expansão para o Oeste do Estado de São Paulo, dinamizada com o descenso do ciclo do Ouro em Minas Gerais nas últimas décadas do século XVIII. Bugreiros, viajantes, “pioneiros” e colonos sobem o “Ribeirão dos Lençóis”, empregando a violência para expulsar (e exterminar) as populações indígenas e estabelecer seus núcleos de povoamento. Diferindo das bandeiras, nas quais a caça ao índio se dirige a este como uma “mercadoria”, esse movimento de integração do oeste paulista ao espaço capitalista é empreendido com interesse de apropriação da terra. Os bugreiros, expedicionários incumbidos do enfrentamento aos indígenas, “são armados para tomar a terra ao índio e, se necessário, matá-lo, como, aliás, ocorreu, tendo em vista os objetivos visados” (TIDEI DE LIMA, 1978, p. 198). “[...] as proporções genocidas serão dadas pelas dimensões e velocidades do movimento”, potencializado e consolidado pela expansão das ferrovias em fins dos 1800 (IDEM).

Cabe um parêntese para a observação, nesta obra (“A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru, de João Francisco Tidei de Lima, 1978), do “conflito branco-índio no processo de conquista econômica” da região, de 1850 a 1910. Tal processo é impulsionado por importantes mudanças na sociedade brasileira da metade do século XIX (“a extinção do tráfico de escravos, a organização do movimento migratório e, em especial, a aprovação de um novo estatuto da propriedade da terra”), ao mesmo tempo que ocorre a intensa expansão cafeeira paulista, e novamente acelerado com o avanço da ferrovia até as margens do Rio Paraná, acompanhado agora com a entrada de imigrantes e, mais uma vez, pela ampliação da fronteira do café (IDEM, p. III).

Revisando a literatura do (e sobre) século XIX relacionada ao assunto, Tidei de Lima indica diversos aspectos da relação branco-índio. Saint-Hilaire, visitando a região de Itapeva entre 1816 e 1822, aponta para aldeamento tirano e cruel, caça e aprisionamento de indígenas para escravização e comércio, tomada da terra, confinamento em insuficientes reservas, destruição e morte. Rendon, que foi Diretor Geral dos Índios, relata a condição miserável dos índios aldeados, que, premidos por “novas necessidades”, passavam a depender de compras

de novos gêneros, dando em pagamento seus filhos e filhas menores de idade – com o que toma relevo a “substituição dos hábitos tradicionais indígenas por outros que, na impossibilidade de serem atendidos, prostravam-nos na mais abjeta miséria e degradação” (IDEM, p. 3).

Perdigão Malheiros também denuncia a caçada aos Xavantes (em 1865) e o caráter predatório dos aldeamentos, enquanto postulava ainda pelo trato religioso, em contraposição a novas correntes que advogavam mudanças radicais nas formas de contato. O Gen. Couto de Magalhães, defensor do ensino do português, é mais um crítico da ação missionária, embora não a exclua de seu projeto de catequese. Destaca-se em Magalhães a citação às “esplêndidas florestas em terra roxa, próprias para a cultura do café”, em cujo interesse se orientaria a penetração branca. Bastante interessante, também, é sua atenção às falsas imagens criadas em torno dos índios:

Dizem, o índio é preguiçoso, estúpido, bêbado, traiçoeiro e mau... Coitados! Eles não têm historiadores; os que lhes escrevem a história são aqueles que a pretexto de religião e civilização querem viver à custa de seu suor, reduzir suas mulheres e filhas a concubinas, ou são os que os encontram degradados por um sistema de catequese que havia forçosamente de produzir a preguiça, a ignorância, a embriaguez, a devassidão... (MAGALHÃES, 1935, apud TIDEI DE LIMA, 1978, p 5).

Após longa permanência com Guaranis, de quem ganhou o nome de Nimuendaju, Curt Unkel foi “amargurado relator” do que denominou “o extermínio da tribo dos Otis” (Oti-Xavantes): “a ferro e fogo, foram sendo dizimados os primitivos habitantes e seus últimos destroços empurrados violentamente para o interior...” (NIMUENDAJU, 1910 apud TIDEI DE LIMA, 1978, p. 7). Sua narrativa alterna relatos sobre chacinas, escravização, prostituição, escravização e “toda sorte de violências que de 1870 a 1910 dizimaram uma tribo inteira” (TIDEI DE LIMA, 1978, p. 8).

Os golpes definitivos sobre a posse indígena do território ocidental paulista viriam com as expedições da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, que, levantando (a partir de 1886) as condições físicas e humanas dos Rios Paranapanema, médio e baixo Tietê, Feio e Peixe, prenunciavam a expansão ferroviária e cafeeira. Em boletim da Comissão elaborado por Teodoro Sampaio, já se destaca a qualidade das terras, e a especulação sobre as terras como vetor da invasão. Os relatórios a partir de 1905 relacionam os “mansos” Guaranis, os “semi-civilizados” Caiuás, os “ferozes” Caingangues e um grupo de “sociáveis” Xavantes à margem do Rio Paraná (IDEM, p. 9). Diversos atritos são relatados, da tenacidade dos Coroados (Caingangues) em defender seu território e sua cultura, à

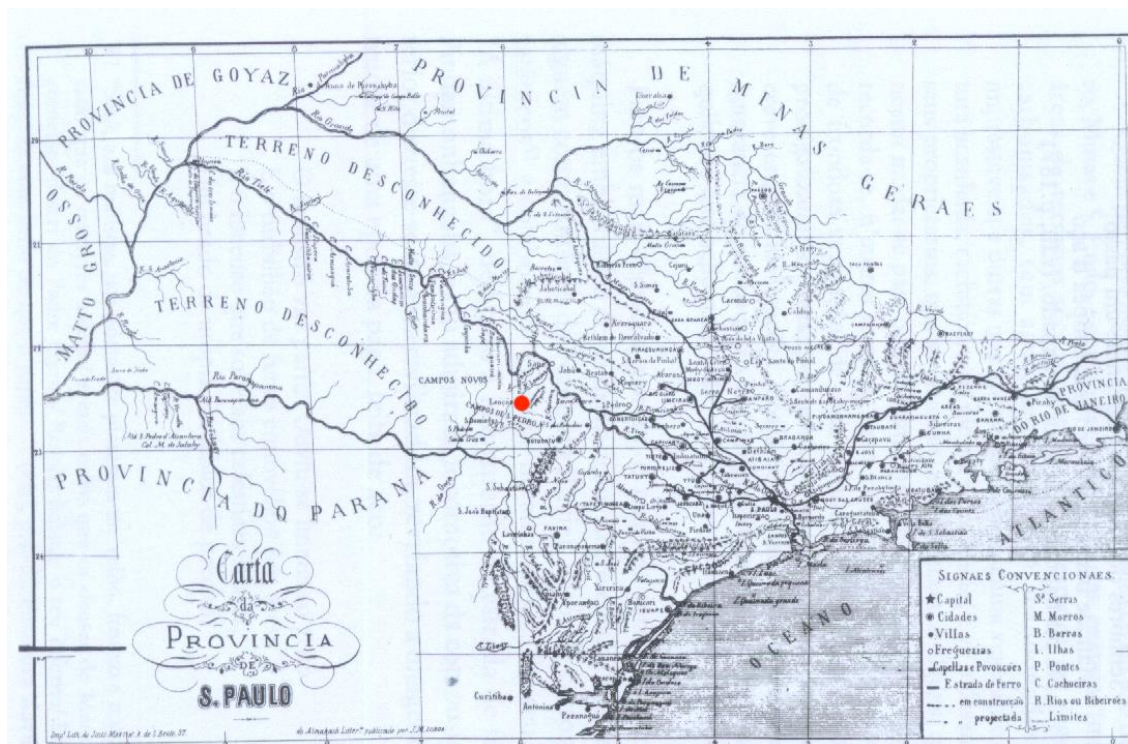
carnificina promovida nas “dadas” (brutais expedições punitivas protagonizadas pelos caçadores de índios, os bugreiros) (IDEM, p. 10; MONBEIG, 1984, p. 131).

Como última observação ao redor do violento processo de ocupação do Oeste Paulista, o participante das expedições Cornélio Schmidt chama atenção para a ligação entre os proprietários de terra, os bugreiros e as fraudes nos títulos de posse. Schmidt observa que “a enorme quantidade de negócios era muito auxiliada pelo nome repetido de diversos rios, de modo que um registro servia para 3, 4 ou mais ribeirões...”, relacionando-a a “resultados de negociatas de 1890, vulgarmente conhecidas por grilos” (SCHMIDT, 1961, apud TIDEI DE LIMA, 1978, p.11). “A fraude aparecia, então, de mãos dadas com a violência, esta diretamente constatada pela presença de bugreiros [...] a serviço de proprietários de terra” (TIDEI DE LIMA, 1978, p. 12).

A associação da violência pura com métodos como “[...] catequese e introdução de práticas na vida material [...] orientadas para a produção de mercadorias” (IDEM, p. 197), demole uma antiga ordem social (indígena) para a edificação de uma “nova” (capitalista). Se, segundo afirmação atribuída a Marx, “a tendência histórica do capitalismo é destruir e absorver modos não capitalistas de produção, ao mesmo tempo que os utiliza para criar espaço novo para a acumulação de capital” (HARVEY, 2005, p. 56), este é o caso em que apenas destruição que ocorre de fato. Quando não de destruição física, destruição de modos não capitalistas, sem qualquer absorção. Faz sentido, assim, voltar a José de Souza Martins: “A fronteira é, sobretudo, no que se refere aos diferentes grupos dos chamados civilizados que se situam “do lado de cá”, um cenário de intolerância, ambição e morte.” (MARTINS, 2009, p. 9).

Lençóis é, durante o século XIX, um dos postos mais avançados do movimento de povoamento na região delimitada pelos rios Tietê e Paranapanema, consolidando-se à época como uma “boca de sertão” – “último reduto do povoamento do homem branco e ponto de apoio das expedições que demandavam o vasto sertão representado pela porção ocidental do território paulista em meados do século XIX” (FERNANDES, 2003, p. 1). A figura 11 retrata esta condição – a oeste de “Lençóis”, “terreno desconhecido”.

FIGURA 11 – Mapa da Província de São Paulo em 1878 – Lençóis em vermelho



Fonte: elaboração sobre Almanaque Literário de São Paulo (1978 apud FERNANDES, 2008).

O Ribeirão dos Lençóis, agora conhecido dos navegadores e viajantes, fará então parte fundamental do documento que formaliza a ocupação do espaço à sua volta: a doação de uma sesmaria, em 1818, delimitada por uma “*legua de terras de testada com duas de sertão no lugar denominado o Ribeirão dos Lençóis que faz barra no rio Tieté, sendo a testada meia légua de cada lado do dito ribeirão*” (SÃO PAULO 1994 apud FERNANDES, E., 2008). Muito provavelmente, os primeiros povoadores chegam nas primeiras décadas do século XIX – a falta de registros confiáveis antes de 1850 impede maior precisão (GUIRADO, 2008, p. 29). O bairro dos Lençóis surge ainda num Brasil colonial, sendo elevado a freguesia em 25 de abril de 1858, já no Brasil Império. É elevado a vila no ano de 1865. Em 1870, quando a população paulista ainda se concentrava no litoral e “os planaltos e florestas do oeste de São Paulo e do norte do Paraná constituíam vasto sertão”, Lençóis constituía exemplo do povoamento “no reverso das cuestas”, e ponto de partida para movimentos de penetração e ampliação do povoamento a oeste (MONBEIG, 1984, p. 25-27).

Justamente entre a doação da sesmaria e a elevação a freguesia e vila (1818 a 1865), ocorre importante mudança no marco jurídico da constituição da propriedade privada (e

capitalista) da terra no Brasil: a Lei no. 601 de 18 de setembro de 1850, conhecida como “Lei de Terras”, no contexto da proibição do tráfico de escravos e de políticas para a imigração de colonos estrangeiros, como maneira de suprir a demanda de trabalhadores livres para a crescente produção cafeeira (MARTINS, 1979, p. 28-29). A lei substituiu o regime de sesmarias (suspensão em 1822), que destinava as terras através de doações da Coroa portuguesa a donatários que deveriam explorá-las (sob pena de retomada), outorgando apenas o direito de uso. Este regime era “racialmente seletivo, contemplando homens de condição e sangue limpo” (MARTINS, 1980, apud OLIVEIRA, 2009, p. 3). Excluídos desta ordem, os posseiros da época eram marginalizados do sistema escravista, obrigados a ocupar novos territórios em prática contrária à lei – “a posse no regime de sesmarias tinha um cunho subversivo” (IDEM).

Com a Lei de Terras, longe de incluir os marginalizados, a terra é transformada em mercadoria, sendo passível de obtenção apenas por compra e venda. Sesmarias e posses de quaisquer extensões foram legalizadas, desde que medidas, levadas a cartório e cultivadas – após a lei, a ocupação das então definidas terras devolutas se tornava ilegal, mas ocupantes de terras e possuidores de títulos de sesmaria poderiam ter legitimados seus direitos através do que ficou conhecido como “registro paroquial” (registros de terras de domínio particular nos livros das paróquias católicas, únicos documentos aceitos para comprovação da propriedade anterior à Lei), que validava ou revalidava a ocupação até 1854. “Isso não impediu o surgimento de uma verdadeira indústria de falsificação de títulos de propriedades, sempre datados de época anterior ao registro paroquial, registrados em cartórios oficiais, geralmente mediante suborno aos escrivães e notários” (MARTINS, J. S., 1979, p. 29). Pela ignorância das práticas espúrias ou pela falta de recursos para cobrir as despesas judiciais (e subornar autoridades), tais procedimentos ficavam além do alcance de imigrantes e antigos escravos. “A Lei de Terras de 1850 e a legislação subsequente codificaram os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade da exploração da força de trabalho, mesmo que o cativeiro entrasse em colapso” (MARTINS, J. S., 1979, p. 59) – dificultando o acesso à terra aos trabalhadores, se mantém a sujeição destes às classes proprietárias.

Em Lençóis, a partir de 1863, já se encontram documentos de registros de apossamento de terras, com a respectiva medição, visando atender a Lei de Terras já com a perspectiva de venda, expondo caráter especulativo da apropriação fundiária: “Percebe-se que esta é uma fase em que pioneiros se aventuravam no sertão, apossavam-se de terras e, depois

de registradas, as vendiam, partindo, talvez, para outras paragens mais distantes” (FERNANDES, E., 2003, p. 37). É apenas a partir da elevação a vila (1865) que Lençóis passa a constar nos recenseamentos, presente assim nos dados de 1872, 1886, 1890 e 1920, e com seus dados demográficos apresentados em Bassanezi, 2001. São conhecidos os demais desmembramentos feitos a partir do município de Lençóis no período acima recortado, e assim é possível uma boa precisão nos dados demográficos apresentados em tal recorte temporal. As informações correspondentes, entretanto, ao início do século XIX até o primeiro destes recenseamentos, serão encontradas em Fernandes, 2003 e 2008. Os dados encontrados nos recenseamentos seguem:

TABELA 1 – População total do município de Lençóis Paulista

<b>Ano</b>	<b>População</b>
1872	5.814
1886	4.542
1890	9.452
1920	20.294

Fonte: elaboração própria sobre dados de BASSANEZI, 2001.

Há que se notar que o Censo de 1872 apontou uma população de 629 escravos (10,8% da população), e um número de 436 em 1886, representando 9,6% da população total (FERNANDES E, 2003, p. 19-20) – proporções relativamente baixas, atribuídas por Monbeig à menor penetração cafeeira e maiores custos de aquisição de escravos nas regiões paulistas de povoamento mais recente, caso de Lençóis (MONBEIG, 1984, p. 101-102). A população estrangeira passaria de baixo percentual em 1890 para aproximadamente um quinto do total em 1920, como se observa na Tabela 2.



TABELA 2 - Proporção de estrangeiros na população total de Lençóis Paulista.

<b>Ano</b>	<b>Estrangeiros %</b>
1890	2,57%
1920	19,75%

Fonte: elaboração própria sobre dados de BASSANEZI, 2001.

Lençóis do século XIX era então uma vila pequena, predominantemente habitada por brasileiros livres, entre os quais uma boa parte proveniente de outros Estados (especialmente Minas Gerais) (BASSANEZI, 2001) e escravos. São esparsas as informações sobre as atividades econômicas desenvolvidas, mas sabe-se que a produção era predominantemente destinada ao consumo local e regional. Foram comuns a criação de gado bovino e suíno, lavouras de milho, de algodão, de fumo e de cana de açúcar - em torno de 1860, "a economia de Lençóis girava em torno da produção agrícola e pecuária de pequeno porte" (FERNANDES, E, 2003, p. 19-20). O café aparece pela primeira vez em registros na região apenas em 1866, em papel secundário na agricultura lençoense. No fim do século, isto já terá mudado.

As pessoas que então habitavam a região, como visto, não viviam em "perfeita harmonia". A violência era presente na ocupação do espaço, no conflito interétnico, nas disputas entre colonizadores, na escravidão. Este movimento inicial da produção do espaço capitalista se dá então à base da força, ocupando espaço e explorando trabalho através da aplicação deliberada de violência física contra populações indígenas, escravos e mesmo entre ocupantes "livres". É a violência que entrega ao século XX a circunstância favorável à produção do espaço plenamente capitalista, integrado e produtor de mercadorias. "A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru", título do trabalho de Tidei de Lima, sintetiza exemplarmente tal aspecto do avanço capitalista sobre a região.

A agricultura capitalista encontrava neste momento um espaço bastante conveniente no centro-oeste paulista. Correntes migratórias, liberação de mão-de-obra pela abolição, expansão das ferrovias e uma mercadoria que poderia ser vendida em quantidades crescentes: o café. Ainda no tempo da escravidão, o cultivo cafeeiro, na referida região, incluiria a incorporação de novas técnicas, ainda não presentes no Vale do Paraíba, onde a cultura se instalou anteriormente:

Ainda que não se possa identificar como ‘modernas’, para a década de 1870, as técnicas usadas no ‘Oeste Paulista’ já eram bem mais eficientes que as observadas na antiga região. Nesse período, o uso do arado já se torna maior, e, graças à melhor topografia, parte da lavoura pode introduzir a máquina carpideira, que utilizando um homem e um animal, substituía com vantagem, o trabalho de seis escravos. (CANO, 1977, p. 31).

A transição para o trabalho livre, a partir de 1886, viria a ser importante elemento para a expansão capitalista no Estado de São Paulo (CANO, 1977, p. 42). São Paulo receberia cerca de 2,5 milhões de imigrantes – destes, 280 mil brasileiros, muitos dos quais nordestinos e mineiros (idem p. 28). Os fluxos migratórios dão flexibilidade “para baixo” aos salários, algo comportado pelo regime de trabalho livre – redução dos custos de produção, possibilidade de dispensa durante períodos críticos e de dilatação de mercado consumidor estão entre os benefícios que o “complexo cafeeiro” encontraria com esse regime de trabalho (CANO, 1977, p. 49-50). Além disto, um Estado dedicado a reiterar as condições favoráveis:

O papel central da República Velha reside na intermediação comercial e financeira da agroexportação. [...] A reiteração da "vocação agroexportadora" do País e as formas pelas quais se financiava esta "vocação" chegaram ao ponto de converter a libra esterlina em quase moeda interna. [...] Mesmo os impostos governamentais sobre a importação, então a principal fonte de recursos públicos, realizavam-se parcialmente em ouro, ou, o que é o mesmo, em moeda externa. (OLIVEIRA F, 1977, p. 16-17).

Sobre esta descrita circunstância, observamos os dados provenientes da produção agrícola lençoense, conforme colhidos no Arquivo do Estado de São Paulo, em algumas das edições do "*Anuário Estatístico*", de forma a entender as mudanças efetivamente trazidas por estas tendências, sintetizados na tabela 3 a seguir.

TABELA 3 - Produção Agrícola em Lençóis Paulista entre 1902 e 1906

<b>Lençóis - produção agrícola de 1902 a 1906</b>						
		<b>1902</b>	<b>1903</b>	<b>1904</b>	<b>1905</b>	<b>1906</b>
<i>número de estabelecimentos</i>		105	400	400	675	675
<i>peçoal empregado</i>	nacionais	300	150	793	1.598	1.598
	estrangeiros	500	398	1.095	918	918
	total	800	548	1.888	2.516	2.516
<i>aguardente</i>	qtd pipas	1500	1455	1562	3031	3000
	valor	\$ 140.000,000	\$ 140.000,000	\$ 150.000,000		\$ 240.000,000
	<b>valor %</b>	<b>26%</b>	<b>15%</b>	<b>14%</b>		<b>15%</b>
<i>algodao</i>	qtd arrobas				250	1500
	valor					\$ 6.000,000
	<b>valor %</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>		<b>0,37%</b>
<i>arroz</i>	qtd litros	30.000	125.000	130.000	789.150	250.000
	valor	\$ 3.000,000	\$ 12.500,000	\$ 13.000,000		\$ 25.000,000
	<b>valor %</b>	<b>0,55%</b>	<b>1,33%</b>	<b>1,25%</b>		<b>1,56%</b>
<i>assucar</i>	qtd arrobas	100	1.600	1.650	4.745	5.000
	valor	\$ 600,000	\$ 6.400,000	\$ 6.600,000		\$ 25.000,000
	<b>valor %</b>	<b>0,11%</b>	<b>0,68%</b>	<b>0,63%</b>		<b>1,56%</b>
<i>café</i>	qtd arrobas	75.000	120.000	115.000	328.720	300.000
	valor	\$ 300.000,000	\$ 720.000,000	\$ 805.000,000		\$ 1.200.000,000
	<b>valor %</b>	<b>55%</b>	<b>76%</b>	<b>77%</b>		<b>75%</b>
<i>feijao</i>	qtd litros	550.000	144.200	150.000	762.900	200.000
	valor	\$ 55.000,000	\$ 24.200,000	\$ 25.500,000		\$ 20.000,000
	<b>valor %</b>	<b>10,16%</b>	<b>2,57%</b>	<b>2,44%</b>		<b>1,25%</b>
<i>milho</i>	qtd litros	1.000.000	900.000	980.000	1.444.010	1.500.000
	valor	\$ 20.000,000	\$ 31.500,000	\$ 34.300,000		\$ 75.000,000
	<b>valor %</b>	<b>3,69%</b>	<b>3,34%</b>	<b>3,29%</b>		<b>4,68%</b>
<i>tabaco</i>	qtd arrobas	100	300	310	706	350
	valor	\$8.000,00	\$7.500,00	\$7.750,00		\$8.750,00
	<b>valor %</b>	<b>1,48%</b>	<b>0,80%</b>	<b>0,74%</b>		<b>0,55%</b>
<i>vinho</i>	qtd pipas	10,5	3	2	4	25
	valor	\$ 15.000,000	\$ 1.250,000	\$ 1.250,000		\$ 4.375,000
	<b>valor %</b>	<b>2,77%</b>	<b>0,13%</b>	<b>0,12%</b>		<b>0,27%</b>
<b>total dos valores - prod agrícola</b>		<b>\$ 541.600,000</b>	<b>\$ 943.350,000</b>	<b>\$ 1.043.400,000</b>		<b>\$ 1.604.125,000</b>
<b>produção total</b>		<b>\$ 632.000,000</b>	<b>\$ 1.572.750,000</b>	<b>\$ 2.617.800,000</b>		<b>\$ 2.199.125,000</b>
<b>prod agrícola %</b>		<b>85,70%</b>	<b>59,98%</b>	<b>39,86%</b>		<b>72,94%</b>

Fonte: elaboração própria sobre dados de ANUARIOS ESTATÍSTICOS - ESTADO DE SÃO PAULO.

Neste período, verifica-se que os negócios agrícolas cresceram em número de estabelecimentos, em pessoal empregado, e em faturamento. O número de empregados triplica, e tanto brasileiros quanto imigrantes ocupam essas vagas. A proporção de imigrantes parece pouco confiável na tabela pelo excesso de inversões nas proporções, mas pode-se ter como certo que eles sempre foram uma importante parte da força de trabalho ativa, e que aumentaram em número.

Segundo os dados, o café já é a mais importante cultura em 1902, mas sua importância

aumenta, atingindo 75% dos valores dos negócios agrícolas em Lençóis. Todos os produtos, exceção feita ao feijão, tiveram aumento na produção entre 1902 e 1906, o que sugere que uma área cada vez maior vinha sendo cultivada. Os derivados da cana, sempre com presença importante, avançaram bastante na produção - estes viriam a suplantam o café no futuro. De qualquer forma, é um quadro que mostra uma economia agrícola em franca expansão, capitaneada pelo café e impulsionada pela abundância de mão-de-obra e pela integração com o mercado mundial, através de via férrea. Condições das quais o progresso da acumulação depende e pressupõe:

1. A existência de um excedente de mão-de-obra, isto é, um exército de reserva industrial, que pode alimentar a expansão da produção. Portanto, devem existir mecanismos para o aumento da oferta de trabalho, mediante, por exemplo, o estímulo ao crescimento populacional, a geração de correntes migratórias [...].
2. A existência no mercado de quantidades necessárias (ou oportunidades de obtenção) de meios de produção - máquinas, matérias primas, infraestrutura e assim por diante [...].
3. A existência de mercado para absorver as quantidades crescentes de mercadorias produzidas. (HARVEY, 2005, p. 42-43).

Ao apontar as grandes transformações ocorridas em Lençóis na entrada do século XX, deve-se prezar pelo cuidado de não sugerir que a história local teria aqui sua fundação, apoiada sobretudo na chegada dos imigrantes – tal sugestão é uma espécie de tradição no município, certamente não exclusiva a ele, atribuindo a esses uma espécie de protagonismo fundacional, e a posição de principal componente da identidade local. Ocorre que, como exposto nesta seção, toda uma história os precede. Enquanto fronteira e “boca do sertão”, Lençóis já desenvolve sua própria economia, sua própria sociabilidade, à medida que os colonos se apossam das terras indígenas, implantam sua agricultura, introduzem o trabalho escravo, instalam suas instituições (da igreja católica às formas do Estado). Os conflitos interétnicos, os conflitos entre classes e dentro de classes de colonos, o racismo, a afirmação violenta da propriedade fundiária são traços fundantes do território estudado, e, mesmo que não haja maior aprofundamento neste trabalho, é possível afirmar que a lei do mais forte (este sempre portador do crucifixo cristão) permanece como elemento constitutivo – algo sugerido nas seções finais deste capítulo.

Mesmo situando a imigração como importante componente de um ponto de inflexão na história lençoense, mais do que suprimir a ordem anterior, os estrangeiros virão a herdá-la e a integrar-se a ela, ao passo em que se afirma o novo contexto agrícola e social. O coronelismo estabelecido na segunda metade do século XIX não será dissolvido com as

mudanças da entrada do século XX – antes, vai incorporar os ascendentes imigrantes, até que estes, ao assumir o protagonismo político local, reproduzam em considerável medida suas formas de dominação de classe.

#### 4.4 Agroindústria canavieira lençoense no século XX: a era dos engenhos (1900-1950)

Como observado anteriormente, a presença da cana-de-açúcar em solo lençoense é registrada ainda no século XIX, e positivada nas tabelas dos Anuários Estatísticos paulistas na entrada do século XX, através dos dados de produção de açúcar e aguardente. Se na época a atividade era ofuscada pela aceleração cafeeiro, ao longo do século, mais que ofuscar, a cana viria a suplantar o café.

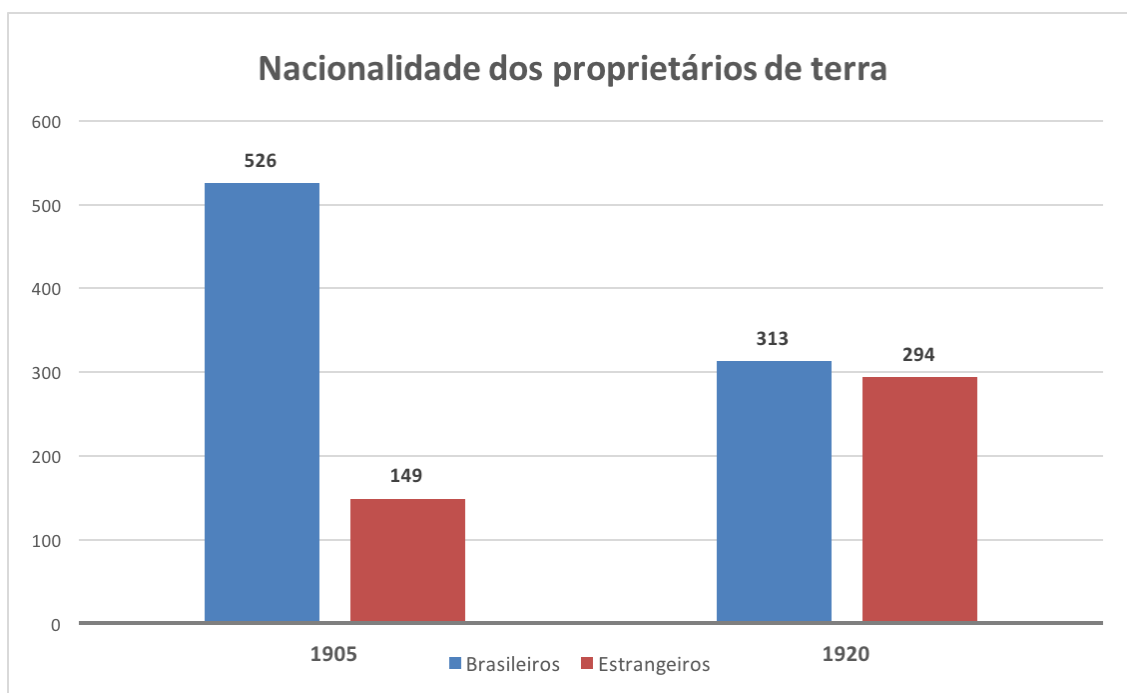
Diversos bairros rurais se formaram ainda no século XIX: Faxinal, Bom Jardim, Corvo Branco, Posses, Boa Vista, Prata, Boqueirão, Barra Grande, Fartura. A distribuição destes não era aleatória: a posição sobre bacia do Rio Lençóis e a formação Serra Geral são regra. À época, os proprietários eram “brasileiros” (entre os quais diversos “coronéis”), e praticavam agricultura mais diversificada, com restritas possibilidades de alcance a outros mercados, utilizando mão-de-obra escrava. Estes núcleos de povoamento, ao final do século, assistiram à entrada intensificada da cafeicultura (FERNANDES E., 2003, p. 80). A área ocupada por cafezais subiria vigorosamente até a década de trinta, e assumiria mais da metade das áreas de cultivo em 1940 (Tabela 4). Os dados incluem o bairro “Bocaiuva”, que viria a se desmembrar de Lençóis para formar o atual município de Macatuba em 1924.

TABELA 4 - Estabelecimentos, trabalhadores e café em Lençóis Paulista (1905-1920)

	1905	1920	1934	1940
Número de estabelecimentos	675	659	917	675
Área dos estabelecimentos (alqueires)	47.177	38.828	45.431	26.887
Área média dos estabelecimentos (alqueires)	69,9	58,9	49,5	39,8
Porcentagem cultivada da área dos estabelecimentos	9%	14%		32%
Número de trabalhadores na agricultura	2.516		4.414	3.271
Área ocupada por cafezais (alqueires)	1.769	2.708	4.999	4.710
Porcentagem da área cultivada destinada ao café	41%	49%	38%	55%

Fonte: elaboração própria sobre dados de CAMARGO, 1952.

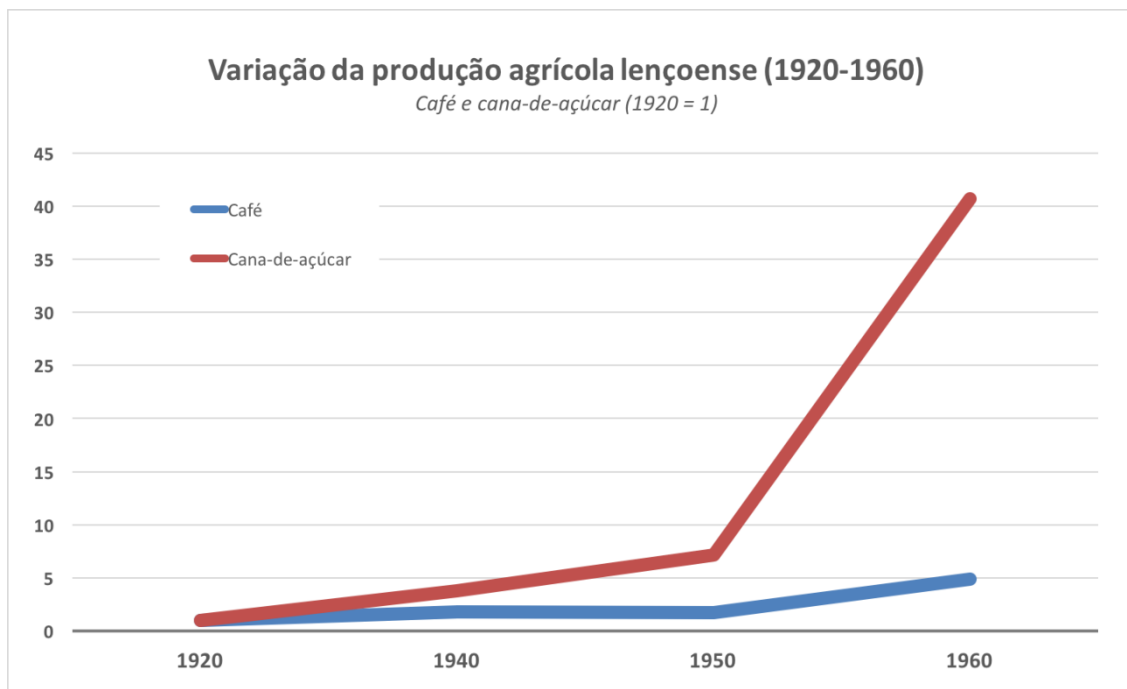
GRÁFICO 3 – Nacionalidade dos proprietários de terra em Lençóis Paulista (1905 e 1920)



Fonte: elaboração própria sobre dados de CAMARGO, 1952.

Até 1920, haveria uma significativa alteração no quadro de proprietários de terra, com os imigrantes aumentando sua participação (Gráfico 3) para quase metade dos estabelecimentos. Com dados mais seguros sobre a produção de cana-de-açúcar a partir de 1920, a comparação do crescimento entre esta e o café indica uma aceleração mais vigorosa da cultura canavieira (Gráfico 4). Uma forte geada registrada no ano de 1918 é apontada como fator que influencia a substituição do café pela cana nas propriedades lençoenses (CHITTO, 1978, p, 60).

GRÁFICO 4 – Variação da produção agrícola lençoense (1920-1960)



Fonte: elaboração própria sobre dados de IPEADATA, 2015.

Um retrato do campo lençoense, em 1941, é encontrado na “Revista Boca do Sertão”, de 1980, trabalho organizado por Alexandre Chitto, jornalista local responsável por significativo volume de registros históricos da cidade:

O município de Lençóis Paulista dividia-se, em 1941, em 800 propriedades agrícolas, cujo valor dos terrenos era calculado em 700\$000 a 1000\$000 por alqueire. O município era policultor, por excelência.

A principal produção agrícola, na época, era a aguardente de cana, sendo calculada, em média, anual, 4.000.000 de litros. A área do município cultivada em plantio do algodão, conforme a venda de sementes daquele ano, foi para 2.100 alqueires. Os cafeeiros tomavam partes de outras áreas, assim distribuídos: 1.074.500, em territórios da sede; 2.299.700 no ex-distrito de Alfredo Guedes e 1.710.000 no distrito de Borebi.

A fruticultura estava bem desenvolvida, havendo 10.000 pés de laranjas de qualidade; 15.000 Tou. de bananas, 85.000 pés de uva, de qualidade, não sendo totalmente desprezado o cultivo do abacaxi e outras frutas cítricas (CHITTO, 1980, p. 101)

Sobre outras atividades econômicas no município, Chitto ainda aponta:

Em 1941, Lençóis Paulista possuía o seguinte parque industrial, na sede e no município: 3 fábricas de massas alimentícias, 2 fábricas de raspa de mandioca, 2 fábricas de cadeiras, 3 máquinas de beneficiar algodão, 1 fábrica de sabão, 2 cortumes, 3 oficinas mecânicas, 3 postos de conserto de automóveis, 1 tipografia, 3 serrarias, 1 fábrica de brinquedos, 3 fábricas de vinho, 2 fábricas de manteiga, 2

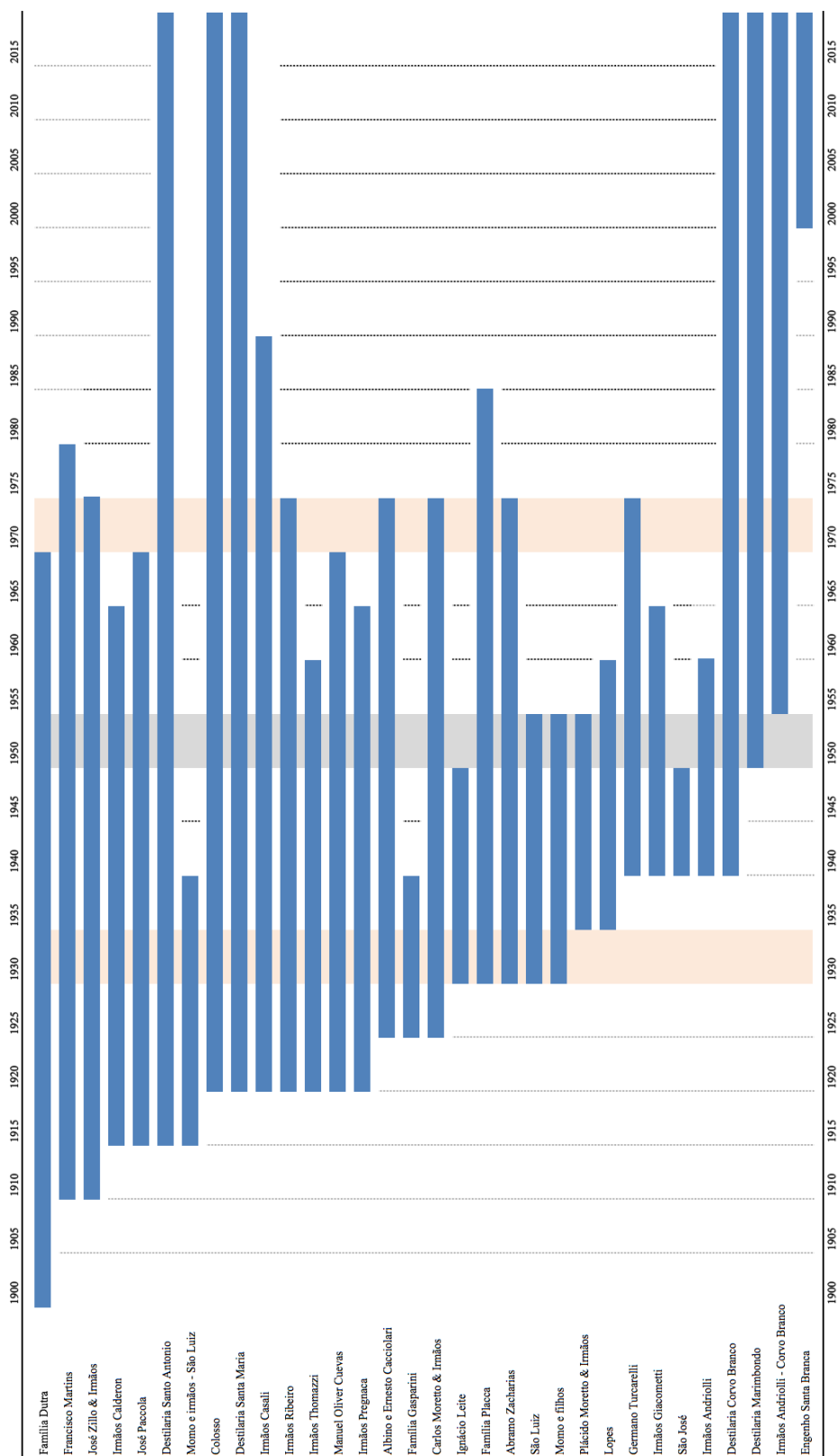
fábricas de gelo, 15 máquinas de beneficiar café, 2 panificadoras, 1 pedreira, 70 engenhos de cana e 1 fábrica de óleo, parada (CHITTO, 1980, p. 100).

A expansão do número de engenhos em Lençóis Paulista a partir dos 1900 apresentaria números expressivos: em 1947, eram 52 unidades em funcionamento; outros 14 já teriam sido desativados até então, e mais cinco viriam a iniciar atividades (PACCOLLA, 2005). Extraíndo informações do livro de Florindo Paccola (“Lençóis Paulista forte produtor de cachaça”, 2005), foi possível sistematizar algumas informações: lista de engenhos (provavelmente a mais completa), ano de início e encerramento deles (parcial), motivo do encerramento (parcial) e localização. Sobre estes dados, seguem as tabelas, gráficos e figuras abaixo. No Apêndice A se encontrarão as tabelas com uma compilação mais ampla das informações em Paccola, 2005.

O apontamento do ano de início e de fechamento de boa parte dos engenhos permitiu ainda uma sistematização para visualização da ascensão e queda do número de engenhos no município. Mesmo que não se disponha dos dados relativos à totalidade dos engenhos, a alta proporção que a amostra encontra diante do universo é considerada suficiente para inferir os movimentos de alta e baixa dos engenhos. Dois quadros se produzem para a ilustração disto: a linha do tempo, na página seguinte, destaca três momentos significativos para a agroindústria da cana lençoense: a década de 1930 (grande crise), a de 1950 (que sucede a implantação das usinas), e o lançamento do Proálcool, em 1975; e um saldo dos engenhos em cada momento, a partir da mesma amostra, se encontra organizado no gráfico 5.

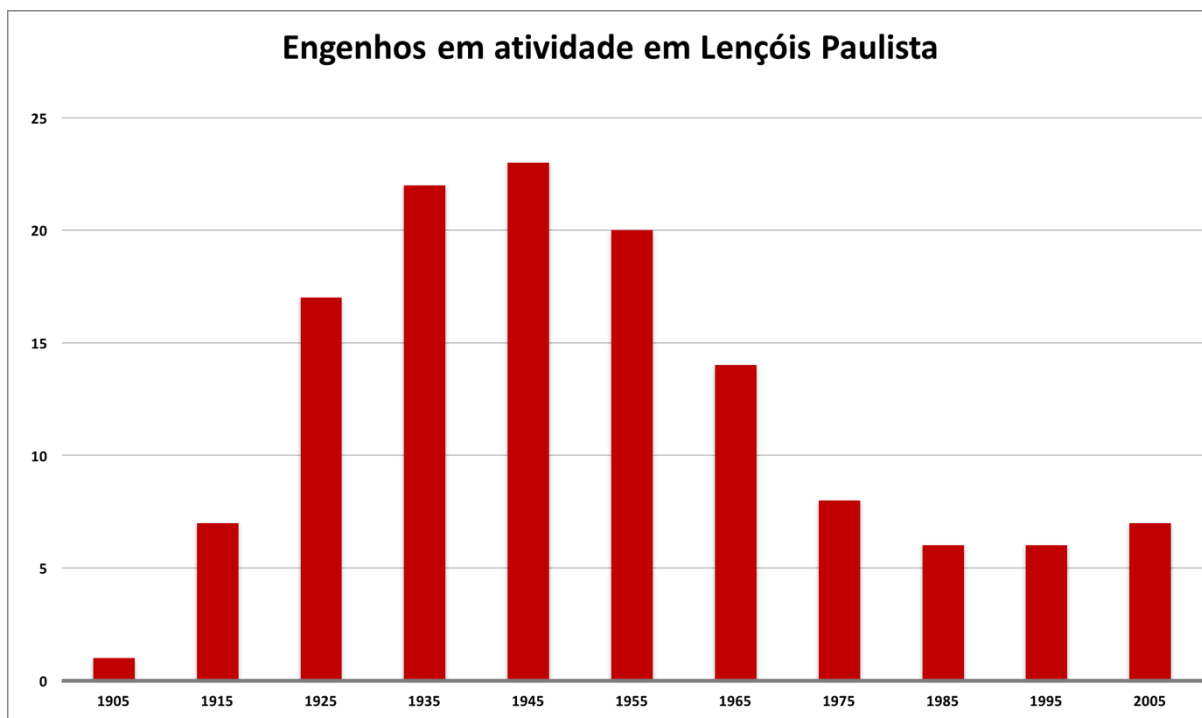


FIGURA 12 – Linha do tempo dos engenhos lençoenses



Fonte: elaboração própria sobre dados de PACCOLA, 2005.

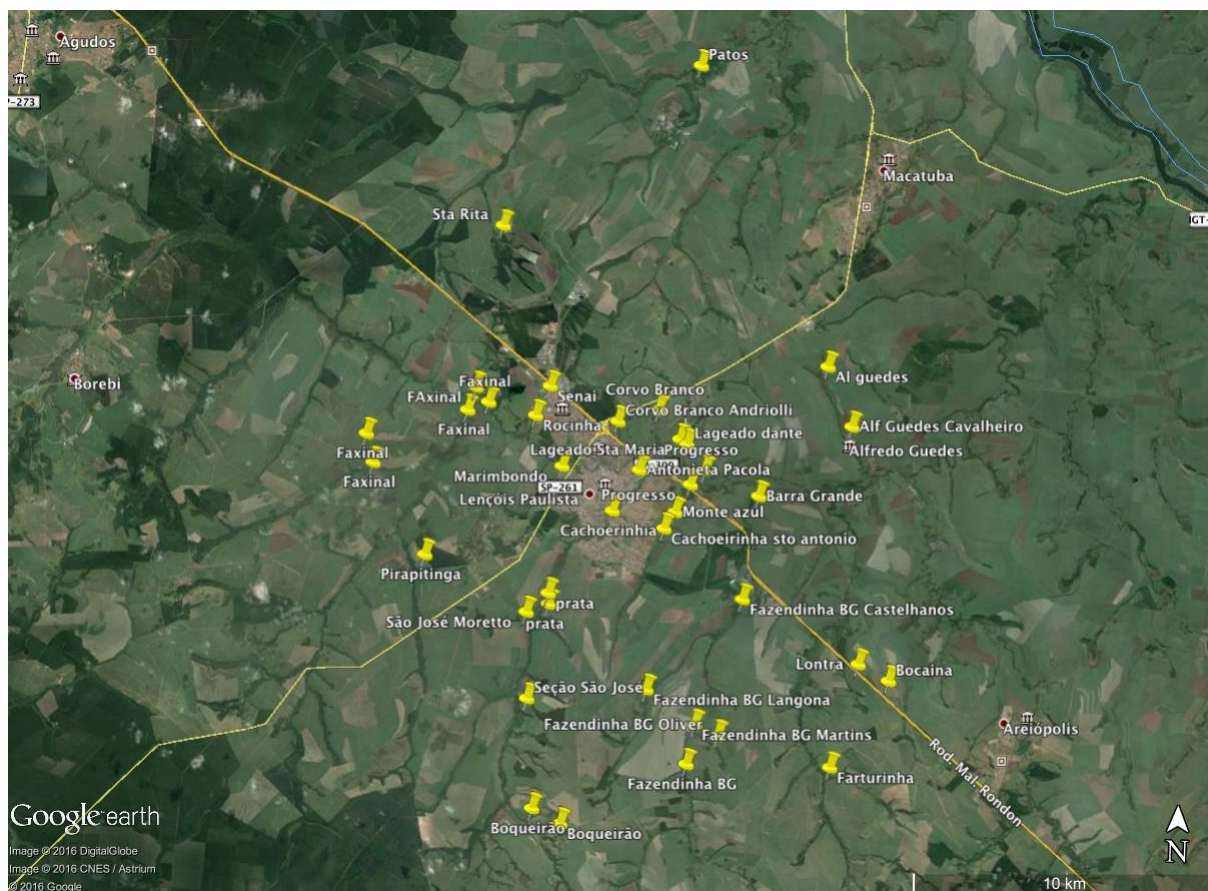
GRÁFICO 5 – Engenhos em atividade em Lençóis Paulista (1905-2005)



Fonte: elaboração própria sobre dados de PACCOLA, 2005.

O levantamento de Paccola informa também os bairros ou propriedades rurais onde se encontravam os engenhos. Somando os dados do livro com visitas de campo, é possível distribuí-los espacialmente sobre o território lençoense. O quadro abaixo mostra um esboço inicial desta distribuição. O município não está inteiramente representado, mas, bastante abrangido na imagem, que evidencia o predomínio canavieiro – os canaviais tomam imensa proporção da figura, denotados pelo verde claro e eventuais recortes esbranquiçados e de terra nua, conforme diferentes estágios de cultura e colheita. Os dados utilizados, incluindo as tabelas elaboradas com as informações coletadas, encontram-se no Apêndice A.

FIGURA 13 – distribuição espacial aproximada dos engenhos em Lençóis Paulista



Fonte: Elaboração própria sobre Google Earth e dados de PACCOLA, 2005.

Mesmo que a representação não encontre a precisão desejada, algumas relações espaciais se podem indicar. Os engenhos se encontram sempre próximos a cursos d'água, importante para o processamento da cana, da lavagem à caldeira. Posicionam-se frequentemente em bairros rurais já existentes no século XIX, atendidos pelas estradas rurais, com maior desmate e colônias. Encontram-se também sobre terrenos onde aflora a formação Serra Geral, basáltica, que dá origem a solo favorável ao cultivo da cana. Concentram-se perto das rodovias (SP-300, SP-261), da ferrovia e do Rio Lençóis, evidenciando a importância do transporte e do rio que serviu como eixo do povoamento, além de seus principais afluentes no município, os ribeirões da Prata e do Faxinal.

É regra também que os engenhos estejam associados a núcleos de povoamento rural. Alfredo Guedes é, no presente, o principal “distrito” de Lençóis; a região do Faxinal teve significativa importância nos primórdios da ocupação do município, tendo disputado com o

“Bairro dos Lençóis” a condição de sede do mesmo; o bairro da Prata, nas posições médias do ribeirão de mesmo nome, abrigava até recentemente a última escola rural lençoense. Se não eram bairros rurais, as propriedades onde se situavam os outros engenhos contavam ao menos com colônias. As regras valem também para a Usina Barra Grande. É notável também o enorme predomínio de nomes com origem italiana entre os proprietários de engenho – poucos espanhóis, libaneses e brasileiros completam a lista. A crescente presença italiana seria elemento indicativo do deslocamento do poder político e econômico dos antigos coronéis para os imigrantes.

A maioria italiana também se encontraria entre as “oficinas” que elaboravam equipamentos durante a década de 1930 para os engenhos de Lençóis e eventualmente clientes de outras localidades. Alambiques, moendas/engenhos, tonéis, equipamentos agrícolas e de transporte eram fabricados na cidade. Um dos fabricantes, em especial, viria a se tornar expressivo grupo industrial (LWART, da família Trecenti), entretanto fora do ramo sucroalcooleiro – suas atividades estão relacionadas ao rerrefino de óleo e à produção de celulose (CHITTO, 2008, p. 262-264). Em geral, entretanto, as oficinas pereceriam.

Como sintoma da expressão política dos produtores de aguardente de Lençóis, a cidade chegou a receber uma “destilaria central” do IAA. Integrando uma política de “fomento à produção alcooleira” que “perpassa toda a década de 40” (PINASSI, 1997, p. 152), e sob o pretexto de incrementar a oferta de álcool para adição na gasolina no contexto da segunda guerra mundial, o Instituto instala uma unidade em Lençóis Paulista. Com início das atividades em 1943, a destilaria do IAA comprava a aguardente dos engenhos, destilando-a novamente para produção de álcool – a intenção previamente declarada de produzir açúcar nunca se concretizou. Apenas dois anos após a inauguração, a destilaria encerraria suas atividades (um breve período de produção aconteceria em 1971). Da destilaria restam as ruínas.

FIGURA 14 – Prédio abandonado da destilaria central do IAA



Fonte: SÃO PAULO, 2016

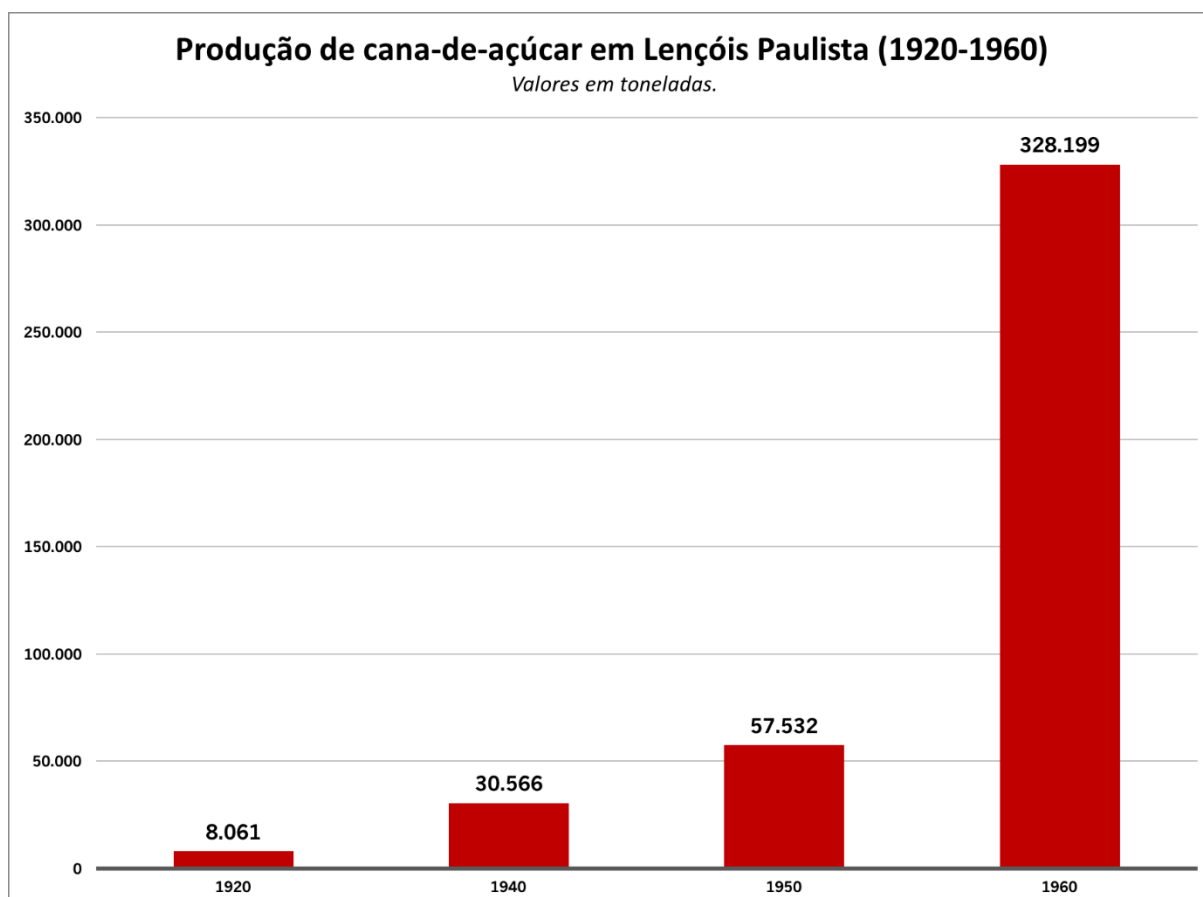
#### **4.5 Agroindústria canavieira lençoense no século XX: a era das usinas (1950-presente)**

Na primeira metade do século XX, Lençóis assistiu a um notável florescer canavieiro. A cana-de-açúcar se expandia pelos bairros rurais, competindo com o café. O destino da cana, diferentemente do que se vê a seguir, era basicamente a produção, em escala pequena, de aguardente – com esparsos registros de rapadura, e certamente alguma utilização como ração animal. A instalação das grandes usinas do atual grupo Zilor viria a mudar este quadro, trazendo a produção de açúcar em grande escala à condição de destino prioritário da cana, ao menos até o Proálcool. Em 1946, iniciam-se as atividades das então denominadas “Empresas Zillo Lorenzetti”, com a instalação da Usina São José (USJ), no município de Macatuba, vizinho a Lençóis Paulista. Este receberia a Usina Barra Grande (UBG), em 1947, sendo ambas as unidades produtoras de açúcar mascavo – a São José produziria açúcar refinado a partir de 1949. A mesma usina viria a produzir álcool em 1952, sendo seguida pela irmã em 1955. Uma terceira unidade seria adquirida no ano de 1981, no município de Quatá, vindo o nome desta cidade a substituir a nomenclatura original da usina (Usina Santa Lina).

Se com a instalação das usinas os canaviais continuaram a crescer, e de forma acelerada após 1950 (ver Gráfico 6), o número de engenhos iniciaria um declínio acentuado,

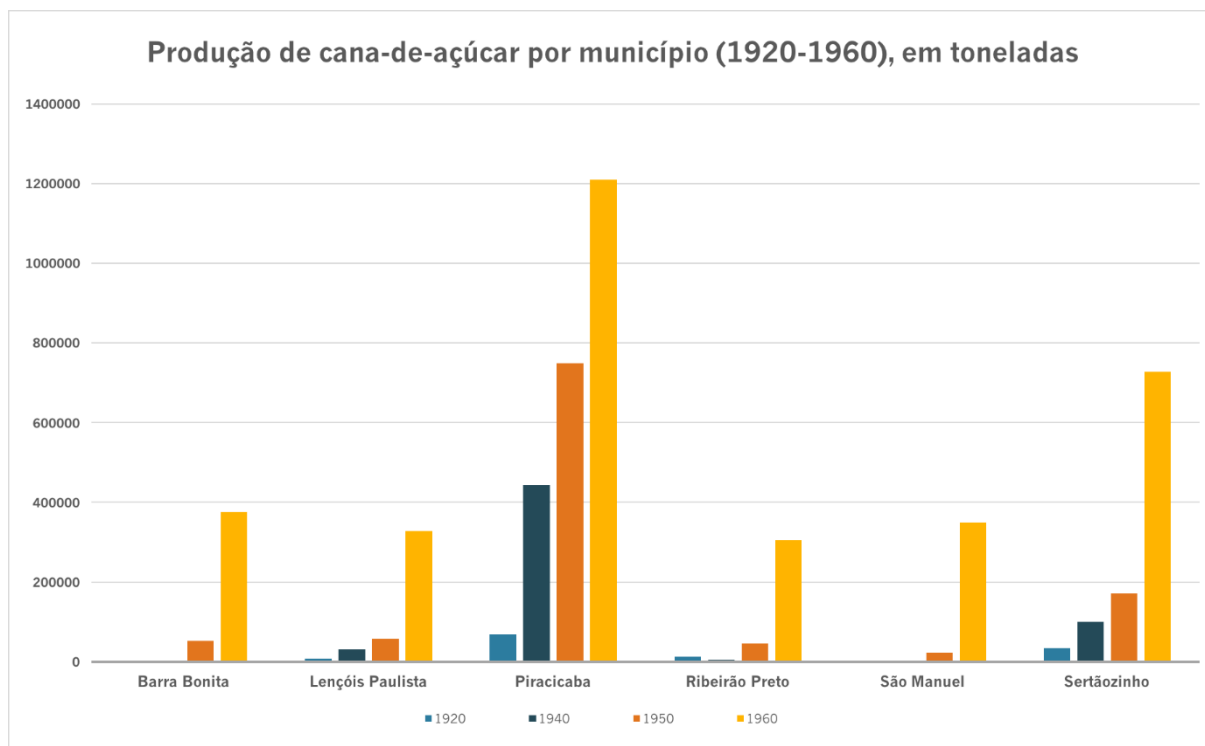
tendo a maior parte deles se extinguido até o Proálcool. O início das atividades das usinas, que operam em escala exponencialmente maior que os engenhos, impactará de maneira muito mais abrangente a paisagem rural, constituindo o chamado “mar de cana” sobre as colinas da região. A cana viria a substituir definitivamente as formas do latifúndio cafeeiro, sem, entretanto, deixar de se apoiar sobre a grande propriedade, mas apenas dando nova dinâmica a ela (SALLES, 2012, p. 88). A aceleração vista a partir de 1950 não é exclusiva de Lençóis Paulista, mas pode ser encontrada em outros municípios de destaque no negócio sucroalcooleiro (Gráfico 7).

GRÁFICO 6 – Produção de cana-de-açúcar em Lençóis Paulista (1920-1960)



Fonte: elaboração própria sobre dados de IPEADATA, 2015.

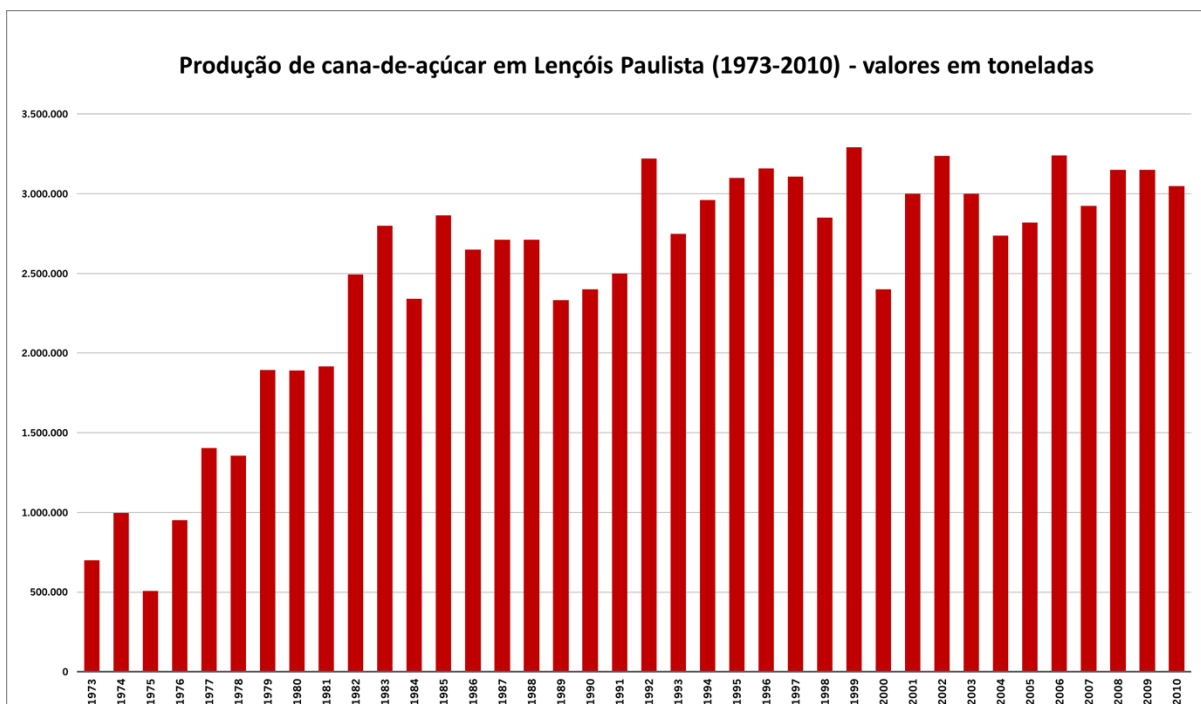
GRÁFICO 7 – Produção de cana-de-açúcar por município (1920-1960), em toneladas



Fonte: elaboração própria sobre dados de IPEADATA, 2015.

Com poderio econômico esmagador, o grupo Zillo-Lorenzetti (atualmente denominado Zilor) passaria a protagonizar a produção de riqueza no município, e membros das famílias consolidariam seu poder político (SALLES, 2012). A assimetria de condições entre usinas e engenhos devastaria os últimos, tendo sido muitos deles desativados com a venda ou arrendamento das terras para o grupo usineiro. O número de estabelecimentos agropecuários caiu de 710 em 1940 para 268 em 1995 (IPEADATA, 2015). O lançamento do Proálcool, em 1975, seria acompanhado de grande crescimento da produção de cana no município (Gráfico 8).

GRÁFICO 8 – Produção de cana-de-açúcar em Lençóis Paulista (1973-2010), em toneladas



Fonte: elaboração própria sobre dados de IPEADATA, 2015.

Passado o auge do Proálcool, na década de 1990 o setor sucroalcooleiro investiria em reestruturações organizacionais e reposicionamento de mercado, como observado no capítulo 2. No caso da Zilor, este processo significaria investimentos em automação, terceirização, e novos produtos (com destaque para derivados da levedura e energia elétrica), sob a orientação de consultorias internacionais. Em 1994, a empresa lançaria seu primeiro produto derivado de leveduras (utilizadas para os processos de fermentação relacionados à produção alcooleira), num movimento que levaria à criação da Biorigin, empresa voltada aos mercados de ingredientes alimentícios, nutrição animal, mercado enológico e fermentação industrial. Criada em 2003, a Biorigin adquire, em 2008, a Immunocorp Animal Health (Noruega) e a PTX Food (EUA). Em 1998, a UBG começa a comercializar energia elétrica produzida a partir da queima do bagaço de cana (cogeração) – a USJ seguiria a tendência iniciando sua venda de energia em 2001, e a unidade Quatá em 2007, mesmo ano de grande expansão de capacidade de cogeração na São José (ZILOR, 2016).



#### 4.5.1 Aspectos da agroindústria canavieira lençoense na Era das Usinas

##### 4.5.1.1 Reestruturação produtiva, terceirização no campo e trabalho

Mais sentidas localmente, entretanto, foram as iniciativas de reestruturação da produção no campo e na seção industrial da Zilor. Em movimento frequente no setor sucroalcooleiro, a empresa contrata consultorias e investe em racionalização e tecnologias de controle e automação industrial no início da década de 1990. A automação da produção significou grande redução de postos de trabalho na seção industrial da empresa, conforme relata ex-funcionário que trabalhou na Zilor entre 1985 e 1997, na área de projetos:

Uma diferença que eu observei nesses 12 anos é o número de funcionários. Nossa... quando eu comecei era gente pra lá, pra cá... e com o processo de automação, a coisa foi ficando sem gente. Então você entrava naqueles grandes galpões e via as máquinas fazendo coisas. É um funcionário que opera várias centrífugas, por exemplo, e antes era um pra um, entendeu? Isso foi muito nítido, de você ver um monte de gente trabalhando, e com o tempo aquilo foi diminuindo. Quer dizer, o processo de automação foi muito forte nesse momento, e o número de funcionários foi ficando... (FUNCIONÁRIO 1, 2016).

Em depoimento colhido através de entrevista, um ex-funcionário da área de treinamento relata o momento da entrada das consultorias na Zilor:

A primeira coisa que a consultoria pediu foi que os empregados fizessem uma descrição do trabalho, explicassem o que faziam. Ficava todo mundo preocupado, não sabia o que escrevia, porque achavam que podiam cortar os cargos. (FUNCIONÁRIO 2, 2016).

De fato, a preocupação era fundada: grandes cortes de vagas foram realizados nos anos 1990. A Usina São José, unidade onde trabalhava o mesmo funcionário entre 1992 e 2001, teve seu quadro reduzido de cerca de 3000 para cerca de 800 trabalhadores, segundo o mesmo. As demissões ocorriam em sucessivas rodadas, que eventualmente colocavam grande número de pessoas em filas para realizar a rescisão de trabalho:

Tinha vez que juntava 400 pessoas na fila, a fila era enorme, ia do escritório até a indústria. Tinha gente chorando... gente que dependia do trabalho pra sustentar a família. Era muito triste. (FUNCIONÁRIO 2, 2016).

As consultorias tiveram um importante papel nesta reestruturação, promovendo o que é também chamado de uma “profissionalização” da gestão da empresa. Tanto o ex-funcionário como um consultor que atendeu a Zilor entre 2001 e 2003 relatam que os membros das famílias proprietárias foram progressivamente afastados de suas funções, e restritos à participação no conselho administrativo. A empresa permanecer familiar e de capital fechado,

mas administrada por profissionais do mercado em lugar dos proprietários.

Se as reestruturações técnicas e organizacionais foram comuns na agroindústria canavieira nos anos 1990, um componente destas mudanças na Zilor tem aspecto peculiar: o assim denominado **sistema de parcerias agrícolas**. O sistema, através do qual a Zilor se afasta das atividades de plantio, colheita e entrega da cana-de-açúcar que utiliza como matéria prima, foi implementado entre 1999 e 2004. Segundo a descrição da empresa:

A Parceria Agrícola consiste na cessão de posse das propriedades rurais da Zilor para parceiros, que fazem o cultivo da cana-de-açúcar. A Zilor se compromete a comprar toda a produção, a preço de mercado e em contratos de longo prazo. Os parceiros, por sua vez, devem produzir de acordo com o Compromisso de Conduta e Desempenho assinado com a Zilor. (ZILOR, 2016)

Considerado pioneiro no setor, o sistema repassa ao “parceiro” todas as operações agrícolas, do plantio à entrega, como uma das “premissas básicas do sistema”, compostas também por “Indenização das áreas de cana em 5 anos; Obrigações socioambientais; Entrega linear da cana do início ao final da safra” (ROSSETO, 2012, p. 11). A indenização se refere à lavoura já instalada nas áreas (CONEJERO, 2008, P. 8). Com isto, os parceiros assumem também as “responsabilidades socioambientais” (como as estipuladas pela Lei Estadual no. 11.241, de 19 de setembro de 2002, sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar). São remunerados conforme o ATR (Açúcar Total Recuperável presente na cana), e bonificados conforme o grau de impurezas, regularidade e agilidade de entrega, precisão de estimativas de safra, e avaliação segundo o “Compromisso de Conduta e Desempenho” já citado. Em outras palavras:

A atratividade do negócio é mantida pelo uso do ATR relativo (Consecana) e entrega linear (pagamento 80% à vista e 20% no fechamento safra em abril). Existem também prêmios contra impurezas minerais e vegetais, prêmios (menos de 48 h) e descontos (mais de 72 h) para o tempo entre colheita e entrega da cana, e subsídio de frete para cana em raio maior do que 30 km. (CONEJERO, 2008, p. 9).

Os parceiros assumiram completamente os direitos de exploração das terras, antes detidos pelas Cia. Agrícola Zillo Lorenzetti (CAZL) e a Cia. Agrícola Luiz Zillo e Sobrinhos (CALZS), além de receber os equipamentos a preços de mercados, com pagamento em dois anos. Sendo as terras de propriedade das companhias ou utilizadas sob arrendamento, os parceiros destinam parte de suas receitas aos proprietários – em geral, 20% da produção vai para as Cias. Alguns produtores também possuem terras próprias e também arrendam terras de terceiros. Em todo caso, destinam a totalidade da produção à Zilor (CONEJERO, 2008, p. 9).

A Zilor, por sua vez, além de estabelecer contratos de longo prazo e ceder propriedades onde será feito o cultivo, apoia os parceiros através de intermediação financeira para obtenção de crédito rural (CONVIR – Convênio de Integração Rural, do Banco do Brasil), e oferecendo garantias para financiamento de bens através do FINAME (conjunto de linhas de crédito para aquisição de máquinas e equipamentos oferecido pelo BNDES via instituições financeiras credenciadas) (ROSSETO, 2012, p. 11) – dado importante, visto que a redução da queima da palha seria alcançada através da mecanização da colheita.

Integra o sistema também a ASCANA – Associação dos Plantadores de Cana do Médio Tietê, que reúne 480 produtores dos municípios de Agudos, Arealva, Areiópolis, Avaré, Bauru, Boracéia, Borebi, Botucatu, Lençóis Paulista, Macatuba, Pederneiras, Pirajuí, Piratininga, Pratânia, São Manuel e Tibiriçá. Tal entidade funciona como órgão de representação dos interesses de seus membros frente às usinas e ao Estado, e assume serviços de apoio de que necessitam, da área agrícola (topografia, análises de laboratório, controle biológico, produção de mudas, estudos de melhoramento das lavouras) à assistência social e coordenação de Plano de Auxílio Mútuo em Emergência (ASCANA, 2016; ROSSETO, 2012, p. 11-16). Sua diretoria é atualmente composta pelos grandes parceiros da Zilor, e todos os parceiros fazem parte da ASCANA. Sobre o sistema, em condição de anonimato, fala um consultor envolvido com a implantação, à época:

Acho que tem um pouco a ver com a ideia da terra como fonte de lucro. A gente trabalhava com um conceito de GVA, cadeia de geração de valor agregado, e o meu chefe tentava identificar que partes da cadeia tinham melhor resultado financeiro, de lucro. Então, tinha que pensar se compensava ter um monte de capital imobilizado em, por exemplo, a produção da cana, as terras, a parte agrícola, se valia a pena, qual era o custo de oportunidade... será que não era melhor se desfazer dessa parte e colocar o dinheiro pra girar no mercado financeiro, por exemplo? Ou investir em produtos, em cadeias como era o caso da levedura, na Zilor... Essa era basicamente a ideia por trás desse sistema. [...] Mas a empresa se preocupou em fazer da parceria um negócio rentável para o parceiro, não quis apenas se livrar da agrícola, por isso toda essa organização, esse arranjo com os parceiros, as bonificações... Porque claro que eles tomavam cuidado para fazer os contratos, com a parte jurídica, mas se o negócio não fosse bom, os contratos não iam garantir totalmente. Então tinha essa preocupação, de ter rentabilidade para o parceiro. (CONSULTOR, 2016).

O referido sistema de parcerias não se tornou prática amplamente disseminada no setor, mas não há indícios de que a Zilor tencione revertê-lo, e, ao contrário, o apresenta como diferencial valioso da empresa (ZILOR, 2016). Entretanto, o sistema é alvo de severos questionamentos: o Ministério Público do Trabalho na região o classifica como uma terceirização de atividade fim, em ação movida contra o grupo. Em ação civil pública ajuizada pelo MPT após denúncia formalizada entidades sindicais, constava também que com a

terceirização da lavoura foi verificado que o salário dos trabalhadores caíra sensivelmente, de R\$ 1,6 mil para R\$ 1 mil no caso de motoristas, e de R\$ 700 para R\$ 400 em outras funções. Foi afirmado também, na ação, que os parceiros eram ex-funcionários da empresa, o que contribuiria para configurar as parcerias como terceirizações. A empresa relativizou este ponto, afirmando que apenas reduzida parte dos fornecedores era de ex-funcionários. (TST.GOV.BR, 2016; NOVACANA, 2016; BRASILAGRO, 2016). Diferentemente do alegado pela empresa, é versão recorrente que as parcerias sejam estabelecidas prioritariamente com ex-funcionários da Zilor, como confirmam os depoimentos:

Muita gente que era gerente da usina que foi dispensado acabou ficando como fornecedor. (FUNCIONÁRIO 1, 2016).

Sim, ficava certo isso, era como se fosse um acerto, uma compensação. O cara era demitido mas ia fornecer cana. Isso pra quem era gerente, diretor, porque pra quem tava pra baixo não tinha nada disso. [...] às vezes era contratado por terceiro, ganhando menos. (FUNCIONÁRIO 2, 2016).

Em agosto de 2013, a Zilor foi condenada pelo Tribunal Superior do Trabalho a pagar uma indenização de R\$ 1 milhão em dano moral coletivo por ocasião da referida ação civil pública (TST, 2016). Embora pareça um valor alto, é razoável questionar se teria impacto significativo na empresa, ou se comprometeria o ganho financeiro proporcionado pelas parcerias. Sobre tal questionamento, o ex-consultor afirma:

Olha, eu não tenho os números agora na minha frente, mas é claro que, num negócio deste tamanho, com os números envolvidos, 1 milhão é um valor pequeno, não tem muita importância. (CONSULTOR, 2016).

Em 2007, foi noticiada pela Folha de São Paulo uma blitz realizada em cidades da região de Lençóis Paulista encontrou contratos e documentos assinados em branco por trabalhadores do corte da cana. Segundo o procurador do Trabalho Luís Henrique Rafael, verdadeiros “kits fraude”, compostos por pedidos de demissão, termos de rescisão de contrato trabalho, registros de trabalho e recibos de fornecimento de EPI (Equipamentos de Proteção Individual) foram encontrados em “empresas de fachada” que forneciam mão-de-obra para a agroindústria canavieira: “Todas essas empresas fantasmas são fornecedoras de mão-de-obra para terras do grupo Cosan e também para o grupo Zillo Lorenzetti”, afirmou Rafael à reportagem. Na ocasião, a Zilor afirmou que “assume o compromisso de eliminar contratos com empresas que praticam irregularidades” (“Cortador de cana assina documentos em branco”, 2007). Até onde foi possível apurar, as empresas que foram alvos da blitz não eram

os parceiros, mas fornecedores de mão-de-obra a eles, configurando uma espécie de “quarteirização” do trabalho do corte de cana. A terceirização do corte é frequentemente associada a graves prejuízos ao trabalhador:

Com a terceirização observa-se aliciamento, problemas como retorno ao local de origem, falta de pagamento de salário, alojamentos e alimentação impróprios, condições de trabalho perigosas, falta de recolhimento de Fundo de garantia/contribuição previdenciária e equipamentos inadequados. E como cita Licks (2005) ocorre a diluição da figura do empregador pela via das terceirizações, pois estas estimulam o surgimento de falsas parcerias e falsas cooperativas, intermediações de gatos ou contratações por outros, tão miseráveis quanto os trabalhadores explorados, sem condições para assumirem o risco da atividade econômica.

Segundo Carvalho (2009) o turmeiro, pessoa encarregada de administrar a equipe de cortadores, muitas vezes retém a Carteira de Trabalho e cobra pela hospedagem e alimentação. Há vários casos em que tanto o gato quanto o turmeiro figuram como parceiros das empresas sucroalcooleiras, fazendo a captação de trabalhadores e transportando os cortadores de cana para as frentes de trabalho. A consequência é o enquadramento em situações idênticas ao trabalho escravo. (LAAT, 2010, p. 42).

O mesmo procurador seria citado em ação julgada pela 2ª Vara do Trabalho de Lençóis Paulista em fevereiro de 2008, na qual empresas do grupo Zilor foram condenadas a cumprirem obrigações referentes às normas de segurança do trabalho devidas aos cortadores de cana. Segundo reportagem,

Nas fiscalizações conjuntas constataram-se situações de trabalho degradante, como ausência de EPI's, água potável, banheiro nas frentes de trabalho, abrigo, transporte irregular, entre outras. Também foram verificadas irregularidades nas condições precárias de alojamentos dos trabalhadores rurais migrantes vindos de Estados do Nordeste. (JUSTIÇA obriga empresas a cumprirem normas de segurança na safra 2008, 2008).

Naturalmente, os problemas foram encontrados em lavouras geridas por parceiros, já que o setor agrícola se encontrava plenamente terceirizado à época. Entretanto, citando a ação que questionava a terceirização, Rafael reiterou o vínculo das usinas com os trabalhadores. Desta vez a Zilor comunicou:

A ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho foi julgada pela Vara do Trabalho de Lençóis Paulista, e está com recursos ordinários pendentes de apreciação e julgamento pelos Tribunais superiores. A empresa confia no princípio de livre iniciativa consagrado na Constituição Federal, e toma as medidas judiciais cabíveis junto aos tribunais competentes. (JUSTIÇA obriga empresas a cumprirem normas de segurança na safra 2008, 2008).

Coordenado diretamente, por terceiros ou por “quartos”, o trabalho na lavoura da cana-de-açúcar sempre esteve associado à superexploração, sendo apontados como

recorrentes “casos de uso de mão de obra infantil, de trabalho em condições degradantes ou mesmo análogas à escravidão, de ausência de equipamentos de segurança, de falta de controle das horas trabalhadas e demais possíveis situações que podem degradar as relações de trabalho” – a terceirização traria ainda mais dificuldades à fiscalização, sendo por isto tema especialmente sensível (NOVACANA, 2016). O cortador manual de cana está permanentemente exposto a uma série de riscos, de “cargas de trabalho”:

[...] cargas físicas (radiação solar, chuvas, extremos de temperatura); cargas químicas (poeira, fuligem, resíduos de agrotóxicos); cargas biológicas (inoculação de microorganismos infecciosos por picada de animais peçonhentos); cargas mecânicas (acidentes ocasionados principalmente pelo manuseio de instrumentos de trabalho); cargas fisiológicas (extremo esforço físico, posturas forçadas, movimentos corporais bruscos e repetitivos); cargas psíquicas (ritmo acelerado de trabalho, atenção e concentração constantes, monotonia, repetitividade, ameaça de desemprego) (LAAT, 2010, p. 58).

O trabalho no corte da cana combinaria estratégias e efeitos especialmente nefastos: a prática do pagamento por produtividade e o incentivo à competitividade através de “campeonatos” em que os trabalhadores mais produtivos (“facão de ouro”) levariam à realização de esforços físicos brutais. Funcionário 2, que acompanhou pessoalmente a realização das competições em diversos anos, relata:

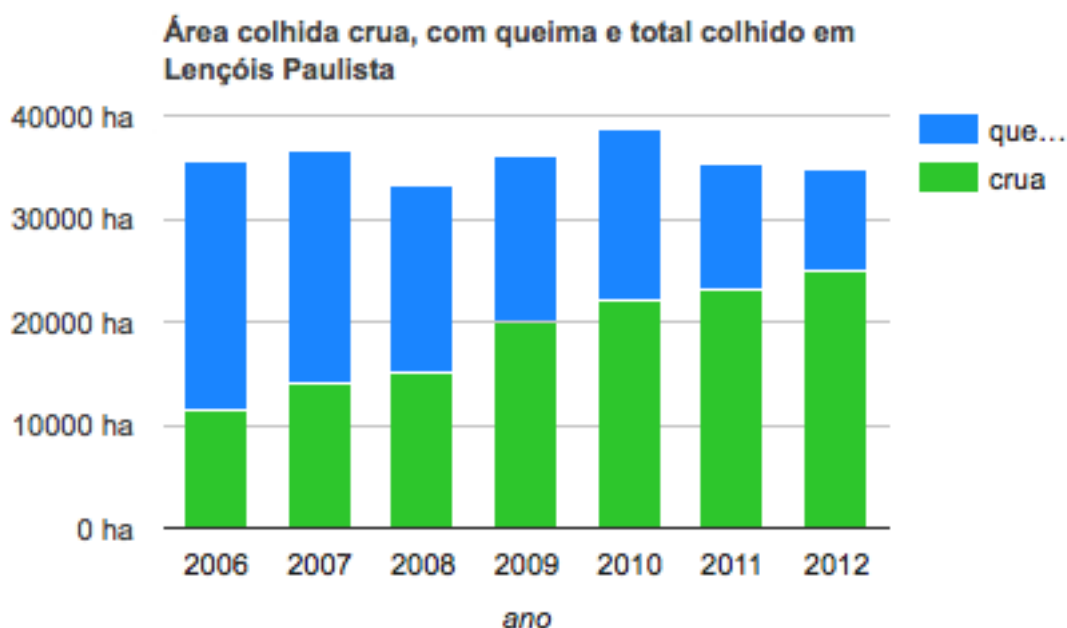
O pessoal se matava de trabalhar, achavam que iam ganhar uma moto... mas só um ganhava a moto, tinha prêmio até o terceiro lugar. Todo mundo competia. [...] Tinha muita gente que desmaiava, caía desacordado. Gente com câimbras, muito. Tanto era perigoso que sempre tinha uma ambulância junto. Era um negócio muito feio mesmo, ver os cortadores caindo desmaiados, gritando de dor... (FUNCIONÁRIO 2, 2016).

Depoimentos como este são corroborados pelo trabalho de LaaT, 2010, que realizou detalhado estudo das condições de trabalho e dos esforços a que são submetidos os cortadores de cana. Para o autor, é razoável a comparação entre o trabalho no corte da cana e o esforço de atletas de alto rendimento, sendo utilizada a analogia com a maratona, dada a verificação de esforços prolongados e intensos, sob sol escaldante, em condição competitiva. LaaT alerta, porém, que enquanto os esforços são comparáveis, as condições dos atletas, com planejamento, recuperação, preparação física, e mesmo os aspectos emocionais, são infinitamente melhores (LAAT, 2010, p. 163-4).

Pode-se argumentar que a mecanização na colheita da cana-de-açúcar tenha atenuado ou até resolvido, em algumas localidades, os problemas relacionados ao corte manual. De fato, os problemas aqui relatados foram verificados em meados dos anos 2000, tendo a

recorrência destas irregularidades aparentemente se reduzido, sob forte pressão do MPT, a agroindústria canavieira local afirmou compromisso em combatê-los. Especialmente induzida pelo Protocolo Agroindustrial, a mecanização avançou bastante em Lençóis Paulista, como se pode observar no gráfico abaixo:

GRÁFICO 8 – Área colhida crua, com queima e total colhido em Lençóis Paulista



Fonte: CANASAT, 2106

Entretanto, pode-se também avaliar que:

As condições de trabalho pioraram no corte da cana com a introdução do corte mecanizado, devido ao fato da produção obtida pelo corte mecanizado ter virado uma referência para a avaliação do rendimento do corte manual para todo o estado de São Paulo, com isso aumentando a média de produtividade por trabalhador. Por outro lado, as usinas desenvolveram, através de seus Departamentos de Recursos Humanos, cursos de qualificação profissional para cortadores de cana, visando o aumento da produtividade no corte manual. Com esse mecanismo, o nível de exigência em termos de metas de produção e de padrão de produtividade vem aumentando constantemente, sendo atualmente de 11 a 12 toneladas de cana por dia, por trabalhador (LAAT, 2010, p. 164-5).

Importante dizer que os dados, relatos e notícias aqui apresentados já possuem alguns anos de defasagem, e não indicam categoricamente a permanência de tais práticas nas lavouras de cana em Lençóis. É possível que tais problemas tenham sido atenuados, talvez alguns deles até eliminados. Entretanto, a superexploração do trabalho não deixa de ser

elemento constitutivo do setor.

Também no plano internacional, a questão da precariedade do trabalho na lavoura da cana faz parte de um conjunto de preocupações que cercam o setor. O já citado relatório do centro de estudos do congresso norte-americano menciona que, enquanto alguns advogam pelos biocombustíveis na América Latina como alternativa energética e eixo de desenvolvimento rural, existe grande preocupação sobre os investimentos e subsídios ao setor, dados os efeitos negativos no meio ambiente, nas condições de trabalho e nos preços dos alimentos. O trecho abaixo, extraído do relatório, chama atenção para as características do trabalho na produção de biocombustíveis a partir da cana-de açúcar: mal remunerados, perigosos e sazonais.

*Others are concerned about the huge investment outlays and government subsidies needed to build up nascent biofuels industries. Skeptics also worry about the potential negative effects that increased biofuels production may have on the environment, labor conditions, and food prices in the region. [...]*

*Skeptics of using biofuels to promote rural development also question the quality of most jobs created by the biofuels industry, particularly in countries producing ethanol from sugarcane, where jobs are often low-paying, hazardous work as seasonal cane cutters. (SEELKE, 2007, p. 5, 24).*

#### 4.5.1.2 Impactos no meio ambiente

Os questionamentos quanto aos impactos ambientais da agroindústria canavieira são também de grande pertinência na análise de um território por ela explorado. O Plano Municipal de Saneamento Básico de Lençóis Paulista indica a redução das matas nativas a apenas 2,6% da área total do município, com o total de vegetação nativa (incluindo cerrado, capoeira e vegetação de várzea) se restringindo a 5,1% da área do município (LENÇÓIS PAULISTA, 2013, p. 42). É impossível sustentar que esses números tenham sido atingidos sem a ocorrência de crimes ambientais e ilegalidades no uso do solo, visto que o Código Florestal estabelece para a região a delimitação de Reserva Legal correspondente a 20% da área dos imóveis rurais, além de Áreas de Preservação Permanente em determinados casos, como as margens de cursos d'água (BRASIL, 2012).

A hipótese de existência de ilegalidades no uso do solo é tratada também nos trabalhos de Mileski (2011, 2015). Aplicando técnicas de geoprocessamento para análise do uso do solo em Lençóis Paulista, a autora já aponta conclusivamente para a existência de irregularidades em sua dissertação:



Através de fotos e do mapa de uso de solo sobreposto às áreas de preservação permanente percebe-se que as áreas agrícolas invadem o espaço determinado em lei para as APPs. Esse fato traz prejuízos graves ao meio ambiente, prejudicando a flora e a fauna e principalmente, causando erosões e conseqüentemente o assoreamento das redes de drenagem. [...]

Outro fato observado é que, praticamente áreas de Reserva Legal, que por lei deveriam ocupar 20% de cada propriedade rural, são inexistentes. Nota-se a presença de muitas áreas de reflorestamento e algumas manchas de mata nativa, o cerrado, ambas ameaçadas pela expansão agrícola. (MILESKI, 2011, p. 42-3).

Em sua tese (2015), Mileski detecta pequena, mas existente, redução dos conflitos (usos inadequados do solo). Entretanto, reafirma a gravidade do problema e sua relação com a lavoura canavieira, e agrega a questão da fragmentação florestal das matas remanescentes, o que compromete o papel destas na preservação da biodiversidade.

Analisando o mapeamento dos fragmentos florestais no município de Lençóis Paulista, percebe-se a pequena quantidade de florestas nativas e a baixa ocupação desses fragmentos do solo do município. Esse fato evidenciada a afirmação de Greggio et AL (2009), em que, verifica-se no uso da terra uma ocupação desordenada que resulta na fragmentação dos remanescentes florestais tropicais. A fragmentação florestal é um dos fenômenos mais marcantes e graves do processo de expansão da fronteira agrícola no Brasil. [...]

O alto índice de ocupação do solo por cultura (81%) reflete a predominância da agricultura regional. As áreas de mata ciliar 1083,7ha ou 1,35% do município mostraram que o uso do solo é inadequado, pois essas áreas estão ocupadas principalmente por cultura agrícola e reflorestamento, não respeitando a função das mesmas, que é preservar as redes de drenagem e o ecossistema existente. (MILESKI, 2015, p. 41-2).

Sendo a lavoura da cana-de-açúcar responsável, ao menos em grande medida, pela trágica situação florestal lençoense, é possível relacionar tal uso do solo ao comprometimento dos recursos hídricos locais, visto que a proteção destes é função das áreas de proteção permanente, e benefício esperado da manutenção de florestas nativas. Soma-se a isto o fato das chuvas concentradas no mês de janeiro encontrarem, frequentemente, um solo descoberto, pois trata-se do período de entressafra, quando grande parte dos canaviais estão pouco desenvolvidos, e não oferecem grande proteção ao solo. É sob essas circunstâncias que se deve observar a ocorrência de grandes enchentes no perímetro urbano de Lençóis Paulista, aparentemente cada vez mais frequentes e devastadoras. Durante o século XX, há registro de duas enchentes que atingiram a cidade, em 1974 e 1975, tendo a segunda alcançado maiores proporções. Apenas no começo do século XXI, entretanto, ocorreram 3 grandes enchentes, nos anos de 2006, 2011 e 2016 – esta última a maior já registrada, atingindo 1.342 pessoas, deixando 997 desabrigados e causando prejuízos estimados em R\$ 68,2 milhões (ÁGUA de

represas contribuiu com 2,7% da inundação, mostra estudo, 2016; MAIS uma enchente assola Lençóis Paulista, 2016). Considerando ou não alterações climáticas entre os períodos, é certo que a condição de extrema degradação observada na bacia do rio Lençóis, processo protagonizado pelo plantio da cana, é fator fundamental para a ocorrência das enchentes.

Ainda no tema ambiental, é necessário chamar a atenção para a vinhaça, subproduto da destilação do etanol, produzido em razão de 9 a 13 litros, ao menos, por litro de etanol. Poluente, a vinhaça é frequentemente utilizada como fertilizante nas lavouras de cana, sendo sua utilização no campo disciplinada, no Estado de São Paulo, pela Norma Técnica P 4.231 da CETESB (CETESB, 2006). Em 1990, foi publicado estudo que analisava a qualidade da água em regiões de aplicação de vinhaça no município de Novo Horizonte. Os resultados apontaram para a infiltração da vinhaça como causa de poluição no Aquífero Bauru, tornando as amostras de água inadequadas para consumo humano. Nitrogênio amoniacal, magnésio, alumínio, ferro, manganês e cloreto foram encontrados em concentração acima do padrão de potabilidade (HASSUDA, 1990, p. 5). Existindo semelhanças geológicas entre os municípios de Novo Horizonte e Lençóis Paulista, e sendo a prática da infiltração de vinhaça presente neste, é dada a possibilidade de contaminação de águas subterrâneas também no último.

#### 4.5.1.3 A legalidade da posse de terras

Outro aspecto passível de discussão é a questão da legalidade da posse de terras destinadas ao cultivo de cana-de-açúcar em Lençóis Paulista. Baseado em extenso estudo sobre o processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil, desde a era colonial até os tempos atuais, o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira apresentou em 2010, em Audiência Pública sobre as terras públicas na região de Bauru, alguns dados sobre a questão em Lençóis e em municípios vizinhos. Baseado em uma metodologia que subtrai da área total do território em análise as áreas cadastradas no INCRA (além de áreas com corpos d'água, unidades de conservação, terras indígenas, área urbanizada) para chegar à área de terras devolutas, carentes de registro regular, Ariovaldo indica a existência de 11.107 hectares nestas condições no município lençoense – o que corresponde a 14% da área total. Na mesma ocasião, o geógrafo expõe a listagem das propriedades em que a área sob posse excede aquela com registro regular no INCRA, onde são citadas 5 propriedades sob posse da Cia. Agrícola Luiz Zillo e Sobrinhos (diretamente ligada à Zilor), além de outras em que o ocupante

pertence à família usineira, e outras famílias ligadas à monocultura da cana. A Cia. Agrícola Zillo Lorenzetti, que leva o nome das duas famílias que controlam a Zilor, é citada ainda em uma propriedade no município de Agudos (OLIVEIRA, 2010, p. 1, 3, 7). As tabelas correspondentes aos dados de Lençóis Paulista são reproduzidas no APÊNDICE B.

Outro foco de debates relacionados à posse da terra na região é o Núcleo Colonial Monção (aqui por vezes referido como NCM). Fruto de um projeto de colonização capitaneado pelo Estado Brasileiro no início do século XX, o Núcleo era composto por diversas fazendas que se espalham pelos atuais municípios de Iaras, Borebi, Agudos, Águas de Santa Bárbara e Lençóis Paulista, com uma área reportada de ao menos 40.000 hectares, sendo um valor de 50.000 hectares apontado em documentação da AGU/INCRA. Neste caso, não se trata de terra devoluta: as fazendas foram adquiridas pela União com o propósito de colonização. Por diversos motivos, o projeto não prosperou, e os colonos, em geral, abandonaram seus lotes, e com isto a titulação deles foi frágil e parcial, dando origem às “áreas remanescentes”, que permanecem propriedade da União (PELEGRIN, 2014, p. 2-6). A figura 15, a seguir, mostra a localização do NCM no Estado de São Paulo.

FIGURA 15 – Localização do Núcleo Colonial Monção no Estado de São Paulo



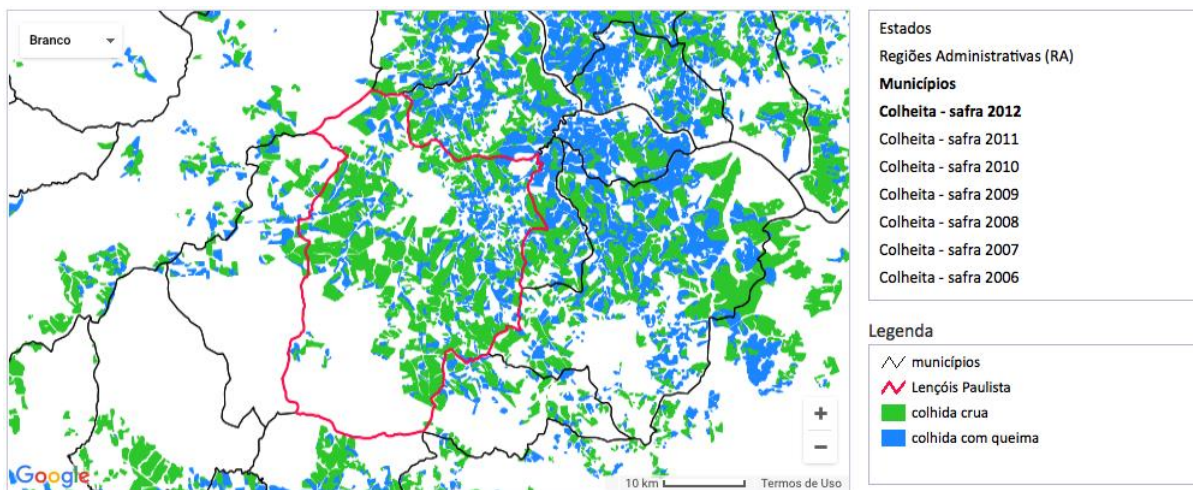
Fonte: PELEGRIN, 2014

A existência de tais remanescentes viria a chamar a atenção na década de 1990. Localizado em uma região relativamente “vazia” do centro do Estado, com precária estrutura de transporte e solos menos férteis que à redondeza, o NCM veria uma penetração mais intensa do agronegócio apenas com o crescimento das expectativas sobre ele à época – segundo os dados do IBGE, entre 1994 e 2012 cresceram a presença de cana-de-açúcar (de 50.957 para 79.249 ha.), de laranja (de 1.049 para 15.718) e da produção de madeira em tora (de 693.704 m<sup>3</sup> para 2.449.299 m<sup>3</sup>) (PELEGRIN, 2014, p. 10-11).

A atuação do governo para retomada das terras se constitui a partir de 1994 com a organização do Grupo de Trabalho Núcleo Colonial Monção pelo INCRA, equipe técnica formada para realizar levantamentos e ações reivindicatórias (iniciativas jurídicas para retomada da posse das terras) – em seus levantamentos, o Grupo classifica como inequívoca a

propriedade pública da área, e aponta recorrentes vícios (irregularidades) em títulos de propriedade atuais. As conclusões do Grupo reforçam a posição dos movimentos de luta pela terra que se instalaram pela região: existem hoje assentamentos de reforma agrária em Borebi e Iaras, frutos da ação protagonizada pelo MST. O movimento também protagonizou a radicalizada e bastante repercutida ocupação em fazenda ilegalmente ocupada pela Sucrocítrico Cutrale. Em 2009, o MST inaugurou na fazenda Agrocentro, localizada no NCM, o espaço de formação “Escola Rosa Luxembourg”. Ainda organiza acampamentos e ocupações na área, frequentemente em terras ocupadas com cana-de-açúcar (PELEGRIN, 2014, p. 6, 7, 12, 13). A observação da figura 16 abaixo permite visualizar a existência de lavouras de cana no NCM, especialmente no município de Borebi (primeiro à esquerda/oeste de Lençóis Paulista, este com limites em vermelho) e na divisa entre Borebi, Iaras e Agudos (este a oeste de Borebi, Iaras a sudoeste). Necessário assinalar que esta é área sob influência da Zilor, não havendo possibilidade de que a cana ali produzida seja destinada a outra empresa.

FIGURA 16 – Área com colheita manual e mecanizada em Lençóis Paulista e adjacências, em 2012.



Fonte: CANASAT, 2016.

Embora este trabalho não se tenha detido sobre o exame de documentos e títulos de posse e propriedade ligados à produção canavieira, a observação dos dados provenientes tanto das pesquisas de Ariovaldo quanto dos estudos relacionados ao Núcleo Colonial Monção (PELEGRIN, 2014; VENTURELLI, 2013; INCRA, 2010; IHA, 2005) permite concluir que são utilizadas pela agroindústria canavieira lençoense áreas cuja propriedade pode se sujeitar a questionamento quanto à legalidade, incluindo algumas de propriedade pública inquestionável. Não se trata aqui, entretanto, de um traço singular da agroindústria lençoense: a ilegalidade da posse é traço permanente dos processos de apropriação privada da terra na história brasileira (OLIVEIRA, 2010, p. 29-36). A existência de tais ilegalidades no caso lençoense é, então, traço típico da agricultura no Brasil.

#### 4.5.1.4 As usinas e o poder local

Por fim, é oportuno fazer uma breve discussão das relações entre a agroindústria canavieira lençoense e o poder local. Uma pertinente análise da relação entre ambos é

encontrada no trabalho “Do coronelismo ao “neo-coronelismo”: um estudo sobre a ascensão, a queda e o ressurgimento de Antônio Lorenzetti Filho”, de Alexandra Salles (2012). Este estudo é tomado como base para a elaboração, a seguir, de observações sobre a atuação das famílias proprietárias do atual grupo Zilor no poder institucional lençoense.

Nas primeiras décadas após a instalação da primeira câmara municipal, em 1866, o poder local era controlado por famílias latifundiárias, associadas às práticas políticas coronelistas, e representadas por figuras como Coronel Joaquim Gabriel de Oliveira Lima, Coronel Manoel Amâncio de Oliveira Lima Machado, e Major Antônio Fiúza do Amaral – todos agentes da instalação do núcleo urbano de Lençóis (SALLES, 2012, p. 25-6).

Esta realidade começaria a mudar com a abolição da escravatura e as políticas governamentais de atração de colonos estrangeiros, que dotavam estes de direitos políticos. Já em 1890, um imigrante italiano, o padre José Magnani, é nomeado presidente do Conselho de Intendência, cargo que antecede a figura de prefeito. Personagem controverso, Magnani seria exonerado do cargo, e vítima de atentado em 1899, mas permaneceria como figura importante na política local, disputando o poder com os coronéis. A família Oliveira Lima, em aliança com os Oliveira Rocha, se manteria dominante na política lençoense durante a Primeira República (SALLES, 2012, p. 26-29).

A já apresentada inserção dos imigrantes em Lençóis Paulista viria a repercutir na política local com mais ênfase a partir de 1936, quando os filhos de italianos Bruno Brega e Jácomo Nicolau Paccola ocupam o cargo de prefeito, e “entre 1941 e 1960, nove atores políticos passarão pela prefeitura, deste total, cinco pertencerão a famílias imigrantes” (SALLES, 2012, p. 32). Empoderados pela ascensão social, os descendentes de imigrantes ocuparão a liderança do executivo lençoense quase ininterruptamente de 1959 a 1992.

Este período foi iniciado com a eleição de Antônio Lorenzetti Filho, liderança empresarial do grupo usineiro Zillo Lorenzetti que viria a se tornar o mais expressivo personagem político de sua geração. Em acordo com a classe política local, foi candidato único nas eleições de 1959, pela União Democrática Nacional (UDN). Tinha como vice o ex-prefeito José Salustiano de Oliveira, e o acompanhava, como presidente da câmara municipal, o também usineiro e seu primo Paulo Zillo (SALLES, 2012, p. 36-7). Em 1963, Zillo sucederia Lorenzetti como prefeito de Lençóis Paulista.

É possível atribuir a potência eleitoral das famílias ao crescimento do grupo Zillo-Lorenzetti, tanto no que diz respeito à oferta de empregos como às obras assistenciais

realizadas pelo grupo. Esta circunstância, entretanto, não pode ser eximida de avaliações críticas:

As benfeitorias concedidas ao povo lençoiense tinham por objetivo não somente desenvolver o município, mas, sobretudo, construir e preservar a liderança política das famílias Zillo e Lorenzetti, além de aumentar a dependência do eleitorado lençoiense em relação a estes líderes. Assim, predominava a relação clientelista/paternalista na qual o beneficiário ficava comprometido com o seu protetor, tendo a obrigação de apoiá-lo politicamente” (SALLES, 2012, p. 57).

Seria então durante o mandato de Paulo Zillo que aconteceria, em 1964, o golpe civil-militar no Brasil. Com a dissolução dos partidos então atuantes, se instala o bipartidarismo, restringindo as opções ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e à Aliança Nacional Renovadora (ARENA). Esta, mais identificada com o governo civil-militar, receberia a adesão dos principais políticos lençoienses, entre eles Paulo Zillo, Antônio Lorenzetti Filho, e Ézio Paccola, que também viria a ser prefeito. Em 1968, Lorenzetti se elege prefeito novamente, confirmando a consolidação do poder político das famílias usineiras (SALLES, 2012, p. 59).

Em 1972, o candidato apoiado por Lorenzetti, Rubens Pietraróia (ARENA), vence as eleições, e, num momento em que a industrialização e a atração de novas empresas eram reivindicadas por setores da sociedade local, avalia-se que o grupo Zillo-Lorenzetti tenha sido, na verdade, o maior beneficiário dos incentivos à indústria na gestão de Pietraróia. Em 1976, novamente um candidato da ARENA vence as eleições, Ézio Paccola, e João Carlos Lorenzetti, filho de Antônio, se elege vereador, tendo ocupado a presidência da câmara entre 1979 e 1981. Diante da continuidade partidária, “é razoável supor que (Antônio) Lorenzetti exercera influência sobre a administração Ézio Paccola” (SALLES, 2012, p. 66-7).

Em 1982, em um contexto que apontava para a redemocratização e para o desgaste das figuras associadas à ditadura, João Carlos Lorenzetti (PDS, que sucedia à ARENA) é derrotado por Ideval Paccola (PMDB) – a câmara municipal também teria maioria do PMDB, após o predomínio da ARENA. Não se pode dizer, entretanto, que este tenha sido o fim dos Lorenzetti na política:

[...] é preciso considerar que a prefeitura não representava o principal sustentáculo do poder de Antônio Lorenzetti Filho, de forma que sua perda não resultou em danos materiais e nem mesmo de natureza simbólica, tais como desprestígio social ou descrédito. Embora sem o comando da máquina pública municipal, Antônio Lorenzetti continuará sendo o detentor de recursos econômicos e simbólicos suficientes para “conquistar” e manter a amizade de lideranças políticas locais nas décadas seguintes, e graças a esse patrimônio simbólico e relacional que manteve desde a sua entrada na política lençoiense, voltará a ser representado na prefeitura,



no ano de 2008, dessa vez na figura de Izabel Cristina Campanari Lorenzetti (PSDB), esposa de João Carlos Lorenzetti (SALLES, 2012, p. 73-74).

Antônio Lorenzetti Filho, representante maior do grupo sucroalcooleiro na política em Lençóis Paulista, personificou a liderança empresarial que suas empresas representavam localmente, e teve uma trajetória destacada no município. Esta trajetória suscitou no trabalho de Alexandra Salles o debate acerca do caráter coronelista de sua liderança. Político influente que foi, é em certo momento classificado como um “coronel sem coronelismo”: embora exibisse força localmente e fosse reverenciado por lideranças lençoenses, marcando-se por condutas clientelistas, pela política paternalista e assistencialista, pelas relações de família, e pela tomada do poder institucional como forma de se revestir de prestígio político, seu poder não ultrapassava a esfera política local, e Lorenzetti não se configurou, a longo prazo, como mediador exclusivo com instâncias mais abrangentes do poder institucional. Ou seja, mesmo que seu poder tenha lastro em diversas relações e práticas associadas ao coronelismo, Salles não o classifica como um típico coronel (SALLES, 2012, p. 73-5, 87). Sua trajetória e seu legado, entretanto, configuram-se como evidência incontestada da concentração do poder político local na mão da elite sucroalcooleira lençoense na segunda metade do século XX.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agroindústria canavieira foi, durante o século XX, a força protagonista da constituição territorial lençoense. A produção sucroalcooleira, em Lençóis, segue inicialmente um processo anterior de formação territorial. Os movimentos de “expansão para o Oeste” em São Paulo, a instalação de infraestrutura de transportes, a territorialização da agricultura capitalista associada ao café, as migrações, precedem a ascensão canavieira. Estas condições antecedentes não são fruto do negócio canavieiro, mas terão influência sobre este: a agricultura e a pecuária de pequeno porte fixaram populações nos primeiros bairros rurais; o crescimento do café intensifica a demanda por vias de escoamento, sendo essa satisfeita com a chegada da ferrovia; o fator atrativo da produção cafeeira teria relação com fluxos migratórios e com a formação do capital que daria base à atividade agroindustrial.

A cana-de-açúcar é registrada em Lençóis Paulista ainda no século XIX, com produção de aguardente e açúcar verificadas nos primeiros anos do século XX. De uma presença discreta a essa época, viria a ser a cultura predominante no município, ocupando cerca de 60% da área do município em dias atuais. A cada vez mais intensa exploração mercantil da terra é acompanhada pela substituição de outras culturas, e pela extinção de bairros rurais – a destinação da terra à monocultura deve ser total no regime de subordinação da propriedade fundiária à lógica do lucro, a modernização conservadora no campo e o uso de mão-de-obra temporária prescindem da força de trabalho fixa no campo, se não a tornam incômoda.

A acentuada expansão canavieira se relaciona com a criação de fluxo migratório para o município, tanto para o trabalho precarizado no campo quanto para a ocupação de cargos gerenciais. O controle territorial usineiro se relaciona também com os processos de imigração estrangeira para o Brasil, visto que a classe proprietária é de origem distinta dos “coronéis” anteriormente dominantes no município. O poder se desloca, ao longo do século XX, das mãos destes para as famílias de imigrantes. Estas famílias ocuparão, desde a década de 1950, o poder institucional pela maior parte do tempo, desde a importante liderança do grupo Antônio Lorenzetti Filho até a atual prefeita, sua nora, Izabel Cristina Campanari Lorenzetti. Se o poder se desloca das mãos dos antigos coronéis para os imigrantes, por outro lado é possível inferir que existe uma permanência da imbricação histórica entre a posse da terra e o poder político, visto que a ascensão dos últimos ocorre à medida que passam a exercer maior controle sobre as áreas rurais.

O espaço lençoense e seus traços particulares se inserem e sustentam sobre dinâmicas econômicas que extrapolam seus limites municipais. A ocupação capitalista em Lençóis, como da região que integra, acontece dentro de movimentos de ordem mais ampla, desde a decadência do ciclo do ouro mineiro até a expansão para o oeste paulista. A economia cafeeira é fundamental para o desenvolvimento de uma agricultura capitalista, a renda que gera e sua decadência terão forte influência na ascensão canavieira. Tal como o café, o açúcar é dependente do mercado internacional, e suas oscilações afetarão o local, além de provocarem, de maneira conciliada com suas oligarquias, políticas de Estado que a sustentam ao longo do século XX – o Estado brasileiro, aliás, é propulsor fundamental da modernização concentradora, centralizadora, conservadora e excludente pela qual passa a agroindústria canavieira nacional. O mercado do petróleo também se relaciona às políticas do álcool combustível, com destaque para o Proálcool, instalado no contexto do choque do petróleo e de crise dos preços do açúcar. A modernização conservadora no campo reforça a dependência tecnológica, uma vez que a produção passa a depender não apenas dos mercados externos como clientes, mas do fornecimento de equipamentos e insumos produzidos por multinacionais.

Retomando a discussão do primeiro capítulo. “Para Caio Prado, o subdesenvolvimento é uma formação social sui-generis cuja característica distintiva é a existência de relações de produção que impedem a consolidação de uma economia que possua ‘existência autônoma’” (SAMPAIO JÚNIOR, 1999, p. 99), incapaz de romper nexos de dependência. “Os espaços dos países subdesenvolvidos caracterizam-se primeiramente pelo fato de se organizarem e reorganizarem-se em função de interesses distantes e mais frequentemente em escala mundial” (SANTOS, 2008, p. 20). Se o crescimento econômico e a modernização produtiva marcam o desenvolvimento da agroindústria canavieira lençoense, é difícil que este desenvolvimento possa ser considerado, a rigor, um desenvolvimento com sentido autônomo e em proveito da coletividade. Mesmo que promova transformações qualitativas na intensidade da apropriação do espaço e da atividade econômica, e que o território tenha se modificado significativamente ao longo do século XX, a subordinação a circunstâncias externas aos limites locais, a permanência de uma exploração monocultiva e latifundiária, a predação ambiental e a superexploração do trabalho, todas estas características sugerem a perpetuação de uma estrutura subdesenvolvida, senão um retorno a uma economia de características coloniais.

Observa-se assim que este crescimento não rompe, como é característico na história

brasileira, com traços coloniais, mas, ao contrário, demonstra a permanência destes traços, típicos não apenas do Brasil, mas típicos do subdesenvolvimento. Respondendo a dinamismos externos e prescindindo de integração social, sua evolução incrementa a especialização, e sua base no latifúndio contribui para a apropriação de fração substancial da renda nas mãos de uma minoria.

Restam muitos aspectos da atividade, no recorte estudado, a serem examinados em maior detalhe – as formas violentas de apropriação da terra, a repressão aos movimentos sindicais, os episódios grevistas, o controle dos meios de comunicação, as contradições do desenvolvimento urbano, a supressão da memória e do patrimônio histórico, para citar alguns exemplos. Entretanto, espera-se que esta pesquisa tenha contribuído para uma caracterização pertinente do território lençoense em sua relação com a agroindústria canavieira.

## REFERÊNCIAS

AÇÚCAR e Álcool: centro dinâmico da economia brasileira. Rio de Janeiro: APEC/COPERFLU, 1979.

AHFELD, H. **Sugar markets in disarray**. In: FAO - CUBA CONFERENCE, 1999, Havana. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/005/x4988e/x4988e05.htm>>. Acesso em: 2 set. 2016.

ASSOCIAÇÃO DOS PLANTADORES DE CANA DO MÉDIO TIETÊ . **Institucional | ASCANA**. Disponível em: <<http://ascana.com.br/institucional/detalhes/quem-somos/>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo (Org.). **São Paulo do Passado: dados demográficos**. Campinas: Unicamp, 2001. 1 CD-ROM.

BELLENTANI, N. F. **A territorialização dos monopólios no setor sucroenergético**. Tese (doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BETTELHEIM, C. A problemática do “subdesenvolvimento”. In: PEREIRA, L. **Subdesenvolvimento e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. p. 51-69.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **BNDES Prorenewa apoia projetos de renovação de canais no valor de R\$ 356,2 milhões - BNDES**. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Sala\\_de\\_Imprensa/Noticias/2013/agricultura/20130926\\_PRORENOVA.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2013/agricultura/20130926_PRORENOVA.html)>. Acesso em: 24 abr. 2016.

BRANDÃO, A. **Cana-de-açúcar, álcool e açúcar na história e no desenvolvimento social do Brasil: séculos 16-20**. Brasília: Horizonte; INL, 1985.

BRAY, S. C.; FERREIRA, E. R.; RUAS, D. G. G. **As políticas da agroindústria canieira e o PROALCOOL no Brasil**. Marília, SP: Unesp-Marília Publicações, 2000.

BRASIL. Lei n. 12.651. 25 maio 2012.

BRAZIL, M. DO C.; DANIEL, O. Sobre a rota das monções: navegação fluvial e sociedade sob o olhar de Sérgio Buarque de Holanda. **Revista IHGB**, v. 438, 2008.

CAMARGO, J. F. DE. **Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos**. [s.l.] Universidade de São Paulo, 1952.

**Canasat - INPE**. Disponível em: <<https://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/index.html>>. Acesso em: 22 abr. 2016a.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Difel, 1977.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **P 4.231: Vinhaça - Critérios e procedimentos para aplicação no solo agrícola**. São Paulo, 2006.

CHIBBER, V. Revivendo o Estado desenvolvimentista? O mito da “burguesia nacional”. In: **Socialist Register 2005: O império reloaded**. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 153-177.

CHITTO, A. **Lençóis Paulista, Boca do Sertão**. Lençóis Paulista: Jornal O Eco, 1980.

**Conciliação entre companhias canavieiras e MPT de SP prosseguirá em agosto - Notícias - TST**. Disponível em: <[http://www.tst.jus.br/noticias/-/asset\\_publisher/89Dk/content/id/5115576](http://www.tst.jus.br/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/id/5115576)>. Acesso em: 19 abr. 2016.

CONSULTOR. Entrevista 25 abr. 2016. Entrevistador: Rodolfo Augusto Monteiro Pelegrin. São Paulo, 2016. Áudio (ca. 57 min).

COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO LTDA. **Proálcool: fundamentos e perspectivas**. São Paulo, 1989.

DEAN, W. **A industrialização de São Paulo (1880-1945)**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1971.

DELGADO, G. C. Mudança técnica na agricultura, constituição do complexo agroindustrial e política tecnológica recente. **Cadernos de difusão de tecnologia**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 19-79, jan. 1985.

DELGADO, G. C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, L. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005, p. 51-90.

DELGADO, G. C. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Revista Desenvolvimento em Debate**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 111-125, 2010.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre, RS: UFRGS Editora, 2012.

FEED THE FUTURE - THE U.S. GOVERNMENT'S GLOBAL HUNGER AND FOOD SECURITY INITIATIVE. **Feed the Future**. Disponível em: <<http://www.feedthefuture.gov/>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

FEED THE FUTURE. **Food Security and the G8 Summit**. Washington, 2012. Disponível em: <<http://feedthefuture.gov/article/food-security-and-g8-summit>>. Acesso em: 26 nov. 2015b.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 6, p. 24-34, 2012.

FERNANDES, E. **A escravidão na fronteira: um estudo da escravidão negra numa boca do sertão paulista. Lençóis, 1860-1888**. 2003Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2003.

FERNANDES, E. **Fronteira e população : um estudo sobre a formação de famílias no povoamento da região centro-oeste de São Paulo, século XIX**. 2008. Tese (Doutorado em

História) - Faculdade de Historia, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

FERNANDES, F. **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FERNANDES, F.; MARTINS, J. DE S. **A revolução burguesa no Brasil ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2006.

FERREIRA, E. R. **A formação da região canaveira de Araraquara: o papel do Estado e das agro-indústrias do açúcar e do álcool no processo de organização do espaço**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1987.

**BUSH deixa o país sem discutir redução da tarifa sobre álcool brasileiro**. In: Folha Online – Brasil. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90158.shtml>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

**PRESIDENTE Lula chama usineiros de heróis**. In: Folha Online – Brasil. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90477.shtml>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

FUNCIONÁRIO 1. Entrevista 3 jul. 2015. Entrevistador: Rodolfo Augusto Monteiro Pelegrin. São Paulo, 2016. Vídeo (ca. 70 min).

FUNCIONÁRIO 2. Entrevista 24 abr. 2016. Entrevistador: Rodolfo Augusto Monteiro Pelegrin. São Paulo, 2016. Áudio (ca. 61 min).

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Nacional, 1975.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, C.; FURTADO, R. F. D.; BRANDÃO, C. **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Penguin : Companhia das Letras, 2013.

G8. **G8 Efforts towards Global Food Security**. L'Áquila, 2009. Disponível em: <[http://www.g8italia2009.it/static/G8\\_Allegato/G8\\_Report\\_Global\\_Food\\_Security%2c2.pdf](http://www.g8italia2009.it/static/G8_Allegato/G8_Report_Global_Food_Security%2c2.pdf)>

G8. **Fact Sheet: G-8 Action on Food Security and Nutrition**. Washington, 2012. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2012/05/18/fact-sheet-g-8-action-food-security-and-nutrition>>. Acesso em: 26 nov. 2015a.

G20. **Fact Sheet on the G20 Antalya Summit Outcomes**G20, Anatólia, 2015. Disponível em: <<https://g20.org/fact-sheet-on-the-g20-antalya-summit-outcomes/>>. Acesso em: 25 nov. 2015

GONÇALVES, R. **Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Anuario Estatístico de São Paulo (Brazil)**. São Paulo: Typografia do “Diário Oficial”, 1901 a 1907.

GUIRADO, C.; FERNANDES, E. **Lençóis Paulista conta sua história: 150 anos**. Bauru, SP: Power Graph Gráfica e Editora, 2008.

HADLER, J. P. DE T. C. **Dependência e subdesenvolvimento: a transnacionalização do capital e a crise do desenvolvimento nacional em Celso Furtado**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012.

HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 2014.

HARVEY, D. **Justice, nature, and the geography of difference**. Cambridge, Mass: Blackwell Publishers, 1996.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 7. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1998.

HARVEY, D. **A brief history of neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HARVEY, D.; SZLAK, C. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HASSUDA, S.; REBOUÇAS, A. DA C.; CUNHA, R. C. DE A. Aspectos qualitativos da infiltração da vinhaça de cana no aquífero Bauru. **Revista do Instituto Geológico**, São Paulo: v. 11, n. 2, p. 5-20, 1990.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914 - 1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IHA, M. H. **A Territorialidade da “Posse” na Luta pela Reforma Agrária: Os Acampamentos do MST em Iaras – SP**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL. **Brasil/Açúcar**. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1972.

IPEADATA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

JUSTIÇA obriga empresas a cumprirem normas de segurança na safra 2008. JORNAL DA CIDADE, Bauru. Disponível em: <[http://www.jcnet.com.br/editorias\\_noticias.php?codigo=123880&ano=2008](http://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=123880&ano=2008)>. Acesso em: 29 jun. 2016.



**Água de represas contribuiu com 2,7% da inundação, mostra estudo.** JORNAL O ECO, Lençóis Paulista. Disponível em: <<http://www.jornaloeco.com.br/materia/439/agua-de-represas-contribuiu-com-27-da-inundacao-mostra-estudo>>. Acesso em: 30 jun. 2016a.

**Mais uma enchente assola Lençóis Paulista.** JORNAL O ECO, Lençóis Paulista. Disponível em: <<http://www.jornaloeco.com.br/materia/17/mais-uma-enchente-assola-lencois-paulista>>. Acesso em: 30 jun. 2016b.

LAAT, E. F. DE. **Trabalho e risco no corte manual de cana-de-açúcar: a maratona perigosa nos canaviais.** Tese (Doutorado em Educação Física). Universidade Metodista de Piracicaba, Santa Bárbara do Oeste, 2010.

LEFEBVRE, H. **A Produção do Espaço.**

LEITE, R. C. DE C. **Pró-Álcool:** a única alternativa para o futuro. Campinas: Editora da UNICAMP, 1987.

LENÇÓIS PAULISTA. **História de Nossa Gente:** Lençóis Paulista, 150 anos. Lençóis Paulista: Prefeitura Municipal de Lençóis Paulista, 2005.

LENÇÓIS PAULISTA. **Plano Municipal de Saneamento.** 2013.

LEVINE, R. **A Velha Usina:** Pernambuco na Federação Brasileira: 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MACEDO, I. DE C. (Ed.). **A Energia da Cana-de-açúcar:** doze estudos sobre a agroindústria da cana-de-açúcar e a sua sustentabilidade. São Paulo: União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo, 2005.

MARTINS, C. E. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MARTINS, J. DE S. **O cativo da terra.** São Paulo: Hucitec, 1979.

MARTINS, J. DE S. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. 2. ed., rev. e atual.. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2009.

MILESKI, M. M. **Geoprocessamento aplicado no uso e ocupação do solo no município de lençóis paulista/sp.** 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrônomicas), Faculdade de Ciências Agrônomicas da UNESP – Câmpus de Botucatu, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Botucatu, 2011.

MILESKI, M. M. **Dinâmica da fragmentação florestal e conflito de uso do solo ao longo da rede de drenagem do município de Lençóis Paulista-SP.** 2015. Tese (Doutorado em Ciências Agrônomicas). Faculdade de Ciências Agrônomicas da UNESP – Câmpus de Botucatu, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Botucatu, 2015.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1984.

MONTE-CARDOSO, A. Desenvolvimento e burguesia brasileira nos anos 2000 – as diferentes visões, conclusões preliminares e uma agenda de pesquisa, 05/2013, XVIII Encontro Nacional de Economia Política, Vol. 1, pp.1-25, Belo Horizonte, MG, Brasil, 2013.

MONTE-CARDOSO, A. **Burguesia brasileira nos anos 2000**: um estudo de grupos industriais brasileiros selecionados. 2014. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

MORAES, A. C. R. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

**MPT faz acordo de R\$ 1 milhão com usina do Grupo Zilor**. In: BRASILAGRO. Disponível em: <[www.brasilagro.com.br/conteudo/mpt-faz-acordo-de-r1-milhao-com-usina-do-grupo-zilor.html](http://www.brasilagro.com.br/conteudo/mpt-faz-acordo-de-r1-milhao-com-usina-do-grupo-zilor.html)>. Acesso em: 19 abr. 2016.

MÜLLER, G. Cem anos de República: notas sobre as transformações estruturais no campo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 109-136, 1989.

**NOVA PISCOfins deve esfriar exportação de etanol dos EUA**. In: EXAME.COM. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/nova-pis-cofins-deve-esfriar-exportacao-de-etanol-dos-eua>>. Acesso em 16 fev. 2016.

NOVAK, G. **O desenvolvimento desigual e combinado na História**. São Paulo: Editora e Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

OLIVEIRA, A. U.; FARIA, C. S. O processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil. In: XII Encontro de Geógrafos da América Latina, 2012, Lima.

OLIVEIRA, A. U. **O processo de constituição da propriedade privada no Brasil**. Apresentação em audiência pública. Bauru, 2010.

OLIVEIRA, A. U. Geografia Agrária: Perspectivas no início do Século XXI. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (org.). **O Campo no Século XXI**. São Paulo: Casa Amarela: Editora Paz e Terra, 2004. p. 29-70.

OLIVEIRA, F. DE. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

OLIVEIRA, F. DE; MAZZUCHELI, F. Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil. In: MARTINS, C. E. (org.). **Estado e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1977.

PACCOLA, F. **Lençóis Paulista, forte produtor de cachaça**: História e Tradição. Lençóis Paulista: Editora Novo Mundo, 2005.

PARA diluir riscos, Zilor diversifica e eleva investimentos em levedura. In: NOVACANA. Disponível em: <<https://www.novacana.com/n/industria/diluir-riscos-zilor-diversifica-eleva-investimentos-levedura-021213/>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

PAULO NETTO, J. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PELEGRIN, R. A. M. **MST, Cutrale e Núcleo Colonial Monção: estudos preliminares de um conflito**. In: JORNADA DE ESTUDOS AGRÁRIOS - TERRITÓRIOS E MOVIMENTOS SOCIAIS. Marília, SP, 19 nov. 2014.

PICARD, J. **Usinas açucareiras de Piracicaba, Villa-Raffard, Porto-Feliz, Lorena e Cupim**. São Paulo: Editora Hucitec ; Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

PINASSI, M. O. I Convenção nacional dos produtores de aguardente - Rio de Janeiro, 27 e 28 de abril de 1953. Cadernos AEL, Campinas, n. 7, p. 147-155, 1997.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. São Paulo: Makron Books, 1999.

NO SISTEMA de Parceria Agrícola Zilor, a PHD-Cana é campeã em qualidade na safra 2013/14. In: PORTAL CANAONLINE . Disponível em: <<http://www.canaonline.com.br/conteudo/no-sistema-de-parceria-agricola-zilor-a-phd-cana-e-campea-em-qualidade-na-safra201314>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

PRADO JÚNIOR, C. **Esboço dos fundamentos da teoria econômica**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1962.

PRADO JÚNIOR, C. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1969.

PRADO JÚNIOR, C. **História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1972.

PRADO JÚNIOR, C. **A Questão Agrária**. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

ROSSETO, A. J. et al. **Agrícola Rio Claro - Manejo Varietal**, 2012. Rever e completar

RUAS, D. G. G.; BRAY, S. C.; FERREIRA, E. R. **A agroindústria sucroalcooleira nas áreas canavieiras de São Paulo e Paraná**. Rio Claro: Unesp/IGCE, 2014.

SALLES, A. **Do coronelismo ao neo-coronelismo: um estudo sobre a ascensão, a queda e o ressurgimento de Antônio Lorenzetti Filho**. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Araraquara, 2012. Disponível em: <<http://base.repositorio.unesp.br/handle/11449/88709>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

SAMPAIO JÚNIOR, P. S. DE A. **Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999a.

SAMPAIO JÚNIOR, P. S. DE A. O impasse da formação nacional. In: **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999b.

SAMPAIO JÚNIOR, P. S. DE A. Globalização e reversão neocolonial: o impasse brasileiro. In: HOYOS-VÁSQUEZ, G. **Filosofía y teorías políticas entre la crítica y la utopía**. Buenos Aires: CLACSO, 2007. (Colección Grupos de trabajo de CLACSO)

SAMPAIO JÚNIOR, P. S. DE A. Metástase da crise e aprofundamento da reversão neocolonial. **Revista Crítica e Sociedade**, Uberlândia, v. 1, n. 3, p. 85-95, 2011.

SAMPAIO JÚNIOR., P. S. DE A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. 2012.

SANTOS, A. P. **A usinagem do capital e o desmonte do trabalho: reestruturação produtiva nos anos de 1990, o caso da Zanini S/A de Sertãozinho, SP**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SÃO PAULO. **Protocolo Agro-Ambiental do Setor Sucroalcooleiro Paulista**, 2007.

SÃO PAULO. **Destilaria Central**. Disponível em:

<[http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.bb3205c597b9e36c3664eb10e2308ca0/?vgnnextoid=91b6ffbae7ac1210VgnVCM1000002e03c80aRCRD&Id=4bec7837f06ac010VgnVCM2000000301a8c0\\_\\_\\_\\_\\_](http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.bb3205c597b9e36c3664eb10e2308ca0/?vgnnextoid=91b6ffbae7ac1210VgnVCM1000002e03c80aRCRD&Id=4bec7837f06ac010VgnVCM2000000301a8c0_____)>. Acesso em: 5 out. 2016.

SEELKE, C. R.; YACOBUCCI, B. D. **Ethanol and other biofuels: potential for U.S.-Brazil energy cooperation**. In: WIKILEAKS DOCUMENT RELEASE. United States Congressional Research Service, 2007. Disponível em: <<http://wikileaks.org/wiki/CRS-RL34191>>

SZMRECSÁNYI, T. **O planejamento da agrodústria canavieira do Brasil: 1930-1975**. São Paulo: Hucitec; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1979.

UNITED STATES OF AMERICA. The White House. **Private Sector Partners Convene to Address Global Hunger and Food Security**. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/blog/2012/03/02/private-sector-partners-convene-address-global-hunger-and-food-security>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

THOMAZ, L. F. **A influência do lobby do etanol na definição da política agrícola e energética dos Estados Unidos (2002-2011)**. Dissertação de mestrado—São Paulo: Unesp/Unicamp/PUC-SP, 2012.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista.** São Paulo: Annablume, 2002.

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI:(Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos).** 2009.

TIDEI DE LIMA, J. F. **A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru.** Dissertação de mestrado—São Paulo: Universidade de São Paulo, 1978.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Início.** Disponível em:

<[http://www.tst.jus.br/home?p\\_p\\_id=15&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=maximized&p\\_p\\_mode=view&\\_15\\_struts\\_action=%2Fjournal%2Fview\\_article&\\_15\\_groupId=10157&\\_15\\_articleId=5776386&\\_15\\_version=1.3](http://www.tst.jus.br/home?p_p_id=15&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_15_struts_action=%2Fjournal%2Fview_article&_15_groupId=10157&_15_articleId=5776386&_15_version=1.3)>. Acesso em: 19 abr. 2016.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Notícias.** Disponível em:

<[http://www.tst.jus.br/noticias?p\\_auth=DqgnyO07&p\\_p\\_id=101\\_INSTANCE\\_89Dk&p\\_p\\_lifecycle=1&p\\_p\\_state=exclusive&p\\_p\\_mode=view&p\\_p\\_col\\_id=column-2&p\\_p\\_col\\_count=2&\\_101\\_INSTANCE\\_89Dk\\_struts\\_action=%2Fasset\\_publisher%2Fexport\\_journal\\_article&\\_101\\_INSTANCE\\_89Dk\\_groupId=10157&\\_101\\_INSTANCE\\_89Dk\\_articleId=5115569&\\_101\\_INSTANCE\\_89Dk\\_targetExtension=pdf](http://www.tst.jus.br/noticias?p_auth=DqgnyO07&p_p_id=101_INSTANCE_89Dk&p_p_lifecycle=1&p_p_state=exclusive&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-2&p_p_col_count=2&_101_INSTANCE_89Dk_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fexport_journal_article&_101_INSTANCE_89Dk_groupId=10157&_101_INSTANCE_89Dk_articleId=5115569&_101_INSTANCE_89Dk_targetExtension=pdf)>. Acesso em: 19 abr. 2016.

TROTSKY, L.; EASTMAN, M. **History of the Russian Revolution.** Chicago, IL: Haymarket Books, 2008.

**TST analisa terceirização de serviços em área-fim de plantio e colheita de cana-de-açúcar.** In: NOVACANA. Disponível em: <<https://www.novacana.com/n/cana/plantio/tst-terceirizacao-servicos-plantio-colheita-cana-240613/>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

UNITED KINGDOM DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT. Economic development for shared prosperity and poverty reduction: a strategic framework. In: UNITED KINGDOM AID. Department for International Development. **Publications.** Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/publications/economic-development-for-shared-prosperity-and-poverty-reduction-a-strategic-framework>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM. **What will it take to achieve the millenium development goals?**, 2010. Disponível em: <[http://www.undp.org/content/dam/aplaws/publication/en/publications/MDG/international-assessment---english-full-version/IA\\_English.pdf](http://www.undp.org/content/dam/aplaws/publication/en/publications/MDG/international-assessment---english-full-version/IA_English.pdf)>

U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT. **Agriculture and Food Security.** Disponível em: <<https://www.usaid.gov/what-we-do/agriculture-and-food-security>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

VEIGA FILHO, A. DE A. V.; RAMOS, P. Proálcool e evidências de concentração na produção e processamento de cana-de-açúcar. **Informações Econômicas**, v. 36, 2007.

VENTURELLI, Ricardo Manffrenatti. **Terra e poder: as disputas entre agronegócio e a resistência camponesa no sudoeste paulista.** 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo,

São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-26112013-125318/>>. Acesso em: 23 out. 2014.

VIEIRA, M. C. A.; LIMA, J. F.; BRAGA, N. M. **Setor sucroalcooleiro brasileiro**: evolução e perspectivas. Rio de Janeiro: BNDES, 2007.

WORLD TRADE ORGANIZATION. Understanding the WTO. **Committees**. Disponível em: <[https://www.wto.org/english/thewto\\_e/whatis\\_e/tif\\_e/dev2\\_e.htm](https://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/dev2_e.htm)>. Acesso em: 26 nov. 2015.

WIKIMEDIA COMMONS. Disponível em: <[https://commons.wikimedia.org/wiki/P%C3%A1gina\\_principal?uselang=pt-br](https://commons.wikimedia.org/wiki/P%C3%A1gina_principal?uselang=pt-br)>. Acesso em: 3 jul. 2016.

ZILOR ENERGIA E ALIMENTOS. **História**. Disponível em: <[http://www.zilor.com.br/zilor/empresa\\_historia.asp](http://www.zilor.com.br/zilor/empresa_historia.asp)>. Acesso em: 22 jun. 2015.

## APÊNDICE A – ENGENHOS LENÇOENSES EM PACCOLA, 2005

Este apêndice reúne os dados compilados a partir de Paccola, 2005, relativos aos engenhos lençoenses. A referida obra é fonte para todos os quadros.

Tabela 5 - Engenhos produtores de aguardente em atividade em 1947 em Lençóis Paulista

<b>No.</b>	<b>Nome</b>	<b>Localização</b>
1	Angelo Paccola & Irmãos	Cachoeirinha
2	Angelo Minetto & Irmãos	Patos
3	Angelo Quadrado	Campinho
4	Angelo Zacharias	Lontra
5	Angelo Placca & Irmãos	Cachoeirinha
6	Antonio Langoni	Fazendinha
7	Antonio José Lopes	Boqueirão
8	Antonio Thomazzi & Irmãos	Faxinal
9	Antonio Foltran	Bocaiúva
10	Adib Maluf	Lontra
11	Albino Cacciolari & Irmãos	Prata
12	Benjamin Fayad	Barra Grande
13	Carlos Paccola & Irmãos	Lageado
14	Carlos Moretto & Irmãos	Cachoeirinha
15	Carlos Giacometti & Irmãos	Lontra
16	Carmo Antonio Príncipe	Fartura
17	Diogo Castelhana	Barra Grande
18	Dante Andreolli	Lageado
19	Ernesto Cacciolari & Irmãos	Prata
20	Felício Frazza	Corvo Branco
21	Francisco Martins	Fazendinha
22	Francisco J. Lara Campo	Fartura
23	Germano Turcarelli	Lontra
24	Gasparini Izidoro	Lontra
25	Gerólamo Zillo	Rocinha
26	Hermínio Capellari	Marimbondo
27	Idolo Ferrari & Irmãos	Passinho
28	Irmãos Maeda	Serrinha
29	Irmãos Calderon	Faxinal
30	Irmãos Rodrigues	Corvo Branco

Tabela 5 – Continuação

<b>No.</b>	<b>Nome</b>	<b>Localização</b>
31	Irmãos Garrido	Palmeiras
32	Jácomo Pregnaca	Bom Jardim
33	José Oliver Jordan	Fazendinha
34	José Zillo & Irmãos	Posses
35	José Ignácio Leite & Irmãos	Barra Grande
36	José Boso	Lageado
37	João Batista Dutra	Fartura
38	João Ribeiro & Irmão	Pirapitinga
39	Jorge Bertola	Cachoeirinha
40	Júlio Andreolli	Boqueirão
41	Lourenço Cavalheiro	
42	Luiz Boso	Lageado
43	Luiz Zillo & Sobrinhos	Fartura
44	Natale Andreolli	Lageado
45	Pillade Momo	Prata
46	Plácido Moretto & Irmãos	Prata
47	Primo Casali	Faxinal
48	Tonim B. Bergamaschi	Prata
49	Vicente Moretto	Graminha
50	Zacharias & Doretto	
51	Zillo, Lorenzetti & Cia	Patos
52	Zillo, Irmão & Capoani	Faxinal

Fonte: adaptado de Paccola (2005).

Tabela 6 – Engenhos produtores de aguardente posteriores a 1947, destivados ou em atividade, em Lençóis Paulista

<b>No.</b>	<b>Nome</b>	<b>Localização</b>	<b>Situação</b>
1	Pedro Castelhana	Caju	desativado
2	Santo Paccola	Prata	desativado
3	José Paccola Neto	Prata	desativado
4	Granja Santa Rita	Bom Jardim	desativado
5	Ederaldo Andreolli - Santa Branca	Bocaina	em atividade

Fonte: adaptado de Paccola (2005).



Tabela 7 – Engenhos produtores de aguardente anteriores a 1947 e desativados até o ano, em Lençóis Paulista

<b>No.</b>	<b>Nome</b>	<b>Localização</b>
1	Marcelo Grandi	Corvo Branco
2	Duílio Capoani & Cia	Corvo Branco
3	José Bega Alba	Lageado
4	Irmãos Bergamaschi	Corvo Branco
5	Irmãos Sasso	Rocinha
6	Irmãos Toniolo	Faxinal
7	Irmãos Zan	Rocinha
8	Irmãos Soares	Boqueirão
9	Antonio Segalla	Boqueirão
10	Assad & Nadim Temer Feres	Tubunas
11	Abílio Galdino	Vargem Limpa
12	Família Mantovani	Alfredo Guedes
13	Irmãos Boaventura	Alfredo Guedes
14	Família Zuntini	Bom Jardim

Fonte: adaptado de Paccola (2005).

Tabela 8 – Fabricantes e comerciantes de aguardente em 2005 em Lençóis Paulista

<b>No.</b>	<b>Nome</b>	<b>Condição</b>
1	Agostinho Príncipe	Fabricante
2	Destilaria Aguardente Colosso	Fabricante
3	Destilaria Corvo Branco	Fabricante
4	Destilaria Marimbondo	Fabricante
5	Destilaria Santa Maria	Fabricante
6	Destilaria Santo Antonio	Fabricante
7	Everaldo Andriolli	Fabricante
8	Irmãos Andriolli	Fabricante
1	Distribuidora Lençoense de Bebidas Ltda.	Comerciante
2	Leda Indústria e Comércio de Bebidas Ltda.	Comerciante
3	Lourival Paccola	Comerciante
4	Luiz Santana Zillo	Comerciante

Fonte: adaptado de Paccola (2005).

Tabela 9 – Engenhos apresentados individualmente em Paccola, 2005.

No.	Engenho	Início	Desativação	Localização	Comentário
1	Alambique dos Toniolo		1950	Faxinal	
2	Albino e Ernesto Cacciolari	1925	1970	Bairro da Prata	Desativação para venda à UBG
3	Antonio Langoni			Fazendinha/Barra Grande	
4	Benjamin Faiad			Fazendinha/Barra Grande	
5	Carlos Moretto & Irmãos	1928	1967	Cachoeirinha	
6	Cavalheiro e Príncipe	1915		Alfredo Guedes	
7	Colosso	1920	em atividade	Lageado	Dante Andriolli
8	Destilaria Central do IAA				Alcool a partir de aguardente
9	Destilaria Corvo Branco	1943		Corvo Branco	A partir de 1999, etanol. Antes, cachaça.
10	Destilaria Marimbondo	1945	em atividade	Marimbondo	
11	Destilaria Santa Maria	1920		Lageado	
12	Destilaria Santo Antonio	1918		Cachoeirinha	Ângelo Paccola e Irmãos
13	Diogo Castelhana			Fazendinha/Barra Grande	
14	Engenho Santa Branca	2000	em atividade	Bairro Bocaina	Ederaldo Andriolli
15	Ernesto, Evaristo e Guerino Cacciolari	1910	1970	Bairro da Prata	Desativação para venda à UBG
16	Francisco Martins	1930	1945	Fazendinha/Barra Grande	Desativada para arrendamento de terras à UBG
17	Ignácio Leite			Sítio Barra Grande	Desativação para venda à UBG
18	Inácio Leite			Água da Limeira	citado em 1982 pelo jornal Eco
19	Irmãos Andriolli	1942	1956	Boqueirão	
20	Irmãos Andriolli - Corvo Branco	1956		Corvo Branco	
21	Irmãos Calderon	1915	1958	Faxinal	
22	Irmãos Casali	1920	1986	Faxinal	Arrendamento das terras para UBG
23	Irmãos Giacometti	1941	1961	Bairro da Lontra	Desativação para venda à UBG
24	Irmãos Ribeiro	1920	1970	Bairro Pirapitinga	Desativação para venda à UBG

No.	Engenho	Início	Desativação	Localização	Comentário
25	Irmãos Thomazzi	1920	1955	Faxinal	Desativação para venda à UBG
26	José Paccola	1916	1962	Progresso	
27	José Paccola Neto		1985	Vila Antonieta II	Desativado com a expansão urbana
28	José Zillo & Irmãos	1910	1971	Rocinha	
29	Laurindo Sasso				
30	Manuel Oliver Cuevas	1920	1964	Fazendinha/Barra Grande	Fornece cana à UBG
31	Momo e filhos	1933	1947	Ribeirão da Prata	
32	Momo e irmãos - São Luiz	1918	1932	Faxinal	
33	Plácido Moretto & Irmãos	1935	1948	São José	Faliu e mudou para Agudos
34	Santo Paccola		1990	Monte Azul	Desativado com a expansão urbana
35	São José	1941	1946	Macatuba	Propriedade receberia a açucareira em 1950
36	São Luiz	1932	1946		Desativação para venda à UBG
37	Zillo, Lorenzetti e Cia		1948	Patos	
38	Lopes	1935	1956	Boqueirão	Desativada para arrendamento de terras à UBG
39	Abramo Zacharias	1931	1971	Bairro da Lontra	
40	Adolfo Zacharias		1946	Barra Grande	
41	Irmãos Pregnaca	1921	1960	Bom Jardim	Desativado e vendido com terras em 1964
42	Baptista Zuntini		1924	Bom Jardim	
43	Família Placca	1930	1980	Cachoeirinha	
44	J. O. Machado			Granja Santa Rita	
45	Família Dutra	1900	1965	Faturinha (Fatura de Cima)	Desativada para arrendamento de terras à UBG
46	Angélico & Placca			Progresso	
47	Família Gasparini	1925	1935	Bairro da Lontra	Desativação para venda à UBG
48	Germano Turcarelli	1940	1970	Lageado	Desativação para venda à UBG

Fonte: adaptado de Paccola (2005).

Tabela 10 – Engenhos com ano de instalação e desativação indicados em Paccola, 2005

<b>No.</b>	<b>Engenho</b>	<b>Instalação</b>	<b>Desativação</b>	<b>Intervalo</b>
1	Família Dutra	1900	1965	65
2	Francisco Martins	1910	1973	63
3	José Zillo & Irmãos	1910	1971	61
4	Irmãos Calderon	1915	1958	43
5	José Paccola	1916	1962	46
6	Destilaria Santo Antonio	1918	2015	97
7	Momo e irmãos - São Luiz	1918	1932	14
8	Colosso	1920	2015	95
9	Destilaria Santa Maria	1920	2015	95
10	Irmãos Casali	1920	1986	66
11	Irmãos Ribeiro	1920	1970	50
12	Irmãos Thomazzi	1920	1955	35
13	Manuel Oliver Cuevas	1920	1964	44
14	Irmãos Pregnaca	1921	1960	39
15	Albino e Ernesto Cacciolari	1925	1970	45
16	Família Gasparini	1925	1935	10
17	Carlos Moretto & Irmãos	1928	1967	39
18	Ignácio Leite	1930	1945	15
19	Família Placca	1930	1980	50
20	Abramo Zacharias	1931	1971	40
21	São Luiz	1932	1946	14
22	Momo e filhos	1933	1947	14
23	Plácido Moretto & Irmãos	1935	1948	13
24	Lopes	1935	1956	21
25	Germano Turcarelli	1940	1970	30
26	Irmãos Giacometti	1941	1961	20
27	São José	1941	1946	5
28	Irmãos Andriolli	1942	1956	14
29	Destilaria Corvo Branco	1943	2015	72
30	Destilaria Central IAA	1943	1946	3
31	Destilaria Marimondo	1945	2015	70
32	Irmãos Andriolli - Corvo Branco	1956	2015	59
33	Engenho Santa Branca	2000	2015	15

Fonte: adaptado de Paccola (2005).

## APÊNDICE B – TERRAS DEVOLUTAS EM LENÇÓIS PAULISTA

Este apêndice reúne as tabelas relativas às terras devolutas em Lençóis Paulista, elaboradas a partir de dados fornecidos em OLIVEIRA, A. U., 2010.

Tabela 11 – Municípios e áreas devolutas na região de Bauru

<b>Município</b>	<b>Área do município (ha)</b>	<b>Area devoluta (ha)</b>	<b>Área devoluta (%)</b>
AGUAS DE SANTA BARBARA	40.850,00	14.954,24	37%
AGUDOS	96.756,00	6.911,20	7%
BOREBI	34.812,00	13.046,30	37%
IARAS	40.138,00	7.245,00	18%
LENCOIS PAULISTA	80.379,00	11.107,00	14%
BAURU	67.347,00	15.986,50	24%
<b>TOTAL</b>	<b>24.814.059,00</b>	<b>5.237.344,19</b>	<b>21%</b>

Fonte: adaptado de Oliveira, 2010

Tabela 12 – Imóveis com área de posse superior à área registrada no município de Lençóis Paulista

<b>Nome Imóvel</b>	<b>Área total</b>	<b>Área Registrada</b>	<b>Área Posse</b>	<b>Nome_Pessoa</b>
FAZENDA AGUA DO PELINTRA	761	0	761	LWARCEL CELULOSE E PAPEL LTDA
FAZENDA VARGEM LIMPA	700	0	700	COPANHIA AGRICOLA LUIZ ZILLO E SOBR
GLEBA SAO LUIZ	428	0	428	COPANHIA AGRICOLA LUIZ ZILLO E SOBR
FAZENDA CAMPINHO	453	106	347	COMPANHIA AGRICOLA ZILLO LORENZETTI
FAZENDA SAO CRISTOVAO	288	0	288	COPANHIA AGRICOLA LUIZ ZILLO E SOBR
GLEBA SAO JOSE DO BOQUEIRAO	234	0	234	COPANHIA AGRICOLA LUIZ ZILLO E SOBR
CHACARA DO PIQUI	122	0	122	JOSE LUCIO ZILLO
FAZENDA VARGEM LIMPA	89	0	89	COPANHIA AGRICOLA LUIZ ZILLO E SOBR
FAZENDA SAO FRANCISCO	80	0	80	CYRILO ARTIOLI
FAZENDA TURVINHO	60	0	60	TRECENTINI AGRICOLA LTDA
FAZENDA AGUA DA LONTRA	60	0	60	VALTER ANGELO ZACHARIAS
SITIO RIO CLARO	88	29	59	MARIA SIDINALVA DE MENEZES

Fonte: adaptado de Oliveira, 2010